

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS CATADORES DO
ANTIGO LIXÃO DA CATURRITA: A INTERFACE
ENTRE EMPODERAMENTO, POBREZA E MEIO
AMBIENTE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Isabel Graciele Padoin

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS CATADORES DO ANTIGO
LIXÃO DA CATURRITA: A INTERFACE ENTRE
EMPODERAMENTO, POBREZA E MEIO AMBIENTE**

“por”

Isabel Graciele Padoin

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de concentração em Sociologia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais

Orientador: João Vicente C. Lima

Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS CATADORES DO ANTIGO LIXÃO DA
CATURRITA: A INTERFACE ENTRE EMPODERAMENTO, POBREZA
E MEIO AMBIENTE**

elaborada por
Isabel Graciele Padoin

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Ciências Sociais

Comissão Examinadora:

João Vicente C. Lima, Dr. (UFSM)
(Orientador)

Holgonsi Soares. Dr, (UFSM)

Cesar Marcelo Baquero Jacome. Dr, (UFRGS)

Santa Maria, 8 de Março de 2010.

**Aos meus amados familiares e
amigos**

Agradeço a todas as pessoas que me apoiaram e de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

O Caminho da Vida

O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém nos extraviamos.

A cobiça envenenou a alma dos homens... levantou no mundo as muralhas dos ódios... e tem-nos feito marchar a passo de ganso para a miséria e morticínios.

Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria.

Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco.

Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido.

(O Último discurso, do filme O Grande Ditador) - [Charles Chaplin](#)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS CATADORES DO ANTIGO LIXÃO DA CATURRITA: A INTERFACE ENTRE EMPODERAMENTO, POBREZA E MEIO AMBIENTE

Autora: Isabel Graciele Padoin
Orientadora: Prof. Dr. João Vicente Costa Lima
Data e local da defesa: Santa Maria, 8 de março de 2010.

A presente dissertação de Mestrado analisa sociologicamente dois grupos humanos cujas trajetórias de vida têm sua origem na economia e na sociabilidade do lixo e, dessas rotinas, objetivam padrões de ação que sintetizam a relação entre meio ambiente, pobreza e capital social. Neste sentido, a pesquisa se debruça sobre cada um desses conceitos. Atentar-se-á para o fato de que em situações onde há pobreza e exclusão, os indivíduos tendem a se preocupar menos com as problemáticas ambientais, dado que têm como ponto primordial, em suas vidas, a questão da sobrevivência. Em contextos como estes, o fenômeno sociopolítico do capital social mostra-se em grau análogo, estágio efêmero relativamente aos grupos humanos estudados. O cenário para tal análise serão dois grupos de catadores que residem no Bairro Nova Santa Marta e, que até há pouco tempo atrás, trabalhavam no antigo Lixão da Caturrita (em Santa Maria, RS). Atualmente, devido ao fechamento deste depósito de resíduos, muitos destes trabalhadores encontram-se desempregados/ trabalhando informalmente ou empregados na chamada Empresa de Reciclagem Revitá.

Palavras-chave: Meio Ambiente, Pobreza, Capital Social, Degradação Ambiental e Empoderamento.

ABSTRACT

Final Thesis

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria

TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS CATADORES DO ANTIGO LIXÃO DA CATURRITA: A INTERFACE ENTRE EMPODERAMENTO, POBREZA E MEIO AMBIENTE

Author: Isabel Graciele Padoin

Advisor: Prof. Dr. João Vicente Costa Lima

Date and place of defense: Santa Maria, March 8, 2010.

This study sociologically analyzes two groups of people whose life trajectories have their origin in the economy and sociability of the trash, and from these routines, aimed patterns of action that summarize the relationship between environment, poverty and social capital. In this sense, the research focuses on each of these concepts. This research will analyze situations where there is poverty and exclusion, when individuals tend to be less concerned with environmental issues because the question of survival is the primary point in their lives. In settings like these, the socio-political phenomenon of social capital is shown to a degree comparable, ephemeral stage for human groups studied. The scenario for this analysis are two groups of collectors who reside in the Nova Santa Marta District, which until recently worked in the old Dump of Caturrita (in Santa Maria, city situated in Rio Grande do Sul, Brasil). Currently, due to the closure of the landfill, many of these workers are unemployed / working informally or employees in a recycling company called Revitá.

Keywords: Environment; Poverty; Social Capital; Environmental Degradation; Empowerment.

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 - Localização dos Lixões em Santa Maria.....	88
---	----

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Lixão da Caturrita.....	89
Foto 2 - Problemas ambientais gerados pelo Lixão: acima chorume escorrendo por valetas	90
Foto 3 - As erosões causadas no solo pelo lixo	90
Foto 4 - Barraco de moradia dos catadores no antigo Lixão da Caturrita.....	91
Foto 5 - Foto da ocupação inicial das regiões próximas ao antigo Lixão da Caturrita.....	94
Foto 6 - Visão panorâmica atualizada do Bairro Nova Santa Marta.....	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Condições de Transporte.....	97
Gráfico 2 - Problema Social do Bairro.....	99
Gráfico 3 - Renda Mensal Familiar	102
Gráfico 4 - Pontos Positivos da Revitá.....	104
Gráfico 5 - Pontos Negativos de Trabalhar na Revitá	105
Gráfico 6 - Motivos da não participação em Entidades Associativas.....	108
Gráfico 7 - Participação Versus Sexo do Respondente.....	112
Gráfico 8 - Atitudes dos Moradores em Relação aos Problemas na Localidade onde Residem.....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Tempo de Moradia	96
Tabela 2- Escolaridade dos Funcionários da Revitá.....	100
Tabela 3- Auxílio do Governo.....	102
Tabela 4- Renda Familiar.....	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	14
Capítulo 1 – DESIGUALDADE SOCIAL: AS PROBLEMÁTICAS DA POBREZA E DA EXCLUSÃO-----	18
1.1 O conceito de pobreza e suas múltiplas características-----	18
1.2 Liberdades e capacidades: formas de combate à pobreza e à exclusão social--	22
Capítulo 2- DESENVOLVIMENTO E SUAS INTERFACES-----	27
2.1 Os conceitos de desenvolvimento econômico e social – convergências e controvérsias-----	27
2.2 Desenvolvimento Ambiental – A preocupação com os recursos naturais e o combate às problemáticas ambientais-----	32
2.3 Conexões entre a pobreza e a degradação ambiental-----	38
Capítulo 3- REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL- OS ASPECTOS DA DEMOCRACIA NO BRASIL-----	48
Capítulo 4- OS ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA-----	73
4.1- O trabalho de campo e a análise dos resultados-----	78
Capítulo 5- A QUESTÃO DO LIXO URBANO E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE SANTA MARIA-----	79
5.1- A problemática do Lixo-----	79
5.2- O surgimento da cidade de Santa Maria e do Lixão-----	83
5.3- A pesquisa na Empresa-----	93
5.3.1- A visão dos funcionários em relação à Empresa-----	103
5.3.2- Indicadores de Capital Social: Associativismo e relações sociais-----	106
5.4- Os catadores informais-----	117
5.5- Os catadores e a relação com o meio ambiente-----	125
5.6- Retomando as hipóteses-----	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	137

INTRODUÇÃO

A presente dissertação de Mestrado tem como objeto a compreensão do tipo humano genérico cuja vida, no sentido amplo, é perpassada por eventos econômicos e sociopolíticos diversos que giram ao redor do antigo Lixão da Caturrita. Em um passado recente, um número significativo de indivíduos tinha do Lixão da Caturrita o horizonte possível para sua sobrevivência econômica. Em torno do objetivo da sobrevivência material básica, construiu-se uma ordem política rica e complexa, não tendo como resultado das determinações econômicas redutoras, mas como elemento sociológico constitutivo do real, considerando os desafios que aqueles indivíduos precisaram enfrentar.

A pesquisa investiga este tipo humano genérico em um tempo de mudanças. O antigo Lixão da Caturrita, enquanto lugar degradado em rotinas que interseccionavam miséria, humilhação e situação de risco (saúde pública, degradação ambiental) deixou de existir. Em seu lugar, o poder público e a sociedade civil viabilizaram a alternativa do tratamento do lixo por uma Empresa focada em novas tecnologias, mais ecologicamente corretas, denominada Revitá.

O início do funcionamento da Empresa trouxe a formalização do trabalho para um percentual de 55% dos antigos catadores do lixo. Outra parcela significativa (45%) não foi absorvida pela Empresa e tampouco pôde voltar à condição de catadores do lixão, nas condições de degradação de outrora. A formalização do trabalho não pôde incluir a todos. Uma parcela das pessoas da comunidade, sobretudo do Bairro Nova Santa Marta, seguiu por outros caminhos relativamente aos desafios de sua reprodução material.

A pesquisa, assim, estuda os dois grupos humanos derivados da história e economia do antigo Lixão da Caturrita, desmembrados da condição inicial de miseráveis degradados a catar lixo de outrora, e agora, estruturados em dois grupos difusos: um deles, incorporado pela Empresa e, outro, não incorporado e submetido a outros desafios adaptativos. Pretende-se analisar como, para os dois grupos, são equacionados dois elementos de significado e que interferem no padrão de racionalidade cotidiano, a saber, a valoração do agir econômico nos termos de uma cultura do lixo e das conexões possíveis entre essa significação e racionalização com as bases da vida político-comunitária desses grupos de indivíduos.

De outro modo, pretende-se perscrutar as conexões que há (no plano da racionalização dos atores sociais implicados) entre a economia e a cultura do lixo e a formação de uma ordem política comunitária. Um conjunto de entrevistas e formulários tentarão fazer tal mapeamento e gerar as coordenadas de um padrão racional articulado com respeito aos dois aspectos.

Importante ressaltar que esta pesquisa almeja inquirir sobre as possibilidades de composição, no âmbito de uma teoria social do meio ambiente, entre os conteúdos referentes às teorizações sobre o que se denominou capital social, pobreza e meio ambiente. O ponto de partida desta reflexão é o objeto de estudo abordado na pesquisa de mestrado. Reporta-se a uma área de periferia da cidade de Santa Maria/RS, denominada Nova Santa Marta, que se localiza, de certa forma, próxima ao antigo Lixão da Caturrita.

Nesse sentido, no primeiro capítulo, desenvolveu-se uma discussão teórica relativa à pobreza e às desigualdade sociais, abarcando idéias referentes à ampliação das capacidades e oportunidades do indivíduo, como uma possível forma de melhorar sua qualidade de vida. Genericamente, sabe-se que a falta de recursos econômicos e socioculturais priva as pessoas de exercerem seus direitos, afetando negativamente a sua condição humana e social, colocando tais sujeitos em uma situação de desfavorecimento em todas as esferas da sociedade.

No segundo capítulo são enfocadas questões concernentes ao desenvolvimento social, econômico e ambiental. Reflete-se também sobre alguns pontos ligados ao desenvolvimento de políticas sociais que conectam os problemas da pobreza e da degradação ambiental provocados pelo acelerado desenvolvimento econômico e tecnológico. Faz-se, neste capítulo, uma correlação com o primeiro, na medida em que o desenvolvimento de uma determinada região ou país, só é visto como positivo quando busca expandir as capacidades e liberdades dos atores sociais, a fim de que suas habilidades possam ser ampliadas, como uma forma de combater as mazelas geradas pela pobreza e exclusão social. Logo, quanto mais forem ampliados os recursos e oportunidades dos sujeitos, maior a probabilidade destes tornarem-se cidadãos ativos que saibam exigir e legitimar os seus direitos constitucionais.

Na perspectiva de que quanto menos fragilizadas e vulneráveis as pessoas estiverem, maiores serão os valores agregados por elas, quanto aos âmbitos cultural, social e econômico. Entende-se que, nestas ocasiões, ocorre um

fortalecimento das relações sociais, contribuindo, dessa maneira, para a promoção do capital social. Cabe compreender que o capital social é um conceito trabalhado por muitos teóricos, os quais concordam que este tipo de capital nasce das relações sociais e estas ajudam o indivíduo a atingir objetivos que não conseguiria alcançar sozinho.

O produto gerado por tais relações, pautadas na confiança, poderá criar externalidades positivas, sendo utilizado para outros objetivos como a conquista de bens públicos, beneficiando a todos os envolvidos. Todos esses aspectos e elucidações são descritos amplamente no terceiro capítulo, priorizando-se a relevância do capital social comunitário, podendo ou não transformar-se em um mecanismo de empoderamento das pessoas, com vistas a possibilitar que essas confrontem as situações que degradam a sua vida, tais como a pobreza e a exclusão social.

No quarto capítulo, será feito um relato sobre a inserção no campo de pesquisa, e buscar-se-á elucidar questões concernentes aos aspectos metodológicos utilizados na construção dos instrumentos de coleta de dados. Posteriormente, no quinto capítulo, no âmbito de uma breve historicização da cidade de Santa Maria, são enfatizados os principais acontecimentos ligados à problemática do lixo urbano na cidade — da gênese às questões contemporâneas.

A partir disso, tentar-se-á elucidar como aconteceu a instalação do antigo Lixão da Caturrita na cidade e todos os problemas que esta área gerou para a sociedade santa-mariense, tanto em termos ambientais, quanto sociais. Serão abarcados elementos referentes à interdição do Lixão e as consequências que este fato trouxe para a vida dos catadores que sobreviviam da catação de materiais recicláveis no local.

Ainda neste capítulo, será elucidado em que circunstâncias ocorreu o surgimento da Empresa Revitá e a forma como esta passou a fazer parte da vida de alguns catadores do antigo Lixão, distanciando-se dos demais. A partir desse acontecimento, é que ganha forma a pesquisa empírica e a constituição das informações, na medida em que consegue-se visualizar as conexões e as discrepâncias existentes na natureza e na dinâmica dos vínculos sociais destes dois segmentos (formais e informais), bem como na forma como se estruturam as relações entre a comunidade e o poder público.

É pertinente elucidar que a economia e a cultura do lixo são aspectos por onde se tentará interpretar a organização política comunitária destes sujeitos, bem como a forma que estes veem e compreendem o meio ambiente. Este objeto real — dos indivíduos com seu capital social comunitário, lidando com a problemática do lixo — se constitui em rica oportunidade para testar as possibilidades das categorias explicativas de capital social, cidadania, pobreza e meio ambiente: As formas sociológicas cotidianas de recuperação, inovação, acréscimos e subtrações relativos a elementos contextuais de significados para agir no contexto da pobreza e do lixo também podem enriquecer uma teoria social do meio ambiente.

Nesse sentido, têm-se como objetivo identificar os atores, os espaços, as práticas e as ações que, por meio dos valores de solidariedade, procuram estabelecer um novo arranjo entre Estado e Sociedade. Assim, pretende-se analisar a relação entre sustentabilidade e ativismo cívico, a força efetiva dos valores e mecanismos democráticos focados em questões como a pobreza e o lixo em grande escala, a compor os cenários do agir cotidiano dos pobres. Torna-se relevante ponderar não sobre o tema já clássico da preservação do meio ambiente, mas da preservação da vida humana e do meio ambiente em contextos degradados.

Seguindo esse viés, parte-se do pressuposto de que o universo dos catadores informais contempla as pessoas com menor poder aquisitivo. Assim, devido à pobreza ser um elemento de restrição de recursos em todas as esferas, pressupõe-se que, neste universo, as relações sociais encontrem-se mais fragilizadas, devido às limitações das pessoas com relação às suas potencialidades, capacidades e habilidades; conseqüentemente, de fazerem valer os seus direitos.

Neste sentido, presume-se que estes atores são também os que menos se importam em degradar o meio ambiente, uma vez que são premidos, prioritariamente, pelas necessidades de sobrevivência, em detrimento do valor “da preservação do meio ambiente”. É, portanto, nesse cenário do agir humano, da pobreza e do lixo, que o sentido de padrões sustentáveis de vida, do agir reflexivo, cooperativo e/ou egoísta, ganha uma outra conformação. Conseqüentemente, se torna pertinente perscrutar os tipos humanos pobres, suas racionalidades cotidianas, estratégias políticas e margens de liberdade para agir segundo níveis de competência, com vistas a entender verdadeiramente o objeto que está sendo estudado.

1- DESIGUALDADE SOCIAL: AS PROBLEMÁTICAS DA POBREZA E DA EXCLUSÃO

1.1 O conceito de pobreza e suas múltiplas características

A situação social da humanidade quando se trata da pobreza e da exclusão é desanimadora, dado que, segundo Sachs (2007), cerca de 1,3 bilhão de pessoas vivem com menos de um dólar por dia, aproximadamente 800 milhões de pessoas estão subnutridas e 30% da força de trabalho mundial está desempregada ou subempregada. Assim, cabe ressaltar que os problemas da exclusão e da pobreza não se encontram apenas atrelados aos países em desenvolvimento, pois os principais países industrializados possuem sérios problemas sociais e uma exclusão social maciça.

É possível afirmar que a pobreza e a riqueza quase sempre estiveram de mãos dadas no decorrer da história das nações, que, muitas vezes, se acostumaram com o crescente quadro de desigualdades que assolam a vida dos sujeitos, aumentando de forma exacerbada o número de pobres e de excluídos. O problema da pobreza é tão antigo quanto à humanidade e, de certa forma, sempre fora perpassado por fortes sentimentos morais, dado que alguns estudiosos como, Malthus (apud SCHWARTZMAN, 2007) acreditavam que a pobreza era gerada pelo grande crescimento demográfico da sociedade, concomitantemente, à pequena produção de alimentos existente.

A condição de pobreza, dessa maneira, era entendida como algo natural, inevitável. Os pobres sempre foram julgados como imorais, irresponsáveis, preguiçosos, não merecedores de atenção. Só se tornavam objeto de preocupação quando saíam ou eram arrancados de sua situação de conformismo e eram, assim, vistos como uma ameaça à ordem constituída.

Inicialmente, a questão da pobreza e da desigualdade foi discutida nos países desenvolvidos, posterior à reconstrução do pós-guerra. Para os cientistas sociais representou um estado de alerta, na medida em que envolvia toda uma problemática da sobrevivência dos indivíduos pertencentes às classes menos favorecidas, opondo-se, nesse sentido, ao discurso de cunho triunfalista dos políticos (ROCHA, 2006).

Buscou-se, assim, identificar a natureza do fenômeno da pobreza nos mais variados países, que possuíam níveis diferentes de desenvolvimento social e produtivo. Surge, a partir disso, as noções de pobreza relativa e absoluta (ROCHA, 2006).

Segundo a autora, anteriormente citada, a pobreza relativa está ligada a situação onde, devido ao modo de vida das sociedades baseado na desigualdade, existem necessidades que precisam ser satisfeitas, sendo mister também, a incorporação de medidas que contribuam para reduzir a desigualdade entre os indivíduos. A pobreza absoluta remete-se, fundamentalmente, às noções de sobrevivência física, isto é, representa o não- atendimento das necessidades ligadas ao mínimo vital.

Outra categorização que surge é a da linha de indigência e da linha de pobreza. Essas classificações baseiam-se, sobretudo, em um valor monetário. A linha de indigência ou também denominada pobreza extrema, designa a insatisfação das necessidades nutricionais básicas, remete-se, portanto, ao caráter essencial das necessidades alimentares (Rocha, 2006).

Quando outras necessidades mais amplas não são atendidas, têm-se a linha de pobreza. Conseqüentemente, pobres são aqueles indivíduos que possuem uma renda abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, não conseguindo, assim, atender a suas necessidades básicas.

No Brasil, os cálculos feitos por institutos de pesquisa governamentais, como o IBGE e o IPEA, estabelecem a linha de pobreza como renda igual ou menor a meio salário mínimo por mês per capita. Já, a linha de indigência situa-se na renda igual ou menor a um quarto de salário mínimo per capita mensal (VIVARTA, 2003).

A situação dos indigentes é mais grave, uma vez que estes têm uma renda tão baixa que os impossibilita de atender até mesmo a suas necessidades vitais, ou seja, alimentares. Essas linhas, de certa forma, são criticadas por Amartya Sen (2001), já que se voltam, especialmente, para as restrições do uso da renda a fim de monitorar a incidência de pobreza e indigência nos mais variados países, não levando em consideração as especificidades dos contextos, seja na composição urbano/rural, nas variações de preços, condições climáticas e socioeconômicas díspares, etc.

Sonia Rocha (2003) apresenta uma tipologia que diferencia os países em termos de pobreza, classificando-os em 3 grupos distintos. O primeiro contempla

aqueles países onde a renda nacional é insuficiente para garantir as necessidades básicas de seus cidadãos. Logo, a renda per capita é bastante restrita e a pobreza absoluta é uma situação inevitável, embora sejam realizadas ações sobre a distribuição de renda.

O segundo grupo é composto pelos países desenvolvidos, onde a renda per capita é elevada e a desigualdade de renda é suprida por meio de políticas sociais de transferência de renda, bem como pela universalização do acesso a serviços públicos de boa qualidade. Nessas regiões, o conceito de pobreza é relativo, uma vez que as necessidades básicas são atendidas.

O terceiro grupo abarca os países que se encontram em uma situação intermediária, na medida em que a renda per capita seria suficiente para suprir as necessidades dos cidadãos. Porém, a pobreza absoluta mantém-se relevante, pois há um grau muito elevado de desigualdade na distribuição de renda. Neste último grupo, é que se encaixa o Brasil, dado à sua extrema disparidade na distribuição dos rendimentos, o que ocasiona situações de injustiça social, conflitos incontornáveis provocados pelos contrastes de renda, riqueza e poder.

No Brasil, a região nordeste continua sendo a mais pobre, devido a sua insuficiência de renda e ao número de pessoas envolvidas. A proporção de pobres se mantém elevada nas áreas rurais, entretanto, o contingente de pobres urbanos representa indubitavelmente a maioria.

Entre a população de pobres, segundo Rocha (2003), a maioria são indivíduos de cor preta e parda, que geralmente, possuem uma baixa escolaridade, apresentando também uma taxa considerável de analfabetos. Além disso, o número de mulheres e crianças em situação de pobreza é bem elevado.

Os brasileiros afrodescentes constituem a segunda maior nação negra do mundo, dado que em primeiro lugar encontra-se a Nigéria, representando, assim, quase metade da população brasileira. Pode-se afirmar que essa metade é a mais pobre e miserável, pois de acordo com Henriques (apud VIVARTA, 2003) é incontestável que ao nascer de cor parda ou preta, aumenta drasticamente a probabilidade de um brasileiro ser pobre.

Outro aspecto que vale destacar é que os jovens pobres começam a trabalhar bastante cedo, o que, de certa forma, prejudica a sua escolaridade. Por conseguinte, encontram-se inseridos em condições de trabalho precárias, associadas a atividades irregulares de baixa produtividade e rendimento.

As crianças pobres, dentro desse mesmo quadro, também são grandemente prejudicadas, pois, na grande maioria das vezes, interrompem seu processo escolar e formativo, submetendo-se a trabalhos de baixa qualidade, lesivos ao seu desenvolvimento físico, cultural e psicológico. São privadas de levar uma vida saudável, dado que a carência em que necessitam conviver, cotidianamente, prejudica-o de tal forma que não conseguem nem ter suas necessidades básicas¹ supridas.

Portanto, os indivíduos pertencentes às classes subalternas têm maiores possibilidades de serem afetados pela pobreza e pela exclusão, uma vez que comumente apropriam-se de uma renda mínima incapaz de suprir suas necessidades básicas. Encontram-se, nesse sentido, em uma situação precária, uma vez que o nível de recursos de que dispõem é considerado mínimo em uma sociedade e época determinadas.

É importante considerar, entretanto, que a definição de pobreza é bastante complexa e ampla, abarcando muito mais elementos que a mera noção restrita de renda. Alguns teóricos como Amartya Sen (1999), acreditam que é mister compreender a pobreza como a privação de capacidades básicas, e não somente como precariedade de renda.

Nessa acepção, a pobreza está ligada a condições onde há penúria, vulnerabilidade, exclusão e falta de poder para que os indivíduos alcancem padrões de vida adequados e possam garantir os seus direitos. Desse modo, a situação de pobreza é caracterizada por inúmeras carências, as quais não se remetem apenas ao plano econômico, mas englobam âmbitos como poder, participação, bem-estar.

De maneira geral, pobreza é destituição de recursos gerando marginalidade e desproteção. É carência dos meios de sobrevivência; marginalização no que se refere a usufruir dos frutos do progresso, como emprego, renda, consumo; e desproteção por falta de amparo público adequado, uma vez que a esfera estatal não garante o acesso aos direitos básicos de cidadania. Nas palavras de Abranches

Ser pobre significa, em termos muito simples, consumir todas as energias disponíveis exclusivamente na luta contra a morte; não poder cuidar senão da mínima persistência física, material. (...) As pessoas muito pobres não

¹ É preciso esclarecer que a sobrevivência requer que as necessidades biológicas sejam satisfeitas em grau adequado, com o intuito de prevenir seqüelas derivadas da má alimentação. Critérios ligados às necessidades culturais e sociais compõem ainda o vasto quadro de requisitos que devem estar presentes para atender as necessidades básicas dos seres humanos.

podem atuar como cidadãos íntegros. A necessidade tolhe a liberdade. Por isso são, também, politicamente mais fracas e mais dependentes. Sua existência, nessa condição, debilita toda nação. Por que nas comunidades em que parcela de seus membros permanece sem direitos e sem liberdade, o direito e a liberdade de todos estão sob permanente ameaça (ABRANCHES, 1987, p.16).

Desfaz-se, aqui, claramente, o mito da cultura da pobreza, o qual traz a idéia de que os indivíduos pobres não melhoram a sua condição socioeconômica porque não querem. Isso é uma verdadeira falácia, na medida em que as evidências empíricas e históricas provam totalmente o contrário. O que é possível afirmar é que tais atores não melhoram suas condições de vida, porque possuem pouca ou nenhuma oportunidade para transformar a sua vida. Não lhes sobram nem tempo e nem espaço para buscar os recursos de que precisam, por mais que passem horas em busca de trabalho ou trabalhando.

Essas horas acabam por reduzir a educação recebida pelas pessoas pertencentes às classes subalternas. Além disso, estas desfrutam de forma cada vez mais escassa de tempos de lazer, dos cuidados com a saúde, das ações políticas e da liberdade. São impotentes diante da necessidade, que lhes retira toda a liberdade, não lhes deixando escolhas.

1.2 Liberdades e capacidades: Formas de combate a pobreza e a exclusão social

Para Sen (2001), quando se trata do assunto da pobreza é preciso ter em mente que esta, não necessariamente, é um problema de auto-estima baixa, mas de incapacidade de buscar bem-estar, devido à falta de meios econômicos. Existe, no entanto, uma deficiência de capacidades básicas para alcançar certos níveis minimamente aceitáveis.

Embora os meios econômicos sejam importantes no que se refere à situação de privação, estes não podem ser julgados de maneira independente das possibilidades reais de “conversão” de rendas e recursos em capacidades para realizar funcionamentos. Desse modo, se a pobreza é identificada em termos de renda, é preciso considerar outros aspectos e não inicialmente a renda.

Por conseguinte, muito mais do que verificar se a renda é genericamente baixa ou alta, é mister levar em consideração as características pessoais e circunstanciais. Dessa forma, uma renda inadequada representa a incapacidade de gerar níveis específicos de capacidades para o indivíduo em questão.

Nessa situação, as pessoas não conseguem buscar seus objetivos e nem concretizar suas escolhas, na medida em que lhes faltam estruturas habilitadoras, como a liberdade, capacidades, oportunidades. Para Sen (2001), prevalece a idéia de que a “vida boa” está ligada a uma vida repleta de escolhas genuínas, onde os indivíduos não podem ser forçados a viver de alguma forma específica, por mais rica que esta forma de vida venha a ser.

As escolhas genuínas, além de se encontrarem ligadas às oportunidades reais e as capacidades, também associam-se a “acessibilidade” a recursos, que dependem das habilidades e talentos que cada pessoa possui, a fim de poder utilizar de forma alternativa os recursos que detêm. Cabe destacar, assim, que a falta de recursos limita tanto os meios de alcançar os objetivos, como as próprias metas e preferências que se configuram no decorrer da vida. Logo, ser carente de habilidades e talentos representa de fato uma limitação da liberdade de ter e fazer escolhas.

Nesse contexto, é importante elucidar que situações ou instituições que tiranizam os indivíduos, como, por exemplo, pobreza, desemprego, fome, desamparo ou insegurança social, econômica, costumes, governos, podem acarretar situações de desvantagem, restringindo, assim, as alternativas ou possibilidades de mudança. Um exemplo prático e atual deste assunto, é o da economia tradicional, onde o bem-estar dos indivíduos depende do domínio que a pessoa possui sobre os bens e serviços existentes.

Foca-se, portanto, na variável renda, dado que esta representa o quanto cada pessoa pode consumir. Desse modo, a liberdade dos indivíduos está ligada às oportunidades de consumir os bens e serviços disponibilizados. Quanto maior for a amplitude desse conjunto de oportunidades, maior a liberdade individual.

A fim de compreender melhor as escolhas e oportunidades dos indivíduos é preciso verificar os estados e as ações que uma pessoa vive. Estas realizações são chamadas “funcionamentos”.

Com base nessas elucidações, de acordo com este teórico, o que deve ser igualado são os funcionamentos básicos, para isso, entretanto, é preciso encontrar

um núcleo de necessidades comuns a todas as pessoas, em cuja dimensão é possível avaliar a desigualdade. É necessário entender que as capacidades encontram-se relacionadas à liberdade e vice-versa, dado que por meio das capacidades é possível identificar aumentos ou diminuições de liberdades em variados contextos interdependentes de avaliação da desigualdade que podem englobar diferentes fatores como pobreza, padrões de vida, justiça, oportunidades econômicas, etc.

Assim, a capacidade de uma pessoa para realizar funcionamentos, contribui para avaliar, tanto a igualdade, como a desigualdade. O que é visível, portanto, é que as desigualdades na realização de objetivos podem afetar de forma negativa a liberdade dos indivíduos.

A capacidade dos indivíduos para realizar seus objetivos depende das oportunidades que possuem. É válido ressaltar, contudo, que em situações de adversidade e privação persistentes, os indivíduos não permanecem queixosos o tempo todo, podendo, assim, faltar-lhes inclusive a motivação para desejar uma transformação radical das circunstâncias.

Quando se fala no conceito de “igualdade de oportunidades” é necessário ter em mente que este remete-se à igualdade de disponibilidade de algum meio em particular, ou com referência a igual aplicabilidade de algumas barreiras ou restrições específicas. De fato, o modo mais adequado de apreciar a igualdade “real” de oportunidades deve ter por base a igualdade de capacidades (ou a eliminação das desigualdades claras nas capacidades).

Entende-se, assim, que o conceito de desigualdade depende diretamente das características pessoais e sociais que afetam de forma relevante a capacidade de mobilidade que os indivíduos têm para transformar suas potencialidades em bem-estar. Para tanto, a falta de mobilidade socioeconômica ou a existência de barreiras à mudança de posição de um indivíduo ou grupo na estrutura social contribui para o aumento da desigualdade, bem como para a criação de um desenvolvimento baseado na exclusão e na miséria.

Cabe destacar que a situação de pobreza pode tornar-se ainda mais séria quando evolui para a miséria. Na visão de Castells (2003), a miséria refere-se à pobreza extrema, que compreende o índice mais baixo de distribuição de bens e recursos, ou seja, é a privação de rendimentos que causa inúmeras desvantagens sociais e econômicas na vida de determinados indivíduos.

Frequentemente, os indivíduos que se encontram em situação de pobreza ou miséria pertencem a gama de pessoas excluídas do mercado de trabalho, seja pela falta de qualificação ou porque de fato são sobrantes do mercado (Castel,1998). Este termo designa a formação de um excedente populacional de trabalhadores, ou seja, a criação de uma reserva permanente, onde passa a existir um exército industrial de reserva ou de pessoas produtivamente inúteis que se reforça nos períodos de crise e pode ser absorvido nos períodos de expansão do capital. Assim, torna-se significativo o número de desempregados, os quais são socialmente excluídos, já que não conseguem um emprego formal, passando a sobreviver de trabalhos precários e inadequados, de programas solidários, de programas de atividades sociais, de mendicância ou do crime organizado e da violência interpessoal.

Nesse ponto, o que se percebe é que quem não consegue encontrar uma posição privilegiada no mercado de trabalho, facilmente ocupará posições desprivilegiadas no interior da estrutura social, vendo-se cada vez mais impossibilitado de apropriar-se do conjunto de necessidades que lhe permitem sobreviver. Dessa forma, o indivíduo excluído socialmente não possui os seus direitos sociais garantidos, de maneira que não tem a oportunidade de participar de processos sociais e ocupacionais relevantes na sociedade.

Logo, é impedido de ascender socialmente, isto é, a posições que lhe proporcionem uma existência autônoma, dentro de determinados modelos sociais. Essas posições encontram-se associadas à possibilidade de trabalho remunerado com certa regularidade.

Portanto, as pessoas que estão fora do mercado de trabalho são excluídas de muitos benefícios que podem acarretar em uma melhor qualidade de vida. É relevante elucidar, no entanto, que os processos de exclusão social não estão ligados apenas à esfera econômica, mas se dão através da interação de diversas dimensões, tais como: as características sociodemográficas (gênero, idade), elementos culturais (etnia, normas, valores e definições do que seja aceitável), fatores econômicos e elementos político-institucionais (representação, estrutura organizacional, etc.).

Dessa maneira, a exclusão social encontra-se diretamente associada a processos que aumentam a exposição de determinados grupos sociais a riscos e situações de vulnerabilidade. Vale compreender que os elementos geradores de

exclusão social originam barreiras que impedem o acesso a ativos, recursos produtivos, a participação no mercado e em instituições sociais, culturais e políticas por parte de grupos vulneráveis.

Compreende-se, portanto, que a exclusão social é de fato um processo e não uma condição. Para Castells (2003, p.85) *“(...) os seus limites mantêm-se sempre móveis, e os excluídos e incluídos podem revezar-se no processo ao longo do tempo, dependendo do seu grau de escolaridade, características demográficas, preconceitos sociais, práticas Empresariais e políticas governamentais”*.

A exclusão social ao se agravar pode colocar os indivíduos em situação de miséria, ficando, assim, à margem da sociedade, ocupando o lugar de “farrapos humanos”. Vale ressaltar, ainda, que o processo de exclusão não afeta apenas as pessoas, mas estende-se por territórios inteiros, seja países, regiões, cidades ou bairros, o que acaba por relegar à exclusão a maioria da população. Portanto, os excluídos encontram-se dissociados, tanto do processo produtivo, como do processo de consumo. A falta desses processos contribui de forma relevante para que se origine uma verdadeira situação de desvantagem econômica, política, social e um desenvolvimento deficitário.

As relações entre a pobreza e a exclusão abordadas neste capítulo têm uma ligação bastante ampla com o objeto de estudo pesquisado, dado que o universo de pessoas estudadas encaixa-se, perfeitamente, na condição de pobre, pois devido às restrições que enfrentam no seu cotidiano têm suas escolhas e capacidades fortemente restringidas, sobretudo pela falta de recursos, o que impossibilita o alcance de uma boa qualidade de vida.

Tendo em vista tais aspectos, no próximo capítulo serão discutidas questões a respeito das dimensões relacionadas ao desenvolvimento, pois este é parte fundamental no debate acerca da pobreza, bem como das problemáticas ambientais. Diante disso, faz-se proeminente construir, nesta dissertação, um capítulo que discuta os tipos de desenvolvimento e quais suas implicações para a população, em geral e em específico àquelas pobres - enfraquecidas e desmobilizadas- comumente pertencentes aos países do Sul.

2- DESENVOLVIMENTO E SUAS INTERFACES

2.1- Os conceitos de desenvolvimento econômico e social – convergências e controvérsias

Quando se fala em desenvolvimento, é essencial elucidar que por volta da metade do século XX não havia distinção entre este processo e o crescimento econômico, pois eram poucas as nações que haviam se tornado ricas com a industrialização. A maioria continuava pobre, pois apresentava um processo incipiente de industrialização.

Na visão de Rivero (apud VEIGA, 2008), nesta época, tinha-se uma representação quantitativa do mundo, onde os processos qualitativos histórico-culturais, éticos e ecológicos eram solapados por fatores econômicos e tecnológicos. Por conseguinte, até a década de 80, a visão que o mundo possuía sobre desenvolvimento era baseada, essencialmente, na idéia economicista, relegando para segundo plano as questões relacionadas às problemáticas sociais e ecológicas. Tal modelo, até então preconizado, tinha por base princípios mecânicos, desdenhando os limites naturais, buscando maximizar as utilidades individuais e minimizar as necessidades do sistema biótico.

No entanto, vale aqui explicar que com o aumento das misérias produzidas por este sistema científico-tecnológico, passa-se a perceber a inviabilidade desta forma de crescimento como a única capaz de desenvolver a sociedade. Posteriormente a essa década, o debate sobre o desenvolvimento sofreu transformações, tornando a idéia, meramente econômica, obsoleta, pois se reconheceu que esse modelo adotado no mundo inteiro, por 50 anos, acentuou de modo catastrófico as desigualdades, não conseguindo atender às necessidades da população, principalmente dos países subdesenvolvidos, de forma que não comportava postos de trabalho suficientes para todos.

Houve o aumento da pressão demográfica, da destruição do meio ambiente, da marginalidade social, da fome e da pobreza. Todos esses fenômenos resultam de uma lógica competitiva e de concorrência, na qual os objetivos do lucro e da exploração são tidos como primordiais. O sistema socioeconômico é imbuído de

uma lógica racional pautada por fins e meios, que devem estar de acordo com os mecanismos de eficiência e eficácia capitalista.

Diante disso, várias nações reconheceram que apesar da era da globalização trazer um progresso econômico e tecnológico jamais precedente, o número de excluídos tornou-se gigantesco, visto que são diversos os obstáculos enfrentados pelos países em desenvolvimento para fazerem parte da economia mundial. Tais nações, não conseguem se integrar e participar do mercado global, o que resulta na significativa marginalização de seus cidadãos, os quais não possuem nem as necessidades humanas, mais básicas, atendidas.

Nesse sentido, alguns teóricos (BAUMAN, 2000) enfatizam, de modo representativo, as dificuldades existentes no combate às problemáticas sociais, já que os processos econômico-tecnológicos ligados à globalização, ao invés de amenizarem as problemáticas, contribuíram apenas para a reafirmação dos ideais do mercado e para o enfraquecimento das relações sociais, o que vem a acarretar a fragmentação dos princípios democráticos. Para tanto, as opções destinadas ao desenvolvimento social se estreitam grandiosamente, tornando sua promoção muito mais restrita.

Quando se aborda sobre a globalização, na visão de alguns estudiosos (BAUMAN, 2000), o Estado parece estar se desgastando ou definhando, e a responsabilidade por essa situação é atribuída às forças erosivas transnacionais, as quais provocam uma nova e desconfortável percepção das coisas “fugindo do controle”. Esta pode ser entendida como um processo contemporâneo em desenvolvimento que abarca os mais variados campos da vida, isto é, abrange as esferas econômica, política, social e cultural. É, nesse sentido, um fenômeno dinâmico e inacabado que traz mudanças e a ruptura de conceitos, idéias e paradigmas.

A globalização econômica pode ser vista assim, como uma nova fase capitalista ligada ao declínio do Estado-Nação e ao fortalecimento de centros decisórios dispersos em órgãos multilaterais, Empresas e conglomerados transnacionais. Nesse contexto, o aspecto fundamental é a reprodução constante do capital em escala global, que trouxe algumas consequências desastrosas para a sociedade, como: o aumento da pobreza, da miséria, da exclusão social e a redução das condições de cidadania, exacerbando ainda mais as desigualdades entre os sujeitos.

Sabe-se que o aumento das desigualdades limita não só o desenvolvimento social, como o econômico, na medida em que ambos encontram-se inter-relacionados, pois um influencia diretamente o outro. A ênfase restrita no âmbito econômico causa demasiada exclusão social, entretanto, as visões voltadas meramente para o social criam nada mais do que fragmentadas políticas de compensação.

Dessa maneira, é indispensável tratar do desenvolvimento como um processo integral, que leve em consideração os números e os gráficos, mas que dedique maior atenção às pessoas. Necessita-se, desse modo, de um desenvolvimento consciente dos impactos ambientais², da pobreza existente, do desemprego, visando, por meio desta conscientização, criar políticas de distribuição de renda, de produção e de democratização do conhecimento, para, dessa forma, atender às reais necessidades da população.

Quando se trata da lógica do modelo de desenvolvimento brasileiro, é indispensável associá-la ao modelo de acumulação capitalista, no qual o capital é sobrevalorizado e acumulado de forma desenfreada e excludente. Contrapondo-se a esse tipo de desenvolvimento, Amartya Sen prega que o desenvolvimento deve ser entendido como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. A liberdade melhora o potencial das pessoas, seja para cuidar de si mesmas ou dos problemas coletivos, influenciando positivamente as questões centrais para a melhoria da qualidade de vida dos atores sociais.

Contribui, assim, para o fortalecimento do poder político dos cidadãos, o que pode tornar mais efetiva as lutas de combate à pobreza, a partir de exigências pautadas em ideais de crescimento equitativo, sustentável e democrático. Outro autor que coaduna com essa idéia é Ignacy Sachs (2007), que admite que o desenvolvimento, para ser benigno para a população, precisa permitir que cada cidadão possa revelar suas capacidades, seus talentos e sua imaginação para poder buscar sua autorealização e felicidade. O que se quer dizer com isso, é que o desenvolvimento está diretamente ligado à idéia das pessoas viverem conforme o

² De acordo com GUERRA & CUNHA (2005) impacto ambiental “é o processo de mudanças sociais e ecológicas causado por perturbações (uma nova ocupação e/ou construção de um objeto novo: uma usina, uma estrada ou uma indústria) no ambiente (...) é a relação entre sociedade e natureza que se transforma diferencial e dinamicamente (...) Altera as estruturas de classes sociais e reestrutura o espaço (...) Na produção dos impactos ambientais, as condições ecológicas alteram as condições culturais, sociais e históricas, e são por elas transformadas” (p.24-25).

tipo de vida que escolheram, tendo, é claro, acesso aos instrumentos e oportunidades para fazerem as suas escolhas (PNUD, 2004, apud VEIGA, 2008).

No Brasil, o processo de desenvolvimento econômico não contribui de forma grandiosa para diminuir as desigualdades sociais. Seguindo essa assertiva, Henriques (apud Gacitúa-Mário e Woolcock, 2005) declara que “*o Brasil não é um país pobre, mas desigual, com uma grande população pobre*”. A pobreza dificulta de forma drástica a vida dos indivíduos, uma vez que aqueles que se encontram aprisionados nesta condição enfrentam obstáculos para a mobilidade no interior da estrutura social. Na sociedade brasileira, a desigualdade cria abismos no acesso dos sujeitos a direitos fundamentais, como à vida, à saúde e à educação de qualidade.

Associada à idéia da redução das problemáticas sociais, grande parcela da população brasileira sustenta a visão de que a redução da desigualdade, da pobreza e da exclusão está intrinsecamente ligada à ação do Estado, sendo que poucos acreditam que seja de sua responsabilidade fazer alguma coisa que venha a minimizar tal situação. Nesse sentido, os brasileiros vêem de forma positiva as ações coletivas que têm um importante papel na redução das desigualdades, embora não tenham a percepção de que são individualmente autores relevantes nesse processo. Logo, o fato de criar parcerias entre a esfera pública e a sociedade civil seria fundamental para modificar a visão predominante de que o Estado é o único agente responsável pela diminuição da pobreza, da desigualdade e da exclusão.

Um dado relevante a considerar é que o Estado, desde a democratização do Brasil, tem criado políticas sociais variadas, a fim de amenizar as problemáticas sociais. Todavia, muitas vezes as medidas adotadas possuem uma qualidade questionável de assistência e pouca eficiência nos serviços prestados. Portanto, os indivíduos têm uma gama muito restrita de escolhas em relação aos códigos que ordenam, tanto a sociedade como o Estado, ficando completamente à mercê das políticas estatais. Criam, desse modo, uma quase que completa dependência do Estado, já que, na maior parte das vezes, não podem contar com os seus recursos pessoais, exacerbadamente escassos para escapar da situação de pobreza e de exclusão.

Essa dependência de um Estado incapaz de completar suas tarefas engendra frustração e desorientação política, contribuindo para subordinar as massas. De certa forma, isso acaba prejudicando a formação de associações voluntárias, que

pode ser considerada como um modo virtuoso de participação política e cívica que atua como um antídoto contra a alienação e a exclusão. Portanto, o associativismo pode ser entendido como um microfundamento da democracia, já que se contrapõe à oligarquização do poder.

Nesse sentido, a cooperação entre os indivíduos além de compensar grandemente os problemas de fragmentação, auxilia na obtenção de melhores informações, assim como na equalização da representação e na educação dos cidadãos. Logo, estes tendem a tornarem-se mais participativos na condução das atividades públicas.

À luz de inúmeras teorias observa-se que a distribuição cada vez mais desigual da tecnologia e da economia não resulta de uma escassez de recursos e sim da má organização social e política. Como resultado dessa desorganização surge uma degradação das relações sociais, além da deterioração dos serviços de saúde, de educação e de previdência social, o aparecimento do desemprego estrutural, que é bastante importante e difícil de ser eliminado.

Assim, cabe esclarecer que quando se trata de desenvolvimento é indispensável levar em consideração diversas esferas da vida, especialmente, a inter-relação entre o âmbito social, ambiental e econômico. Para Sachs o desenvolvimento

[...] requer soluções triplamente ganhadoras: socialmente responsivas, ambientalmente prudentes e economicamente viáveis, oferecendo a todos uma oportunidade de ganhar a vida por meio do emprego assalariado, da produção para auto-consumo ou uma mistura dos dois. O desenvolvimento genuíno deve obedecer ao duplo imperativo ético de solidariedade sincrônica com a geração presente e solidariedade diacrônica com as gerações futuras, e basear-se num contrato social estabelecido democraticamente, complementado por um contrato natural (SACHS, 2007).

Diante disso, a política apresenta-se como uma esfera fundamental, pois o desenvolvimento de uma determinada comunidade, região ou país necessita ser discutido na esfera pública de forma democrática, havendo, assim, a participação dos cidadãos, os quais precisam buscar tomar decisões que sejam cruciais para a melhoria da sua qualidade de vida. Desse modo, a democracia é o valor primordial, segundo Amartya Sen (2003), é mister equiparar o desenvolvimento à expansão das liberdades positivas e à apropriação efetiva de todos os direitos humanos por todas as pessoas. Logo, a democracia está ligada ao empoderamento dos cidadãos, os

quais podem compartilhar com igualdade as tomadas de decisão política, a fim de buscar um modo de subsistência decente.

Outro ponto que não pode deixar de ser elucidado é que os valores culturais podem também ter uma influência significativa na promoção do desenvolvimento, já que auxiliam na idéia de sustentabilidade, a qual entrelaça as dimensões social, econômica e ambiental. Sendo assim, é necessário salientar que o desenvolvimento, nas últimas décadas, tornou-se um conceito abrangente, não contemplando somente, o âmbito econômico, ou seja, o mercado, mas enfatiza outros âmbitos de suma importância como, por exemplo, o social, o ambiental; logo, deve ser encarado como um fenômeno de caráter multifacetado.

2.2 Desenvolvimento Ambiental – A preocupação com os recursos naturais e o combate às problemáticas ambientais

A partir da década de 70, a crise social e ambiental vivenciada pelo mundo, levou a uma onda de pessimismo, juntamente com a tomada de consciência ecologista e o nascimento dos movimentos verdes. Iniciou-se, nos países ricos do planeta, proveniente de uma reação aos excessos de um otimismo desenfreado ligado à tecnologia, o qual não havia dado a menor atenção, nem aos limites naturais, nem aos sociais, ocasionando a destruição das florestas, o aquecimento global, devido ao uso intensivo de combustíveis fósseis, poluição, bem como o aumento da taxa de desempregados e o conseqüente aumento da pobreza e da exclusão social.

Em função dos padrões determinísticos estabelecidos pelo capitalismo, a natureza, tanto das espécies vegetais como dos animais foi obrigada a evoluir dentro das normas estabelecidas pela racionalidade econômica. Perante esses fatores, a estruturação dos fundamentos sócioorganizacionais, associados à irreversibilidade humana, de alguma forma, tendeu a tornar os sujeitos desprovidos de seu acesso à cidadania, à participação e ao direito de decidirem sobre os planejamentos e gestões de suas cidades. O sujeito assume, assim, o papel de entidade amorfa e alienada, já que não participa e nem decide sobre nada que diga respeito ao local onde se encontra inserido.

O que se vê, dessa maneira, é que há uma atomização da ação social por parte da sociedade e também por parte dos grupos que compõem o Estado, que tem

tremenda dificuldade em controlar as questões advindas da adoção de um modelo capitalista falho. Nesse cenário, de intensas problemáticas, quem ganha visibilidade e poder são as grandes organizações supranacionais, as quais buscam assumir a liderança dos processos de transformação, controle e regulação do sistema global, objetivando solucionar o colapso apocalíptico da natureza e a destruição do meio ambiente. Para tanto, é possível afirmar que conflitos ambientais serão cada vez mais frequentes no mundo contemporâneo, devido às crescentes tensões pelo acesso a recursos naturais.

Fundamentadas nesta lógica ganham visibilidade questões referentes às necessidades de se estabelecer mecanismos de proteção ambiental, para, com isso, tentar amenizar as problemáticas provenientes do desenvolvimento econômico. Ocorre o debate de diferentes opiniões, com vistas a analisar as relações entre meio ambiente e desenvolvimento. Na vivacidade das discussões, surge uma alternativa média entre o economismo arrogante e o fundamentalismo ecológico. Conclui-se, portanto, que o crescimento econômico ainda se faz necessário, mas necessita implementar métodos favoráveis ao meio ambiente, ao invés de favorecer a incorporação predatória da natureza pelo capital.

Nesse sentido, a proposta de crescimento zero foi detida por inúmeras razões, já que a falta de crescimento deterioraria ainda mais a situação da pobreza. De tal modo, faz-se necessária, certamente, uma distribuição diferente de propriedade e renda. Além disso, foi estabelecido como de extrema importância o aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza, buscando incorporar a questão da conservação da biodiversidade.

Diante disso, surgem os princípios da sustentabilidade, que se contrapõem, sobretudo, à depredação do meio ambiente e à apropriação e utilização de bens e serviços como objetos efêmeros, entrando em pauta até mesmo a discussão sobre o desperdício de recursos e a criação de lixo, resultante das diversas atividades humanas. A sustentabilidade propõe um desenvolvimento não-predatório, válido também do ponto de vista econômico.

Essa proposta visa, de fato, restringir a pressão sobre o meio ambiente, buscando, de forma incessante, modelos de eficiência e de equidade na distribuição dos recursos. Sabe-se que quando o desenvolvimento urbano não é acompanhado pelo crescimento e distribuição dos investimentos em infraestruturas e acesso aos serviços básicos, tem-se um exacerbamento das desigualdades socioespaciais.

Um importante aspecto a ser considerado é o de que o desenvolvimento sustentável é indissociável do desenvolvimento global, pois depende tanto das mudanças econômicas, quanto das sociais, culturais, políticas, ecológicas, etc. Tal desenvolvimento não é facilmente mensurável, na medida em que suas dimensões se misturam qualitativa e quantitativamente .

É notável que o conceito de desenvolvimento sustentável é algo que ainda está “em construção”, mas que mescla preocupações com o crescimento associado à redução da pobreza e à conservação ambiental. Logo, os princípios e premissas que podem orientar a sua aplicação são ainda experimentais, dependendo, sobretudo, de um processo social, onde os atores, articulados em redes, lutem pela defesa do meio ambiente.

Conflitando com essas idéias, alguns teóricos acreditam que o avanço rumo à sustentabilidade só pode se dar via a lógica do mercado, devendo ocorrer a apropriação privada dos recursos naturais e à qualidade ambiental. Essa perspectiva, comumente, é apoiada pelo mundo Empresarial, que privilegia a idéia do chamado consumo verde, onde se paga mais caro por produtos que são fabricados obedecendo os princípios da preservação ambiental (COSTA, apud HISSA, 2008).

Nessa acepção mercadológica, pode-se afirmar que a natureza torna-se um produto de compra e de venda, cobiçado por muitos capitalistas, de forma que necessitam da biodiversidade para sustentar a produção de bens de consumo. Nessas condições, é “aceitável” que algumas pessoas tenham o direito de fazer maior uso dos recursos naturais, desde que paguem, é claro, uma vez que a produção de mercadorias em larga escala estimula a confrontação pelo uso da natureza, a qual é transformada em recursos para a acumulação capitalista (ALIER, 2007).³

Baseado no poder das elites do mercado mundial, Joan Alier traz em seu livro “O Ecologismo dos Pobres” idéias sobre os conflitos socioeconômicos entre os países, onde a maioria dos governantes insiste em medidas que deem visibilidade ao crescimento econômico, como forma de “tentar” aliviar a pobreza. Tal tentativa

³ Desse ponto de vista, o que teremos é um futuro tenso, onde o uso demasiado da natureza, tornará alguns recursos raros e escassos e o controle de sua extração e beneficiamento será fortemente disputado.

pauta-se, na maioria das vezes, no aumento do crescimento como um todo e não em fatores de redistribuição.

Sabe-se que pressupostos como estes configuram-se como falhos, já que sem redistribuição não há como produzir um desenvolvimento benéfico a todos, principalmente às nações vistas como subdesenvolvidas e suas classes subalternas. Logo, tanto o crescimento econômico, quanto os impactos ambientais apresentam-se de forma desproporcional e desigual entre os países. Além disso, no interior das próprias nações o crescimento econômico pode gerar disparidades, onde o aumento dos lucros, não implica, necessariamente, em maior segurança, na resolução dos problemas sociais e na redução da degradação ambiental.

No que se refere à distribuição desigual de recursos financeiros, cabe elucidar, que em várias regiões do mundo, existem grupos que por estarem em situação de extrema pobreza não dispõem de condições para adquirir ou dispor de água potável. Há outros povos que necessitam utilizar-se de lenha e de esterco como combustível. Logo, a pobreza pode, sim, intensificar a degradação do meio ambiente, no entanto, uma maior renda permitiria que as famílias pobres pudessem utilizar de outras alternativas que não fossem tão prejudiciais ao meio ambiente.

No mundo, os grupos adeptos à teoria da justiça distributiva acreditam que seja necessário, para avaliar qualquer tipo de dano ambiental, a utilização de indicadores e índices físicos, a fim de verificar o impacto da economia humana no meio ambiente. Tudo deve ser avaliado: as contaminações não compensadas, seja do ar, da água, do solo, a exploração de recursos sem investimentos alternativos, a perda de biodiversidade, a acumulação de dejetos atômicos, o esgotamento dos bancos pesqueiros, a perda dos meios de sobrevivência de determinadas povoados, a usurpação dos direitos humanos, a sobrepujação e o roubo de conhecimentos tradicionais (biopirataria), etc. Na visão da justiça distributiva, esses problemas, no contexto atual, não permanecem nos países exploradores, e sim, nos explorados.

Tudo é deslocado para os países e regiões mais pobres, sejam custos ambientais, ou sociais. Os pobres são, portanto, o grupo mais suscetível da degradação ambiental.

É visível, portanto, que o peso da contaminação de regiões e da degradação ambiental como um todo recai sobre grupos específicos. As grandes Empresas, junto com os Estados, ignoram que os seres humanos necessitam de determinados recursos naturais e certa qualidade ambiental, com vistas a

assegurarem sua sobrevivência. Posicionado-se contra isso, os Estados associados ao setores Empresariais e industriais outorgam a forasteiros (multinacionais) concessões petrolíferas, minerais, madeireiras ou de acesso à água. Portanto, “*o Estado trai os pobres, para tomar partido dos ricos, sejam eles nacionais ou estrangeiros*” (ALIER, 2007, p. 277).

Os países pertencentes à parte sul do globo terrestre são, em sua maioria, pobres e carentes de poder, propiciando, com isso, um intercâmbio mundial ecologicamente desigual. Possuem, comumente, economias baseadas no extrativismo, não sendo capazes de impor limites à taxa de extração dos seus recursos e de criar impostos frente ao esgotamento do capital natural. São, portanto, incapazes de internalizar as externalidades nos preços ou de diversificar suas exportações. Abrem-se para a venda de mão-de-obra barata, vendem recursos ambientais a preços baixíssimos, provocando problemas de saúde na sua população.

Quem se beneficia desse intercâmbio, ecologicamente desigual, em termos de riscos e de danos à saúde ou ao meio ambiente, são os países ricos do Norte, os quais manipulam incessantemente o jogo do mercado mundial, a fim de permanecerem no topo da economia. Para ALIER (2007) estes países estão em dívida com os países do Sul, dado que usufruem demasiadamente de seus recursos ambientais, da sua mão-de-obra barata, além de se permitirem deixar nestes países pobres os restos de suas toxinas, que causam problemas ambientais e de saúde nestas regiões.

Considera, assim, que o Sul já não tem mais nenhum tipo de dívida econômica a pagar para o Norte, dado que este depredou os recursos dos países pobres de forma intensa, sem nunca ter reparado os danos causados. Para tanto, o Norte é que tem uma dívida ecológica para com o Sul. Para tanto, entende-se que a maior ameaça ao meio ambiente é o consumo excessivo do Norte. A reivindicação vitoriosa do pagamento da dívida ecológica e a sua utilização para a promoção de tecnologias sustentáveis poderiam ser transformadas em políticas, a fim de melhorar a posição ambiental mundial e, ao mesmo tempo, melhorar a situação econômica dos países pobres do Sul.

A partir desse quadro de teorias e discussões, enfatizam-se análises sobre o desenvolvimento sustentável e ganham forças idéias de que há, decisivamente, a ligação entre três fatores: degradação ambiental, pressão populacional e pobreza.

Nascem idéias de que tanto a pobreza, quanto a riqueza podem gerar problemas ambientais. A riqueza, por meio da exploração desenfreada dos recursos naturais, a fim de satisfazer os mercados e as elites, e a pobreza, através da pressão sobre a natureza, com o intuito de buscar sobrevivência por parte dos miseráveis e excluídos do sistema.

Todo este debate sobre desenvolvimento sustentável levou, assim, ao questionamento do consumo excessivo realizado pela minoria abastada, visto que esse consumo desenfreado acaba por prejudicar a natureza, provocando a escassez cada vez maior dos recursos não-renováveis. É importante elucidar também, que a maioria espoliada, para tentar sobreviver, exige demais dos sistemas de suporte da vida, o que igualmente acaba por interferir de forma negativa na natureza.

Nessa acepção, a necessidade de mudar os padrões de consumo e o estilo de vida dos ricos, com o propósito de permitir um avanço econômico e social para os pobres vem sendo proclamada e discutida. O que realmente importa é que os efeitos predatórios sociais e ambientais advindos do mercado sejam combatidos, havendo uma economia de recursos e atividades direcionadas para a produtividade de recursos como, por exemplo, a reciclagem, o aproveitamento do lixo, a conservação de energia, água e recursos, assim como a manutenção de equipamentos.

Por conseguinte, é preciso que haja um equilíbrio entre o mercado, o Estado e a sociedade civil, a fim de promover uma combinação viável entre a economia e a ecologia. O ecodesenvolvimento requer, nesse contexto, o planejamento local e participativo, no nível micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos, já que quanto maior o nível de engajamento cívico das pessoas, maior poderão ser os ganhos obtidos por estas.

Diante desse cenário, o aperfeiçoamento da democracia e o fortalecimento do capital social são, em grande medida, sinônimos de desenvolvimento, de forma que podem proporcionar a apropriação efetiva de todos os direitos humanos por todas as pessoas. Para tanto, as iniciativas no nível comunitário devem ser apoiadas devendo estar baseadas no acesso a recursos, a capacidades e conhecimentos críticos, os quais, em geral, não existem localmente.

Para tanto, como já se pode compreender, o ecodesenvolvimento urbano exige um conhecimento minucioso e concreto das necessidades básicas locais, tendo por base os recursos latentes existentes. Entretanto, a descoberta e a harmonização de tais recursos requerem uma participação contínua e eficaz da

população, ou seja, das entidades civis e dos movimentos populares, pois estes são os que melhor conhecem as condições específicas de seu bairro.

Sendo assim, o ecodesenvolvimento, quando se fala em proteção do meio ambiente, é a categoria analítica central, na medida em que agrega a economia e a ecologia, contemplando mecanismos que, ao mesmo tempo em que contribuem para o crescimento econômico, não degradam a natureza. Nesse sentido, abarca também a esfera do social, uma vez que quanto mais planejamento e participação local houver por parte da população, maiores serão os ganhos ligados à comunidade. É possível que esta, quanto mais integrada e fortalecida, mais conquiste legitimidade, tendo assim, maior força para pressionar o governo a atender suas necessidades por meio de políticas e programas que abranjam os mais diversos segmentos sociais.

2.3 Conexões entre a pobreza e a degradação ambiental

O desenvolvimento de políticas eficientes pode auxiliar na ampliação da democracia, mas para isso, é extremamente necessário que a agenda global de políticas pautar-se cada vez mais em questões inter-relacionadas às mais diferentes esferas da sociedade, seja pobreza, crescimento, meio ambiente, economia, as quais têm constituído os assuntos mais problemáticos e preponderantes para o estabelecimento de metas de crescimento que visem o bem-estar.

As pressões ambientais globais, provocadas por condições de vida miseráveis, tendem a resultar, muitas vezes, na deterioração irreversível do meio ambiente, aumentando a gama de problemas relacionados à fome, à exclusão. Além disso, cabe reafirmar, aqui, que níveis altos de crescimento demográfico e econômico auxiliam na ampliação da pobreza e, logo, colaboram, ainda mais, para a devastação dos recursos naturais.

O que se vê assim, é que as questões ambientais e socioeconômicas são interdependentes, dado que pressões realizadas em ambas as esferas podem provocar problemas globais irreparáveis. Baseados nessa perspectiva, alguns estudiosos (LEONARD, 1992) acreditam que a conservação do meio ambiente, depende, sobretudo da conscientização dos formuladores e executores de políticas

que devem levar em consideração não só as questões relacionadas ao meio ambiente, mas assuntos referentes à pobreza como um todo. Para Leonard (1992)

[...] Seis em cada dez das pessoas mais pobres do mundo estão sendo inexoravelmente empurradas pela modernização da agricultura e pelo aumento contínuo das taxas de crescimento populacional para meios ambientes ecologicamente frágeis, como florestas tropicais, áreas secas e íngremes, ou para as favelas das grandes áreas urbanas. Ao menos que estratégias de desenvolvimento reforcem a capacidade dessas pessoas de garantir sua própria sobrevivência, os aproximadamente 500 milhões de miseráveis dessas áreas frágeis serão obrigados a atender suas necessidades imediatas de sobrevivência ao custo do comprometimento, a longo prazo, da ecologia e do bem-estar das gerações futuras (LEONARD, 1992. p.10).

De acordo com estudiosos, o desenvolvimento de novas políticas e novas formas de colaboração e cooperação entre os mais diversificados setores sociais é importante, dado que auxilia na concretização de políticas e programas que sejam viáveis para essas populações, pois como já mencionado, anteriormente, as ligações entre pobreza e meio ambiente mantêm-se estritamente relacionadas. Cabe elucidar que os problemas da pobreza e da degradação ambiental são agravados e intensificados pelo aumento drástico da densidade demográfica, que se dá de forma desenfreada e desestruturada.

Sendo assim, tanto a pobreza corrente, como a destruição maciça dos bens naturais podem resultar no bloqueio do crescimento econômico e social dos países, especialmente aqueles categorizados como subdesenvolvidos. A pobreza presente intensificadamente na periferia colabora para a depreciação do capital humano e social, além de provocar o aumento do esgotamento dos estoques dos recursos naturais. O que acontece de fato, é que em determinadas áreas, os indivíduos necessitam degradar⁴ um pouco do meio ambiente, todos os dias, para que possam sobreviver. Entretanto, sabe-se que ações deste tipo, periodicamente, tendem a drenar a abundância da natureza, mas também o bem-estar das gerações futuras.

O que se conclui, assim, é que vários fatores influenciam para tornar a proteção ambiental um elemento bastante debilitado, como, por exemplo, o rápido

⁴ Vale, aqui, fazer um adendo quando se fala sobre desenvolvimento urbano, pois esse, de certa forma, sempre se deu de modo discrepante gerando desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, contribuindo, dessa forma, negativamente para o processo de desenvolvimento. Tais características negativas transformaram os aglomerados urbanos num antro de marginalidade e violência, havendo, uma destruição das relações sociais ditas comunitárias, uma vez que os laços sociais passaram a se desintegrar (PREVE e CORRÊA, 2007).

crescimento populacional, a consolidação da propriedade da terra e modernização agrícola nas áreas rurais férteis, as desigualdades predominantes no sistema de posse da terra. Para tanto, esses fatores provocaram a emigração de uma grande parcela da população para os centros urbanos já congestionados.

Nesse sentido, tais indivíduos passaram a ocupar a condição de miseráveis nos centros urbanos. Há, porém aqueles que emigram para novas áreas rurais, no entanto, estas são geralmente impróprias para o cultivo, suscetíveis à deterioração ecológica, dado que nestes ambientes há muita erosão, pouca fertilidade, desertificação e desmatamento, o que pode ocasionar o solapamento do sustento das populações já pobres, dependentes da terra.

Os indivíduos que se estabelecem nos centros urbanos, essencialmente, alojam-se em lugares precários para viver, onde não há saneamento básico, atendimento à saúde, energia elétrica, abastecimento de água, escolas. Quando existem, limitam-se a poucas séries e, geralmente, transmitem um ensino debilitado. Essa situação acaba por limitar as perspectivas de vida dos cidadãos, que raramente chegam aos centros urbanos e conseguem inserir-se no mercado de trabalho formal, o que pode tornar ainda maior a situação de pobreza.

Diante desse quadro, faz-se necessária a formulação de políticas, a fim de eliminar a pobreza mundial, buscando a conservação do meio ambiente, já que tais questões encontram-se inegavelmente associadas. Sabe-se que as pressões ambientais ameaçam seriamente o meio ambiente, que quanto mais degradado, mais pode aumentar os níveis de pobreza.

Como mencionado, anteriormente, entende-se que níveis altos de crescimento demográfico e econômico aumentam drasticamente os índices de pobreza. As pessoas pobres também sofrem a pressão da modernização, o que pode influenciar na capacidade desses sujeitos de garantir sua própria sobrevivência. Para Leonard (1992)

A menos que estratégias de desenvolvimento reforcem a capacidade dessas pessoas de garantir sua própria sobrevivência, os aproximadamente, 500 milhões de miseráveis dessas áreas frágeis serão obrigados a atender suas necessidades imediatas de sobrevivência ao custo do comprometimento, a longo prazo, de ecologia e do bem-estar das gerações futuras. (...) É importante novas políticas e novas formas de colaboração em grande número de setores e a participação dos sujeitos, tanto local quanto nacional e internacional (LEONARD, 1992, p.10).

Com a era da modernização, Giddens (1997) aponta para o aumento da reflexividade na sociedade contemporânea, onde o risco e a incerteza apresentam-se como características predominantes. Segundo este pensador, no período de radicalização da modernidade, ocorre uma perda da segurança proporcionada pelas instituições modernas, tais como a política, a societária e a tecnológica.

Surgem os problemas do refugo (humano) e da remoção do lixo (humano) (Bauman, 2005). Milhares de pessoas, antes inseridas no processo de progresso da humanidade tornaram-se descartáveis, assumindo o papel de refugo, de lixo.

Esses problemas saturam todos os setores mais importantes da vida social e tendem a dominar as estratégias de vida, afetando, de forma generalizada, os setores mais importantes da vida social. Essa sociedade, já não tem mais lugar para pessoas falhas, incompletas, inúteis, imperfeitas.

As regras que compõem esse novo quadro não são previsíveis. Há uma constante volatilidade da posição social, uma redução significativa das perspectivas, que não podem se orientar por diretrizes universais ou pontos fixos, uma vez que esses já não existem mais. Isso acaba por assombrar os indivíduos, que no decorrer do tempo, comumente, perderam a autoconfiança e a autoestima. Pode-se dizer que um “mar” de ansiedades paira no ar, pois a condição atual é modernizar-se ou perecer.

Aqueles que não acompanham esse processo devem ser removidos, já que são vistos como lixo. Nesse sentido, a sobrevivência da vida moderna depende, indubitavelmente, da destreza e da proficiência na remoção desse lixo. O lixo é tudo que sobra, os refugos, sejam eles pessoas (desempregados, imigrantes, refugiados, pobres) ou coisas, dado que a evolução moderna contempla o “novo”, o qual é fugaz e necessita de consumidores perdulários. O “novo” tende a ficar “velho” em menos tempo, sendo alcançado e ultrapassado quase que instantaneamente. Tendo em vista esses esclarecimentos Bauman (2005) assinala

Os coletores de lixo são heróis não decantados da modernidade. Dia após dia, eles reavivam a linha de fronteira entre normalidade e patologia, saúde e doença, desejável e repulsivo, aceito e rejeitado (...) o dentro e o fora do universo humano. Essa fronteira precisa da constante diligência e vigilância porque não é absolutamente uma “fronteira natural”: não há montanhas altíssimas, oceanos sem fundo ou gargantas intransponíveis separando o dentro do fora. E não é a diferença entre produtos úteis e refugo que demarca a divisa. Muito pelo contrário, é a divisa que prediz – literalmente, invoca- a diferença entre o admitido e o rejeitado, o incluído e o excluído (BAUMAN, 2001, p. 39).

Os chamados refugos representam para o corpo social “uma doença”, uma anomalia. São reconhecidos como parasitas e intrusos que vivem à beira da criminalidade, trapaceando, corroendo os tecidos sociais saudáveis produzidos pelo consumo desenfreado. Esses despossuídos estão fora do sistema funcional, conseqüentemente, não possuem voz, encontram-se emudecidos e sufocados pela nova elite do poder do mundo globalizado.

A nova elite controla com sua riqueza e poder não apenas a economia, mas a moral e a política do espaço global, exercendo controle sobre tudo o que diz respeito às condições de vida no planeta. Estabelecem o que é lixo e o que não é.

Logo, os indivíduos dos outros segmentos sociais encontram-se em uma situação de insegurança quanto a seu futuro. Para tanto, são finalmente obrigados a enfrentar com racionalidade as condições reais de sua vida e a das suas relações com seus semelhantes.

No entanto, em razão da intensificação dos riscos sociais há uma impossibilidade de prever os resultados das ações, o que também impede o controle sobre o desenvolvimento social. Tal situação de insegurança resulta nos processos de individualização e globalização da sociedade.

A insegurança afeta a todos, uma vez que as pessoas se encontram diariamente em situações de imprevisibilidade, desregulamentação, flexibilidade, competitividade e incerteza, porém, cada cidadão enfrenta as problemáticas como privadas, como resultados de falhas próprias. Somos convocados, como diz Ulrich Beck (apud BAUMAN, 2005), a buscar soluções próprias, um tipo de salvação individual para questões sistêmicas que deveriam ser resolvidas em conjunto, de forma compartilhada.

Assim, o microcosmo da conduta da vida pessoal está inter-relacionado com o macrocosmo dos problemas globais territorialmente insolúveis. Há, portanto, a influência significativa de uma ordem global que, segundo Giddens (1991), não representa uma sociedade mundial, mas uma sociedade de espaço indefinido, onde a autoridade encontra-se descentralizada, enquanto que as oportunidades e dilemas estão cada vez mais recentralizados.

Por meio da reflexividade, o mundo social encontra-se extremamente individualizado e os seres sociais estão mais afastados dos laços comunitários, na medida em que são capazes de construir suas próprias narrativas biográficas. Por

esta razão, cabe aos indivíduos adotarem estilos de vida, ou seja, escolherem suas identidades e seus projetos de mundo.

A insegurança permeia as relações em todos os âmbitos, especialmente as relações sociais, uma vez que os medos passam a dissolver a confiança, a qual é o sustentáculo de todo o convívio humano. Sem essa componente importante, a rede de compromissos humanos se desfaz, fazendo com que o mundo pareça um lugar mais assustador e perigoso para se viver.

A confiança é substituída pela suspeita universal. Os vínculos sociais ficam, dessa forma, precários, duvidosos, como se fossem armadilhas e emboscadas. São submetidos, assim, a inúmeros testes, não se solidificando, não formando alianças, muito menos juras de lealdade. O que há de fato são engajamentos frágeis e superficiais, que podem ser desfeitos a qualquer momento. Nesse âmbito, a solidariedade tem pouca chance de brotar, de criar raízes.

Todavia, o que não pode deixar de ser elucidado aqui, é que todo esse processo de desenvolvimento moderno produziu tanto lixo e refugo que agora se encontra sufocado pelos seus próprios dejetos, os quais já não podem ser reassimilados e nem suprimidos. A toxidade cresce de forma irreversível, por meio da rapidez com que se acumula o lixo, cada vez mais perigoso.

Sendo assim, a pobreza corrente e a destruição ambiental ameaçam bloquear esses projetos de mundo. Isso limita de forma drástica o progresso social e econômico da modernidade. Logo, as situações de pobreza extrema, nas periferias, juntamente, com a fome⁵ deixam cicatrizes profundas de destruição dos recursos ambientais, isto é, das florestas, dos solos, das águas, devido tanto pelos quadros desesperadores de miséria, quanto pelo desperdício extremo da produtividade econômica.

A depreciação do capital humano pela pobreza e o desperdício dos recursos naturais assinalam um progresso defasado que prejudica seriamente o desenvolvimento dos países, essencialmente daqueles caracterizados como “em desenvolvimento”. Há, assim, uma redução da produtividade humana e também uma maior depredação dos recursos naturais.

⁵ Para PLASENCIA (2001) a fome não é algo que pode ser encarado como um episódio casual e superficial. Na verdade, quando os indivíduos encontram-se na situação de não ter o que comer, é porque tudo na sociedade lhe foi negado, seja o direito à terra, à renda- lhe foi negado emprego, salário, educação. Nas palavras da autora a pessoa que enfrenta essa situação “*encontra-se excluída da vida e da cidadania (...) É uma espécie de cerceamento moderno ou de exílio (...) Um grito de alarme que sinaliza o desastre social de um país*” (p. 25).

O que se conclui, portanto, é que tanto o alívio da pobreza, quanto a proteção do meio ambiente são, ambos, fundamentais para o progresso das nações, sobretudo, a longo prazo. Entretanto, determinados estudiosos, acreditam que a relação entre pobreza e meio ambiente é persistente, quase que insolucionável. Argumentam que isso impede que os países enfrentem os dois problemas, simultaneamente.

As decisões políticas e as medidas adotadas não conseguem abarcar os desafios da pobreza e da proteção ambiental, é como se fossem desafios contraditórios, onde uma pausa para proteger os danos ambientais pode, literalmente, tirar a comida da boca dos mais necessitados, dado que números cada vez maiores de pobres têm que, inevitavelmente, um pouco mais, todos os dias, degradar o ambiente em busca de sobrevivência. Agindo, dessa maneira, eles não só drenam as riquezas da natureza, como ameaçam o bem-estar das próximas gerações.

Cabe destacar, que fatores como o rápido crescimento populacional, a modernização agrícola (com a concentração de terra nas mãos de poucos), acarretam as desigualdades no sistema de posse, contribuem para que os sujeitos emigrem para novas áreas em busca de novas possibilidades, que na, maioria das vezes, são demasiado restritas. Nesse sentido, com o passar do tempo esse processo faz com que a degradação ambiental e a pobreza irremediável se tornem, cada vez mais, associadas a áreas geográficas que apresentam frágeis condições ambientais, sejam áreas rurais remotas ou periferias urbanas.

Essas regiões são, geralmente, suscetíveis à deterioração ecológica, já que é frequente a falta de infraestrutura, o que prejudica, de forma considerável, o sustento das pessoas já pobres que dependem da produção advinda da terra. Nas regiões urbanas, onde a dependência agrícola é menor, os problemas concentram-se nas condições de habitação dos sujeitos, pois estes, comumente, constroem as suas casas em áreas de grande risco como, por exemplo, planícies de inundação, encostas íngremes ou em terrenos vazios que apresentam depósito de lixo tóxico.

No Brasil, a concentração urbana é da ordem de 80%, o que acarreta um desenvolvimento pouco planejado, repleto de conflitos, especialmente no que se refere à questão da habitação (GUERRA E CUNHA, 2005). Esse limitado planejamento urbano leva diversas regiões a um caos ambiental, com custos significativos para a sociedade, na medida em que ocorre a contaminação dos

mananciais, tanto superficiais, quanto subterrâneos, devido, fundamentalmente, ao inadequado saneamento existente, principalmente nas regiões de periferia.

De forma generalizada, vários teóricos, quando tratam da questão ambiental, esquecem ou desprezam a importância das relações socioespaciais e da estrutura de classes, o que, de certa forma, esconde que as áreas de maior risco ambiental são destinadas aos segmentos sociais menos favorecidos. Nessa perspectiva, os problemas ambientais não se encontram igualmente distribuídos em todo o espaço urbano.

Há evidências de que atingem muito mais os espaços físicos de ocupação⁶ das classes sociais menos favorecidas, do que daquelas com maior poder aquisitivo. Por conseguinte, quando se trata de espacialidade, é indubitável que, por essa estar no centro de uma sociedade de classes, tende a reproduzir as desigualdades. Por isso, quando se analisa os impactos ambientais é essencial que estes sejam vistos de forma inter-relacionada com a história das classes sociais, em cada momento de sua história e política.

Tal esquecimento contribui para que se relegue também para segundo plano, a visão de que o meio ambiente é construído de forma social e histórica, o que, muitas vezes, solapa os processos de diversidade de classes, de diferenças de renda e de modelos culturais. Tomando essa situação por base Leonard (1992) elucida

As condições fisicamente precárias, típicas das favelas urbanas no mundo em desenvolvimento, agravam seriamente a vulnerabilidade dos pobres urbanos a um vasto conjunto de problemas de saneamento ambiental (notadamente, doenças transmitidas pela água), desastres naturais (especialmente, inundações e deslizamento de barreiras) e desastres ocasionados pelo homem (tais como explosões em fábricas de produtos químicos e incêndios urbanos). Nessas “reservas de pobreza” geográficas, é sumamente urgente a necessidade de conciliar as estratégias antipobreza e de proteção ambiental. A interação entre pobreza e destruição ambiental deflagra um espiral ascendente de deterioração ecológica que ameaça a segurança física, o bem-estar econômico e a saúde de muitas das pessoas mais pobres do mundo (LEONARD, 1992, p.19).

⁶ Para GUERRA & CUNHA (2005) a distribuição espacial dos segmentos desfavorecidos da população está associada com a desvalorização do espaço, uma vez que este, comumente, encontra-se próximo de áreas de inundação, de indústrias, de depósitos de lixo, de usinas termonucleares, de insalubridade, de perigos ambientais como desmoronamento, erosão.

Por meio deste debate, percebe-se que é de grande complexidade conciliar, no processo de desenvolvimento, ações contra a pobreza que visem à conservação do meio ambiente. Nessa perspectiva, a formulação de políticas comuns, vinculando esses dois fatores é algo muito difícil de criar, sendo que nem os países desenvolvidos obtiveram o devido sucesso.

No entanto, a grande maioria das autoridades governamentais reconhece que nenhum programa de proteção ambiental pode obter resultados desejáveis se não for possível eliminar as pressões diárias decorrentes da pobreza sobre a esfera ambiental, bem como sobre a estrutura social, por meio de doenças, altas taxas de mortalidade infantil, analfabetismo, desnutrição, carência de bens materiais, moradia precária, etc.

Determinados teóricos acreditam que se a produtividade humana fosse elevada, por meio do emprego remunerado, poder-se-ia provocar um alívio significativo das pressões sobre o meio ambiente. A derrubada de florestas, talvez, com investimentos em outros setores, poderia diminuir consideravelmente, o que traria menos devastação e a redução de problemas ligados ao desmatamento, como a poluição, desmoronamento de encostas, inundações, entre outras consequências.

Os investimentos em áreas de grande porte, por meio da construção civil e do melhoramento das terras cultiváveis, é, também, segundo esses estudiosos, pré-condição para a conservação, a longo prazo, de algumas áreas abundantes em suprimentos, que por meio de incentivos podem ser vendidas a preços acessíveis para as massas crescentes de pobres. Logo, as questões de sustentabilidade a longo prazo, bem como a intensificação, inovação, construção e reabilitação dos recursos (solo, água) são indispensáveis para dar grandes passos rumo à conservação ecológica.

O que se compreende, com isso, é que diversificadas estratégias necessitam ser elaboradas para romper os ciclos viciosos da pobreza e da degradação ambiental. As atenções devem voltar-se para os investimentos em infraestrutura, tecnologia, geração de renda, a migração dos habitantes das áreas marginais para as áreas mais férteis. Tais metas são importantíssimas, pois na ausência de meios alternativos de sustento, os indivíduos pobres continuarão, com toda a certeza, explorando, em excesso, os recursos da terra, afundando ainda mais na pobreza.

A degradação ambiental, ameaça a integridade física das pessoas e seus bens e intensifica a incidência de doenças oportunistas que debilitam, vulnerabilizam

e acabam matando adultos e crianças. Sendo assim, quanto mais essas situações persistirem, maiores serão as ações corretivas e os custos sociais e econômicos.

O saneamento básico, por exemplo, poderia diminuir diversos problemas, tanto no que se refere à saúde dos cidadãos, quanto no melhoramento ambiental. As autoridades governamentais não dão importância a essa medida, que pode ser considerada entre as mais eficazes de toda e qualquer ação a curto prazo, pois auxilia na redução da morte infantil provocada por doenças transmitidas pela água não-tratada que as pessoas ingerem ou entram em contato via “esgoto a céu aberto”, que contribui para a proliferação da Dengue, da Cólera, e outros males.

Entende-se, claramente, que nem todas as necessidades básicas dos sujeitos podem ser sanadas, porém, aplicações de capital em determinados âmbitos geram o melhoramento de algumas questões que afetam negativamente a sociedade. Como já mencionado anteriormente, inovações tecnológicas e ambientais podem corrigir a decadência das cidades, abrindo possibilidades para corrigir os erros cometidos contra o meio ambiente, dando maior atenção às classes de baixa renda, para que possam ter o direito de ser bem informadas (seja pelas telecomunicações, por meio de redes e laços sociais, que surgem como estratégias contra a fome e a sobrevivência) quanto aos perigos ambientais, a fim de fazerem suas escolhas, definindo suas prioridades e convivendo de forma consciente com as consequências ambientais de suas decisões.

Desse modo, é necessário compreender a organização da sociedade como um “ecossistema urbano”, já que é composta por uma variedade imensa de recursos naturais, humanos, sociais, que se dispõem de modo inter-relacionado, onde um interfere na constituição do outro. Logo, esse emaranhado de recursos entrelaça-se, e alguns são criados, outros recriados, há os que são consumidos e aqueles que são deixados como resíduos.

Sabe-se que as cidades produzem seu próprio tipo de recursos ambientais. Na visão de Leonard (1992) não, podem ser encontrados no campo. As cidades estão repletas de recursos intensivos em informação, os quais estão pautados nas redes interpessoais de troca, de sociabilidades, como também nos meios de divulgação impressos ou eletrônicos.

Esses recursos informativos, de forma geral, chegam até os indivíduos considerados pobres, que podem utilizá-los para promover melhoramentos concretos na qualidade de vida social e ambiental da sua localidade. Logo, vale

reconhecer o impacto positivo que os recursos de informação podem produzir visando o bem-estar desta população. É claro que tais recursos não devem ser idealizados como provocadores de grandes revoluções benéficas na vida desses indivíduos, pois, no máximo, esclarecem dúvidas sobre a proliferação e o combate de epidemias, assim como formas de preservar a natureza e combater a poluição.

Outro ponto fundamental, a ser enfatizado é a maneira como o governo lida com as estruturas organizacionais e institucionais estabelecidas nas comunidades, bairros ou regiões. Pouca atenção tem sido dada a essa questão que é de grande importância, pois reconhecer as redes de parentesco, os grupos de trabalhadores, os clubes sociais, as associações e os demais vínculos de sociabilidades é uma forma significativa de buscar acelerar a disseminação de notícias e informações relevantes, podendo colaborar para recrutar a população a participar dos projetos e programas que buscam trazer melhorias para a região.

O envolvimento direto dos beneficiários acarreta mais contribuições locais em contrapartida. Além disso, o governo, juntamente com a população local, pode promover mais ações de melhoria, qualificando também o quadro de participantes e profissionais que atuarão na resolução das problemáticas da localidade.

Eis aí a importância, significativa, da participação política dos indivíduos nas decisões e modificações que perpassam a realidade cotidiana na qual estão inseridos. Devido à relevância atribuída às questões ligadas à política e à participação das pessoas nesta esfera, o próximo capítulo abordará inúmeros elementos associados à democracia, enfatizando a temática do capital social e da cidadania, principalmente no que se remete à sociedade brasileira.

3. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E MOBILIZAÇÃO SOCIAL- OS ASPECTOS DA DEMOCRACIA NO BRASIL

Compreende-se que ações coletivas tendem a ampliar o bem-estar de um maior número de pessoas. Contudo, sabe-se que tais ações são complexas, dado que envolverem interesses diversos, dos mais variados grupos sociais. Estes podem ser vistos como os responsáveis por terem atitudes cívicas que tragam maiores conquistas para a comunidade, abarcando, assim, as necessidades do coletivo.

Tendo por base tais idéias, é importante trazer para essa discussão o teórico Sorj (2004), que elucida, com clareza, que existe, na atualidade, no âmbito político, a falta de mobilização e pressão em relação a questões ligadas à esfera pública, uma vez que determinados atores sociais não possuem legitimidade e representação social bem estabelecida. Tal situação é, de fato, proveniente da nova dinâmica de individualização presente nas mais variadas esferas da sociedade.

Nesse sentido, essa dinâmica afeta de forma negativa a formação das identidades coletivas e reduz a participação dos sujeitos nos assuntos que discutem a constituição do seu próprio bem-estar. Ocorre, assim, a fragmentação das representações sociais, o que acarreta em um limitado conjunto de propostas que têm por intuito provocar transformações no interior da organização societal. Na visão de Sorj (2004), toda essa crise de representação política é proveniente do distanciamento dos partidos políticos em relação às demandas apresentadas pela sociedade civil.

Dessa maneira, a sociedade, no geral, organiza-se de forma fragmentada, uma vez que os papéis e as relações sociais encontram-se frágeis, bem como a representação partidária e os alvos apontados pelas políticas públicas. O aumento da desigualdade pode estar relacionado a esses fatores, já que a dinâmica institucional das sociedades é absorvida por forças externas, advindas da organização do capital mundial e dos princípios da globalização.

Esses processos interferem no acesso à cidadania, ou seja, na auto-representação dos indivíduos como sujeitos de direitos, limitando suas garantias políticas e sociais. Para Sorj (2004), a cidadania é, portanto, uma propriedade distribuída de forma desigual entre os sujeitos sociais, estratificando as chances de bem-estar destes no mundo globalizado.

Quando se aborda a questão da cidadania, é importante saber que esta se encontra diretamente atrelada à democracia, já que busca, por meio de processos responsivos, pressionar o poder público para que cumpra seu papel, fazendo com que os indivíduos, por meio do seu poder de ação, intervenham de forma positiva na construção do bem-comum. Logo, a cidadania envolve ações ousadas capazes de modificar o rumo das “coisas”, contribuindo para a concretização de um sistema democrático justo e equitativo.

No Brasil, a democracia convive com a existência de desigualdades sociais intoleráveis, comprometendo o destino de milhões de pessoas que são praticamente

“obrigadas” a viver indignamente. Moisés esclarece que (apud Plasencia, 2001), na sociedade brasileira, o sistema democrático comporta uma distribuição profundamente desigual, não só dos bens materiais, mas também, dos recursos simbólicos e de poder. Tal situação, compromete a concretização da cidadania, que não pode ser vista como uma realidade, mas continua sendo um direito a ser conquistado pelo conjunto da população.

De acordo com Baquero (1998) a democracia política brasileira ainda é frágil, pois os direitos básicos efetivos não são garantidos a todos os indivíduos. Não há uma cultura política enraizada neste país, uma vez que as pessoas não demonstram lealdade e apoio aos princípios democráticos. A ausência de tais elementos pode criar obstáculos à estabilidade democrática, gerando incertezas.

As pessoas não têm o hábito de participar de assuntos políticos. Na verdade, delegam funções a instituições e acreditam que estas cumprem seus devidos papéis. Tem-se, assim, no Brasil, a predominância de políticas conturbadas e fragmentadas.

Tais características são formadas historicamente, desde a colonização do Brasil pelos portugueses, onde foram herdados a maioria dos elementos da cultura Ibérica, como o patriarcado, o clientelismo, o patrimonialismo. Essa tradição traz para o Brasil uma burocracia falha, inadequada e ineficiente. Na visão de Faoro (2003), uma burocracia para se instalar em um território e ser satisfatória, necessita basear-se em procedimentos de racionalidade e impessoalidade. No Brasil, esse quadro era (é) completamente contrário, pois mesmo com a chegada da modernização e do capitalismo, todas as relações ocorrem de forma pessoal, estamentais, pautadas no prestígio e na honra das pessoas.

Para este teórico, quem sempre controlou e manipulou, tanto a política como a economia no Brasil foram os donos do poder, os quais deram origem a estamentos, formados por proprietários rurais fortemente influentes (aristocratas, oligarcas), dotados de grande capital financeiro e prestígio social. Estes sobrepujaram o econômico ao político e ao social, fazendo com que as pessoas não tivessem direitos, mas apenas deveres, compondo, portanto, uma massa de desvalidos.

Diante desse quadro, tudo é permeado por relações pessoais de poder, de mando e obediência. Não há divisão entre a esfera pública e a privada. O Estado é uma extensão do círculo familiar, regulado por uma ética de fundo emotivo. Na visão

de Holanda (2005), não existe polidez nas relações, isto é, um respeito à formalidade, não há disciplina e ordem nas relações e nos lugares.

Outro teórico que traz essa mesma relação é DaMatta (1977), o qual elucida que o Brasil sempre configurou suas relações (e ainda configura) em hierarquias de privilégios, onde a estrutura burocrática é, em grande parte, irracional, na medida em que sempre se consegue dar “um jeitinho” para desviar-se das regras, que deveriam ser iguais para todos. Os status superiores baseiam-se no favoritismo, impossibilitando a formação de éticas horizontais. Logo, as regras universais são sempre distorcidas em prol de uma relação pessoal. As pessoas repudiam o anonimato e aspiram, veementemente, serem reconhecidas pelo lugar que ocupam na estrutura social e hierárquica (COSTA, 2005).

Para tanto, mesmo na modernidade, o Brasil é visto, por alguns teóricos (DAMATA, 1977), como arcaico, com uma estrutura burocrática ineficiente, formada por estruturas viciadas e um capitalismo periférico. Logo, frente às exigências do capitalismo e do mercado, o Estado brasileiro não consegue dar conta das demandas sociais e diminuir suas mazelas. Sabe-se que quanto mais adversas são as condições de vida da população, maiores são as dificuldades para se consolidar a democracia, pois o temor e o ceticismo dos cidadãos, em relação à política e seus representantes, é constante.

Contraopondo-se a tais aspectos, é preciso que haja mudanças nos pensamentos dos atores sociais, os quais têm de acreditar que intervindo na realidade podem mudar o rumo dos acontecimentos, opondo-se, fortemente, contra a apatia e a descrença de que suas ações nada podem transformar. Essa modificação de pensamentos passa a fortalecer o poder de participação dos cidadãos, enquanto ferramenta de transformação social.

Cabe elucidar que o processo de participação social pode ser visto como uma construção que não tem fim, ou seja, uma obra não acabada que precisa sempre de reajustes. Para tanto, a participação não é uma dádiva ou uma concessão, mas algo conquistado, que para ser obtido passa por diversos obstáculos.

O que se entende, então, é que o ato de participar, é, na verdade, um ato de luta, de autopromoção dos indivíduos. Supõe, desse modo, compromisso, envolvimento, presença em ações vistas, por vezes, como arriscadas (DEMO, 1993). Requer, também, consciência crítica, autocrítica, buscando estabelecer uma disputa com o poder.

Vê-se, a partir disso, que a participação e a organização dos cidadãos é realmente relevante, uma vez que se concretiza como instrumento de rupturas de normas e valores que oprimem a sociedade, estabelecidos, comumente, pelas classes dominantes. Todavia, de acordo com o ponto de vista de alguns teóricos (BAQUERO, 2006), no Brasil, as pessoas não têm por hábito participar de processos políticos transformativos que se contraponham e rompam com as normas e valores estabelecidos pelos grupos de interesses dominantes que compõem os centros decisórios do Estado.

Nessa mesma perspectiva, o Estado, quando o assunto é participação, prefere que a sociedade mantenha-se desorganizada, uma vez que, assim, esta encontra-se enfraquecida, não fazendo reivindicações e nem alarmando confrontos. Dessa forma, como já elucidado, o Estado, juntamente com os grupos dominantes, não enfrentam forças contrárias significativas capazes de coibir os seus interesses e corrupções.

Observa-se, portanto, que é extremamente negativo o fato de a população não se sentir compromissada com o seu destino, deixando tudo sob a custódia do Estado. Isso faz com que o governo sintam-se eximido de seus compromissos, já que não há a efetiva pressão dos reais interessados.

Tal situação colabora para que haja o aumento dos níveis sociais de exploração no qual grupos de pessoas vivem, em condições desumanas, sem a consciência de que praticamente “vegetam” e sem pensar na possibilidade de reverter esse quadro caótico. A prática democrática estabelece-se, assim, de modo deturpado, onde os indivíduos são usados e a pouca oposição que existe, é facilmente cooptada.

O que fica claro, nestas circunstâncias, é que a participação cidadã é um mecanismo que pode se opor à situação caótica, descrita acima, pois propicia o fortalecimento de interesses por parte dos atores sociais que, por meio de opiniões críticas conseguem distinguir as causas e as formas de injustiças presentes na sua vida. Destarte, a mobilização da consciência e a conquista de cidadania auxiliam a manter aceso o sentimento de indignação dos atores sociais, que passam a questionar, provocar e interferir na construção da sociedade. Saem da cultura da resignação, para a cultura da solidariedade, para a atitude e o gesto de reconhecer o próximo e a si, como sujeitos de direitos.

Caso contrário, as pessoas, ao invés de compor a cultura da reivindicação, encontram-se atreladas à cultura da dependência, do favor. Isso se apresenta como uma problemática, pois somente os sujeitos que se utilizam de instrumentos eficazes de pressão é que conseguem obter ações eficazes por parte do Estado, já que os indivíduos que não exercem nenhum tipo de pressão, tornam-se meros dependentes da ação estatal, buscando, com isso tentar, conseguir o mínimo indispensável à sua sobrevivência.

Sendo assim, aqueles que ocupam ou passam a ocupar os estratos mais inferiores da sociedade, podem ser vistos como excluídos, pois dependem das políticas públicas ou da solidariedade dos cidadãos para tentar inserir-se novamente no âmbito societal, político e econômico. Além disso, quando seus projetos de vida fracassam, a responsabilidade, por isto, é atribuída aos próprios sujeitos, que são vistos como incapazes de administrar suas vidas. Todas as infelicidades vividas são de responsabilidade unicamente do indivíduo.

Ao abordar a temática do individualismo, Dumont (1985) esclarece que, na sociedade moderna, a interação social encontra-se ligada ao individualismo, entendido enquanto ideologia. Segundo esse autor, o individualismo é provocado pelas mudanças geradas no decorrer da história da sociedade, onde o sujeito tornou-se um agente centrado, essencialmente, no mundo. Desse modo, com o processo de ocidentalização e diferenciação social ocorreram mudanças na estrutura da sociedade e o indivíduo tornou-se o responsável pelo lugar que ocupa no meio social. Consequentemente, as posições que assume são conquistadas através do seu mérito, isto é, de atributos mobilizados na busca de interesses particulares que não são assegurados pela coletividade.

Tal individualismo, segundo Sennett (1988), é reflexo de uma sociedade fragmentada, onde a solidariedade se encontra fragilizada. De acordo com esta visão, o homem fecha-se em seus próprios objetivos e a esfera pública encontra-se cada vez mais atrofiada, incapaz de pensar em um contexto maior. Percebe-se que os indivíduos, na atualidade, estão saturados da esfera pública e a política passa a ser vista em termos psíquicos, tornando-se difícil para o público perceber o que é, ou não, autêntico, restringindo, portanto, a sua participação.

Diante desses fatores, a formação das identidades coletivas dos indivíduos deixam de estar pautadas em aspectos de identificação socioeconômicas e processos históricos. Dessa forma, para enfrentar as incertezas do individualismo

reflexivo, os sujeitos procuram algum tipo de solidez, que os ampare frente às transformações sociais e as do próprio individualismo, buscando grupos de afinidade por identificação imediata, isto é, que tenham em comum problemas específicos em torno de entidades tidas como naturais ou transcendentais. Para Sorj (2004)

[...] gênero, opção sexual, características físicas, grupos étnicos, religiões, regionalismos e a própria natureza são os valores em torno dos quais os novos atores coletivos elaboram suas identidades. As novas identidades funcionam como filtros capazes de delimitar os efeitos relativizadores e as incertezas do individualismo reflexivo; oferecem um cardápio do que é certo e errado, além da possibilidade de identificar um inimigo externo sobre quem descarregar pelo menos parte das responsabilidades pelo destino pessoal (SORJ, 2004, p.53).

Essas novas identidades não buscam igualdade de condições, ao invés disso, reivindicam e propõem políticas de discriminação positiva, a fim de estabelecer e fortalecer identidades e subculturas particulares. Não há, de certo modo, uma preocupação com a noção republicana de espaço público e do bem comum.

Para tanto, os indivíduos voltam-se para a afirmação de valores diversos e incomensuráveis entre si, ancorados em teorias particulares que anseiam pela radicalização das diferenças. Assim, ao invés da confiança na ação humana, no futuro e na história, tem-se diversas desconfianças e incertezas, sobretudo, no que se refere à vida política. Cabe destacar que, nesse contexto, a desigualdade social já não é mais encarada como uma reivindicação específica destinada às classes proprietárias, mas é vivenciada como múltipla, voltando seus apelos, especialmente, para as políticas públicas e aos mecanismos de regulação do mercado. No que se refere à esfera política Baquero (1994) esclarece que

“O ceticismo dos cidadãos na América Latina, constantemente revelado através de pesquisas de opinião ou através dos meios de comunicação, bem como pesquisas de cunho acadêmico, tem crescido nos últimos anos, em decorrência do agravamento de condições econômicas e sociais conjugadas com a inabilidade dos governos pós-transição em resolver esses problemas. Acrescente-se a esse cenário denúncias generalizadas de corrupção no governo que, em algumas situações, têm mostrado a fragilidade do processo e provocado dúvidas sobre o futuro da democracia, sugerindo uma reavaliação do quadro que emergiu após o colapso do autoritarismo” (p.27).

É necessário elucidar, contudo, que esse processo de surgimento de novas identidades é bastante complexo, na medida em que causa impactos contraditórios na esfera democrática das relações sociais. Isso ocorre devido ao fato de que, ao

mesmo tempo em que renova a vida democrática, pois engloba, essencialmente, os apelos de grupos sociais oprimidos na construção do Estado moderno, gera também limitações concernentes à redistribuição da riqueza, além de colocar em xeque o debate sobre a igualdade no conjunto da sociedade, já que prioriza práticas institucionais pautadas na diferenciação dos grupos.

Nesse sentido, as relações sociais estabelecem-se por meio de identidades que corroem os sentimentos de comunidade, uma vez que se deixa de lado os ideais de ser parte do mesmo “mundo”, a partir do compartilhamento de valores, sentimentos e problemas. Quando se trata do assunto comunidade é de grande valia fazer menção às palavras de Bauman (2003), pois na visão deste teórico, a verdadeira comunidade, nunca existiu, o homem ainda a procura.

A palavra comunidade, no seu sentido real, refere-se a “uma coisa boa”, produz sensações positivas. Isso tudo, porque comunidade é um lugar cálido, acolhedor, que produz prazeres que gostaríamos de experimentar mas que não se alcança mais. Assim, explana Bauman que comunidade

é como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós (...) podemos contar com a boa vontade dos outros. Se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudam a ficar de pé outra vez. (...) Quando passarmos por momentos difíceis e por necessidades sérias, as pessoas não pedirão fiança antes de decidirem se nos ajudarão; não perguntarão como e quando retribuiremos, mas sim do que precisamos. Nosso dever, pura e simplesmente, é ajudar uns aos outros e, assim, temos pura e simplesmente o direito de esperar obter a ajuda de que precisamos (BAUMAN, 2003, p.8)

Cabe esclarecer também, que no interior de uma “verdadeira comunidade”, podem ocorrer discussões, na medida em que essas são indispensáveis para buscar desenvolvimento e progresso, contudo, essas são discussões amigáveis, pois visam tornar o bem-estar das pessoas melhor e mais agradável. Nesse quadro, os sujeitos podem confiar e se apoiar uns nos outros, não necessitando viver e assumir responsabilidades autônomas. Tudo é feito em conjunto, no grupo.

Logo, nenhum conjunto de seres humanos agregados no mesmo espaço territorial é sentido como “comunidade”, pois como já mencionado, as pessoas já não dividem suas histórias de vida e não possuem uma expectativa longa de

interação frequente e intensa. As comunidades, diante desses fatores, tornam-se dispensáveis e os laços significativos de lealdade entre a vizinhança e a família se desfazem.

A incerteza toma conta de todos os âmbitos, e ao invés de unir os sofredores, os divide e os separa ainda mais. Fica claro que *“as dores que causam aos indivíduos não se somam, não se acumulam nem se condensam numa espécie de “causa comum” que possa ser adotada de maneira mais eficaz unindo as forças e agindo em uníssono”* (BAUMAN, 2003).

A decadência da comunidade se perpetua e, com isso, ocorre o esfacelamento do sentido de “sociedade”, a qual deixa de ser pensada e vivida como um conjunto de sujeitos “iguais”, e as questões da distribuição de recursos passam a ser avaliadas em termos do que “meu grupo” recebe do montante existente. Aqueles que não conseguem praticar a individualidade são considerados fracos e, assim, postos de lado, pois não alcançam nada por mérito. O mérito e somente ações advindas deste fator é que devem ser premiados e reconhecidos.

A incapacidade de exibir alguma capacidade especial, diante da sociedade, é tida como ponto suficiente para a condenação a uma vida de submissão. Sabe-se, todavia, que neste mundo moderno maleável e informe da elite global dos negócios e da indústria, não existe espaço para realidades obstinadas⁷ como a pobreza, nem para a indignidade de ser deixado de lado e humilhado, pela incapacidade de participar desse jogo financeiro e de consumo, onde tudo pode ser feito e refeito e nada vira sólido (BAUMAN, 2003).

O mais interessante é que mesmo entre os indivíduos ditos como em “condições semelhantes”, os laços continuam a enfraquecer e são demasiado transitórios. Qualquer união, geralmente, tende a ser de curto prazo e completamente destituída de perspectivas futuras.

Diante disso, os indivíduos depositam maior confiança nos direitos humanos, visto que perderam a crença na política partidária, o que se expressa na desprezível consideração dedicada aos políticos e na descrença nas eleições, como mecanismo para transformar o destino da sociedade como um todo. A política tradicional é

⁷ Fica, para tanto, evidente, que está eliminada aquela comunidade, compreendida como lugar de compartilhamento do bem-estar adquirido de forma conjunta. É solapada aquela espécie de união, onde os ricos se responsabilizam e dão esperança aos pobres de que as problemáticas serão assumidas e resolvidas. Não há mais responsabilidades éticas e o estabelecimento de compromissos a longo prazo. Os problemas que atormentam a vida dos indivíduos devem por “obrigação” ser enfrentados solitariamente, sem ajudas caritativas ou favores.

julgada de forma negativa, sendo avaliada como um ambiente em que prevalecem ideais de vaidade e corrupção.

Vê-se, aqui, o quanto a racionalidade e autonomia do Estado ficam comprometidas, já que as organizações de poder se limitam a determinados grupos minoritários, como já mencionado, historicamente hegemônicos. Isso demonstra a clara falência do Estado enquanto unidade legitimamente reconhecida pela sociedade na regulamentação das relações sociais (BAQUERO, 1994). A instabilidade estrutural do Estado alimenta, fortemente, a fragilidade da política e da democracia. Na visão de alguns pensadores (BAQUERO, 2006), em grande parte dos países da América Latina, o que se vivencia são democracias meramente delegativas e não representativas.

Nesse sentido, os grupos marginalizados pela dinâmica do capitalismo, não possuem poder político de fazer exigências e pressões na economia, dado que apesar de todas as problemáticas, os partidos políticos continuam a ser seus principais representantes. No entanto, devido ao seu enfraquecimento, não conseguem expressar as dimensões morais da política, e muito menos representar as demandas dos setores mais desfavorecidos. Isso provoca processos que contribuem para a fragmentação do social, resultando em projetos sociais fracos e debilitados que não conseguem sanar as problemáticas societárias.

Apesar desta “deterioração” do Estado, a única forma de diminuir com as práticas que causam a desigualdade social é por meio de sua ação. É mister, desse modo, segundo inúmeros teóricos, a criação de redes, tanto em sentido vertical, como horizontal, onde possam ser descobertos recursos e haja a mobilização destes, em prol do bem comum.

Em vista disso, os indivíduos necessitam ser incentivados ao empoderamento, fortalecendo-se, a fim de poderem lutar contra as estruturas excludentes. O termo empoderamento é proveniente da expressão em inglês “empowerment”, o qual significa “dar poder”. No Brasil, o educador Paulo Freire (1992) definiu a expressão empoderamento, como ações que trazem mudanças e promovem a evolução e o fortalecimento dos atores sociais.

Dessa forma, quando o empoderamento é construído, as pessoas têm a possibilidade de conquista, avanço e superação de suas dificuldades, na medida em que são sujeitos ativos do processo transformador da realidade. Logo, não esperam

organizar suas vidas por meio de doações ou benevolências. São, portanto, sujeitos ativos que lutam e conquistam seus direitos.

O processo de empoderamento implica na existência de alguns fatores essenciais, que precisam ser desenvolvidos sistematicamente, para que as transformações, na realidade, se efetivem. Diante disso, os indivíduos necessitam refletir sobre a realidade, de forma consciente, a fim de conhecer a sua atual condição, para poder formular e executar as devidas ações que irão provocar as mudanças desejadas. Além de muita reflexão, é mister ações práticas que busquem constantemente a conquista de liberdade, rompendo com as barreiras da opressão e da exclusão.

Segundo Wallerstein e Bernstein (apud PASE, 2007), o empoderamento pode ocorrer em três níveis: individual, organizacional e comunitário. O individual refere-se ao aumento da capacidade dos indivíduos de serem os responsáveis pelas decisões que tomam, isto é, conseguem reger sua vida, sem dependências. Na esfera organizacional, o empoderamento está ligado à possibilidade que os sujeitos sociais têm de intervir nas decisões de determinada organização, com o intuito de promover o seu progresso.

O empoderamento comunitário abarca mais o coletivo, capacitando os grupos sociais desfavorecidos para que possam organizar, articulando os interesses comuns e exigindo, assim, a efetivação de melhorias na sua qualidade de vida. Articulados, fazem valer seus direitos, fortalecendo a comunidade, ampliando as capacidades e potencialidades das pessoas.

Esse tipo de empoderamento requer uma grande participação comunitária que esteja pautada em um sistema de ação-reflexão sobre a realidade. A partir disso, pode-se criar condições para que os sujeitos obtenham acesso e controle completo sobre si mesmos e sobre os meios necessários para subsistirem. As pessoas, sendo assim, conseguem criar, discernir e arcar com suas escolhas.

Vale destacar que esse processo se dá, tanto de forma interna, quanto externa, uma vez que exige controle e criação de laços sociais para se fortalecer. É um processo que não se dá de forma natural e muito menos neutra, na verdade, implica em conflitos e em tomadas de decisões. Para Rute Baquero (2005)

O empoderamento pode ser percebido como emergindo de um processo de ação social, no qual indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à

realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação das relações sociais de poder (p.76).

Esse processo tende, portanto, a capacitar as pessoas ou grupos sociais, atribuindo-lhes poder para que sejam capazes de agir e transformar a sua condição de vida, enfrentando, principalmente, as situações que geram pobreza e desigualdade. Assim, o empoderamento pode qualificar as pessoas para que se tornem agentes de mudanças, isto é, atores sociais questionadores, propositores e participativos, especialmente das discussões e das ações relacionadas com o seu processo de desenvolvimento.

Visa transformar os atores sociais vulneráveis em sujeitos ativos, aumentando a eficácia do exercício da sua cidadania. Dessa maneira, para que haja um maior envolvimento do indivíduo na vida política, assim como o estabelecimento de redes de confiança e cooperação, é fundamental o desenvolvimento de um processo que possibilite o fortalecimento da autoconfiança entre os indivíduos, capacitando-os para a articulação dos interesses individuais e coletivos na busca do bem comum.

Tais redes caracterizam o conceito de capital social, o qual compreende um conjunto de recursos enraizados nas redes sociais, disponibilizados aos indivíduos e utilizados por esses nas suas ações, com vistas a superar as dificuldades emergentes em seu cotidiano. Por esse motivo, tal tipo de capital, associado à ação do Estado, pode gerar efeitos econômicos e sociais significativos, que dependem da produção de externalidades, como, por exemplo, o aumento da reserva de conhecimento, a redução de comportamentos individuais oportunistas e a solução para este tipo de comportamento, que prejudica o desenvolvimento de ações coletivas. Logo, o capital social reduz os custos das transações sociais, colaborando para soluções pacíficas de conflitos.

Diante desse quadro, o que se pode perceber é que a inter-relação entre capital social e empoderamento, possibilita, de certa forma, que sejam superadas situações de pobreza que atingem pessoas e comunidades, modificando as relações de poder em favor daqueles que tinham pouca autoridade para que, agora, tenham controle sobre os recursos disponíveis e sobre sua própria vida (PASE, 2007).

O capital social está diretamente atrelado à democracia, visto que requer que os cidadãos formem redes de sociabilidade fortalecidas, com o intuito de intervirem de forma reivindicatória para a solução dos problemas locais, adquirindo, desse modo, um papel mais atuante na esfera pública. Quando as relações entre os

indivíduos encontram-se bastante fortalecidas, a confiança depositada nas ações aumenta.

Desenvolve-se, por conseguinte, uma ação racional de cooperação espontânea. A cooperação espontânea fortalece a solidariedade, já que gera um comprometimento com o outro, com práticas de racionalização, transferindo essa atitude para todas as esferas da vida social.

Segundo Nicola (2004), autores como Durston afirmam que entre as classes subalternas se desenvolve uma solidariedade⁸ do tipo intracomunitária, que possibilita a formação de laços de cooperação, os quais auxiliam na obtenção de bens elementares para a sobrevivência. Entretanto, a limitada presença de outros tipos de capital gera dificuldades para a formação de relações sociais em sentido vertical, ocasionando o atendimento restrito das demandas da população por parte do governo. Além disso, há dificuldades, também, para a formação de relações extracomunitárias (sentido horizontal), causando deficiências no estabelecimento de relações que possam suprir não só necessidades básicas, mas outras demandas, como o acesso a novas informações e mercados.

Putnam (2002) também aborda a questão dos laços envolvidos nas relações sociais. Considera que os laços fortes como, por exemplo, os de parentesco possuem um papel significativo na resolução dos dilemas da ação coletiva; porém, para o autor, os sistemas de participação cívica têm maiores possibilidades de abarcar amplos segmentos da sociedade.

Para este teórico o capital social refere-se a elementos que compõem a estrutura social e que estão assentados em uma lógica de interação e regras de decisão coletiva, bem como em normas e sanções efetivas do tipo formal, obrigações e expectativas de tipo informal, ancoradas na confiança, informações potenciais, relações de autoridade e organizações sociais. Nessa perspectiva, o capital social pode produzir benefícios no âmbito comunitário, fomentando, entre os indivíduos, uma maior participação cívica, solidariedade, confiança, tolerância, práticas associativas e igualdade política.

⁸ A solidariedade pode ser entendida como uma forma eficaz de combate à miséria e à exclusão social. SOUZA (apud PLASENCIA, 2001), nesse sentido, declara que “*Se a exclusão produziu a miséria, a solidariedade destruirá a produção de miséria, produzirá a cidadania plena e irrestrita- democrática. Se a distância perpetua a miséria, a solidariedade interrompe o ciclo que a produz e abre possibilidades imensas para se reconstruir a humanidade*” (p.38).

Para Coleman (1994), o capital social abarca aspectos da estrutura social que facilitam certas ações comuns dos atores dentro da estrutura, assegurando, assim, que este conceito é importante para o desenvolvimento econômico, físico, humano e tem condições de alcançar recursos para o bem-estar coletivo.

Segundo este autor, o capital social abrange, tanto o plano individual, quanto o coletivo. No primeiro, está ligado à capacidade de relacionamento dos indivíduos, isto é, a competência desses em estabelecer redes de contatos sociais, com o objetivo de melhorar sua eficiência individual. Por outro lado, o plano coletivo refere-se ao conjunto de normas e leis que mantêm a coesão social e que permitem ações de negociação em casos de conflito.

Outro autor que aborda esse conceito é Fukuyama (2003), através de uma perspectiva social, caracterizando-o pela confiança e cooperação por parte da sociedade, isto é, refere-se aos recursos morais e mecanismos culturais que reforçam os grupos sociais. O Banco Mundial, bem como alguns economistas, também utiliza esta categoria para reportar-se às instituições, relações, atitudes e valores que governam a interação de pessoas e facilitam o desenvolvimento econômico e a democracia.

O capital social pode ser entendido como os atributos desenvolvidos pelas organizações sociais como, por exemplo, a confiança, a reciprocidade e o estabelecimento de normas e redes. Esses atributos podem aumentar a eficiência da sociedade, contribuindo para facilitar a coordenação de ações. Conforme os autores Coleman (1990) e Narayan (1997), o capital social pode ser definido como

o conjunto de regras, normas⁹, obrigações, reciprocidades e confiança, presentes em relações, estruturas e arranjos institucionais da sociedade, que permitem a seus membros buscarem seus objetivos individuais e comunitários (NARAYAN E COLEMAN, apud Baquero e Cremonese, 2006, p. 310).

É mister compreender que o conceito de capital social¹⁰ não é homogêneo, já que é composto por vários elementos sociais, ou seja, engloba um conjunto de

⁹ Por normas, entende-se o processo de institucionalização de padrões de confiança nas relações sociais (Narayan apud Nicola, 2004, p.8).

¹⁰ O conceito de capital social aparece na literatura com diferentes significações, sendo as mais usuais: “energia social”, “espírito comunitário”, “laços sociais”, “virtude cívica”, “confiança”, “redes associativas”, “relações horizontais”, “vida comunitária”, “normas sociais”, “redes informais e formais”, “reciprocidade”, “bem comum”, “pró-atividade”, entre outras.

valores que promovem, tanto a ação individual, quanto a coletiva. De forma geral, utiliza-se como indicadores de capital social a participação em organizações sociais, atitudes cívicas, cooperação e sentido de confiança entre os membros da comunidade.

O capital social pode ser classificado como intragrupal e intergrupar. O primeiro envolve ações coletivas oportunistas, as quais beneficiam apenas determinados grupos específicos como, por exemplo, a máfia ou grupos fechados corporativos. Por outro lado, o capital social¹¹ intergrupar é o que beneficia toda a sociedade. Logo, representa os interesses da coletividade como um todo.

Desse modo, o capital intragrupal favorece a exclusão dos indivíduos, produzindo, assim, resultados econômicos e sociais negativos frente aos problemas apresentados em uma determinada comunidade. Entretanto, em sociedade onde os recursos provenientes do Estado não conseguem atender às demandas da comunidade, busca-se, através do capital social intergrupar, a superação dos problemas. Dessa maneira, associações de moradores, cooperativas de produtores, associações de pais e mestres, organizações não-governamentais de proteção às minorias independentes, passam a suprir demandas não atendidas pelo Estado.

Além dessa classificação, tem-se, também, a desenvolvida pelo Banco Mundial (2000), dividida em:

- Bondig Capital Social: resulta de ligações entre pessoas que compartilham características demográficas similares, tais como associações de negócios, conexões entre indivíduos de uma família, amigos próximos, vizinhos.
- Bridging Capital social: forma-se da união entre pessoas de diferentes origens étnicas ou profissionais, como, por exemplo, conexões horizontais que unem pessoas com poderes políticos e “status” econômicos comparáveis.
- Linking Capital Social: compõe-se da ligação entre as pessoas da classe pobre e aquelas que detêm posições influentes em organizações formais.

Partindo dessa mesma classificação desenvolvida pelo Banco Mundial, Monastério (apud Nicola, 2004), acrescenta outras elucidações referentes ao capital

¹¹ O capital social é maior em sociedades menos polarizadas quanto à desigualdade e às diferenças étnicas.

social. Na sua visão, o “linking” compreende o capital social institucional, o qual abarca as relações desenvolvidas entre o Estado e a sociedade, ou seja, as ligações verticais existentes entre as classes menos favorecidas e as pessoas ocupantes de postos de decisão em organizações formais.

O “bridging” refere-se ao capital social extracomunitário, que descrevendo as relações sociais geradoras de capital que determinada comunidade estabelece com grupos sociais e econômicos externos. A partir desse tipo de capital, podem ser efetuadas trocas econômicas (relações de mercado), bem como o acesso às informações (conhecimento) presentes em meios externos à comunidade.

O “bonding” está ligado às relações sociais comunitárias dos indivíduos. Desta forma, envolve os vínculos entre agentes de mesma posição, compondo grupos homogêneos, voltados para dentro, em que as identidades dos membros são reforçadas. Conforme Monastério

A literatura que relaciona capital social com redução de pobreza afirma que, em países atrasados, os mais desfavorecidos têm se beneficiado de consideráveis estoques de capital social comunitário, pouco extracomunitário e quase nenhum institucional (MONASTÉRIO apud Nicola, 2004, p. 21).

Outro teórico que explana sobre a temática do capital social é Bourdieu, que trabalha o conceito de forma instrumental, dado que na, sua visão, as pessoas constroem suas relações levando em conta os benefícios que podem obter. A idéia de capital social em Bourdieu se insere na teoria geral dos campos onde, a sociedade se forma através de espaços de relações sociais, estruturalmente diferenciados e de certa forma autônomos, denominados campos. Esses representam espaços de lutas buscando se apropriar de posições dominantes, pois em determinadas posições conseguem obter os benefícios imediatos que o campo traz em si.

Este grupo de benefícios, pertencentes a um campo, forma os capitais que, segundo o autor, possuem três formas essenciais: econômica, social e cultural. O capital social é um recurso que pode englobar diferentes níveis, isto é, desde controle social, como benefícios mediados por familiares e por não familiares (PORTES, apud HIGGINS 2005). Dessa forma o capital social pode ser definido como

o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de interreconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (BOURDIEU apud Baquero Cremonese, 2006, p. 231).

Na visão utilitarista de Coleman (1994), o capital social não é uma propriedade particular, nem mesmo dos indivíduos que dele se beneficiam pois, por ser um atributo da estrutura social, pertence à estrutura de relações. Segundo ele, as organizações civis têm um papel bastante eficiente na promoção de capital social. Enfatiza, ainda, que, quanto maior for o nível de capital social presente em cada comunidade, maior será a participação e a preocupação dos indivíduos com as questões locais.

Para este autor, há três formas de capital social: a primeira lida com o nível de confiança e a real extensão das obrigações existentes em um ambiente social,- ou seja, as pessoas confiam umas nas outras e tal confiança é exercida pela aceitação mútua de obrigações. A segunda forma de capital social refere-se aos canais de trocas de informações e idéias. A terceira está ligada às normas e sanções, que incentivam os indivíduos a trabalharem pelo bem comum, abandonando interesses próprios e imediatos.¹²

Coleman percebe o capital social de uma maneira mais funcional, acreditando que este é formado por todos aqueles elementos da estrutura social que servem de recursos para que os sujeitos sociais atinjam suas metas, a fim de satisfazer suas necessidades. De tal modo, as ações são moldadas, dirigidas e controladas pelo contexto social (HIGGINS, 2005).

Cabe salientar, contudo, que a ação coletiva só é viável quando as pessoas conseguem visualizar a importância de trabalhar em conjunto. Nesses termos, o estabelecimento de redes de confiança fomenta o capital social entre as pessoas, o que pode acarretar na conquista de bens tangíveis. Isso contribui de forma relevante para o desenvolvimento da qualidade de vida e da cidadania. Dessa maneira, Putnam esclarece que,

¹² Essas três formas encontram-se inter-relacionadas e, se houver depreciação todos perdem. (Coleman apud Baquero e Cremonese, 2006, p. 232).

[...] os cidadãos das comunidades cívicas querem um bom governo e (em parte pelos seus próprios esforços) conseguem tê-lo. Eles exigem serviços públicos mais eficazes e estão dispostos a agir coletivamente para alcançar seus objetivos comuns. Já os cidadãos das regiões menos cívicas costumam assumir o papel de suplicantes cínicos e alienados. Pelo lado da oferta, o desempenho do governo representativo é favorecido pela infraestrutura social das comunidades cívicas e pelos valores democráticos, tanto das autoridades quanto dos cidadãos (PUTNAM, 2002, p. 191).

Assim, de acordo com Baquero (2006), “o pressuposto da teoria do capital social é de que, tanto no sentido econômico, quanto político, a cooperação voluntária é condição para alcançar objetivos comuns”. De tal modo, o sentimento comunitário se edifica através da ação recíproca entre as pessoas. Dessa forma, a comunidade cívica passa a ser constituída por indivíduos atuantes e imbuídos de espírito público, por meio do desenvolvimento de relações políticas igualitárias e de uma estrutura social baseada na confiança e na colaboração.

Segundo Putnam (2002), as pessoas que se reúnem em associações possuem maior consciência política, confiança social e participação política. Logo, para esse autor, quanto maior a cultura cívica da região mais eficaz será seu governo¹³. Enfatiza os aspectos culturais das regiões, assim como o teórico Fukuyama (apud HIGGINS, 2005), acreditando que se deva levar em consideração os hábitos herdados pelo povo, ao longo de sua história.

Nos seus escritos relativos aos Estados Unidos da América, a superioridade econômica desta nação está associada à sua tradição horizontal, herdada da Inglaterra. Na América Latina, por outro lado, as redes de sociabilidade foram estruturadas de forma verticalizadas, graças à sua herança Ibérica.

Putnam esclarece, também, que em uma comunidade cívica as associações proliferam, as afiliações se sobrepõem e a participação se alastra, contribuindo para o desenvolvimento da coesão social, da harmonia política e do bom governo, na medida em que prevalece a confiança interpessoal e a cooperação solidária e coletiva. Assim, para a efetivação desse tipo de comunidade, é mister que haja o estabelecimento de acordos entre os atores, os quais devem dispor de informações confiáveis, advindas das relações constituídas com os demais sujeitos coletivos.

¹³ A afiliação a grupos horizontalmente organizados (como clubes desportivos, cooperativas, sociedades de mútua assistência, associações culturais e sindicatos) deve estar positivamente relacionada com o bom desempenho governamental. Desse modo, o capital social pode ser medido através da porcentagem de pessoas que participam de organizações da sociedade civil, conselhos de políticas públicas e fóruns de desenvolvimento.

Dessa forma, o autor aponta como exemplo de falta de virtude cívica, o “familismo imoral”, que se baseia na preponderância de comportamentos oportunistas, orientados para maximizar o ganho privado. Nesse sentido, os indivíduos agem orientados pelo desejo de obter o máximo de vantagens para a sua família, pelo pressuposto de que os outros irão agir da mesma forma. O resultado geral é uma situação em que as pessoas só interagem na esfera privada, abandonando a esfera pública.

Em oposição a esse tipo de comportamento, os laços de cooperação horizontal criam redes de controle e equilíbrio que se constituem em um modo de limitar o abuso de poder, impondo restrições à ação de todos os cidadãos e fazendo com que os líderes respondam perante a comunidade. De fato, esses laços relacionam-se diretamente ao nível de confiança interpessoal existente na comunidade. A confiança interpessoal¹⁴ é uma garantia de que os indivíduos se comportarão de modo previsível. Em consequência, os contratos e as leis serão respeitados e a cooperação será incentivada.

Entretanto, onde há pouco civismo impera a desconfiança e as pessoas e a vida pública individual se organizam sob forma hierárquica. Assim, Putnam chegou à conclusão de que quanto menor for o capital social e a cultura cívica das pessoas, menor será o desenvolvimento econômico da região. Dessa maneira, nas regiões onde há cultura cívica e capital social há maior probabilidade de desenvolvimento¹⁵.

Nessa acepção, a formação de grupos de redes é fundamental, seja para troca de conhecimentos, como de experiências. Há, assim, a necessidade de um planejamento participativo onde as pessoas possam expressar os objetivos do desenvolvimento, relacionando-os a preocupações mais amplas. Do mesmo modo, o planejamento passa a se constituir por uma seqüência móvel de programas e ações planejadas e executadas pelos indivíduos ou grupos diretamente envolvidos.

¹⁴ Segundo Rennó (2001) “Os países latino-americanos (...) são os que têm menor confiança interpessoal, em comparação com as democracias norte-americanas e européias. Os dados de 1996 indicam que mais de dois terços de todos os latino-americanos não confiam em seus concidadãos. Se há um lugar onde a ausência de confiança deve ter um efeito no comportamento político, esse lugar é a América Latina”.

¹⁵ Putnam (1996) ao estudar o caso italiano reconheceu que o capital social, em determinadas regiões promoveu engajamento cívico e participação social e política, o que auxiliou na construção de instituições democráticas e contribuiu para o desenvolvimento econômico. A participação em associações horizontais, nesse sentido, é de grande importância, pois nestes espaços os indivíduos tendem a se identificar e se socializar, compartilhando sentimentos de cumplicidade e confiança, o que facilita o desenvolvimento de ações em prol do bem comum.

É preciso que as pessoas possuam certa autonomia, seja em termos morais, políticos e intelectuais. Isso faz com que os indivíduos tornem-se pessoas empreendedoras e confiantes, assumindo, assim, o seu papel, ao invés de uma atitude passiva, percebendo, dessa forma, os recursos latentes ociosos, subutilizados que se encontram ao seu redor e podem ser melhor aproveitados, contribuindo para o alívio de suas carências. Isso também contribui para reduzir o desperdício, o que representa uma das principais fontes de financiamento para o desenvolvimento. Assim, o teórico Friedmann

[...] advoga o empoderamento das comunidades locais e considera a auto-organização dos pobres como fundamental para se efetivar a sobrevivência coletiva. Mas, ao mesmo tempo, enfatiza a necessidade de ajuda externa, especialmente a do Estado, para obter resultados satisfatórios em geral compatíveis com a dimensão do problema (...) Sem o envolvimento direto do Estado, não se pode escapar da pobreza em massa e da perda de poder (FRIEDMANN apud Sachs, 2007, p.336).

O mais importante a considerar é a idéia de que a sociabilidade entre as pessoas pode melhorar o desempenho das atividades econômicas de cunho lucrativo em populações carentes e vulneráveis. Granovetter (apud HIGGINS, 2005) acredita que as relações sociais encontram-se presentes no mundo dos negócios e dependem dos costumes e dos valores adquiridos, bem como das identidades afetivas formadas.

Compreende-se, deste modo, que, na sociedade, são desenvolvidos sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoais, tanto formais, quanto informais. Alguns desses sistemas são basicamente “horizontais” e outros basicamente “verticais”. Os primeiros englobam atores com a mesma posição e poder. Já, os “verticais”, abarcam agentes desiguais pautados em relações de hierarquia e dependência.

Putnam (2002) explana que as interações horizontais são bastante positivas, pois se baseiam na reciprocidade, participação cívica, cooperação, confiança e solidariedade. Por outro lado, nos sistemas verticais, os vínculos clientelistas desenvolvidos podem acarretar o enfraquecimento da organização grupal e da solidariedade. Logo, nesses sistemas, as relações de dependência acarretam, muitas vezes, atitudes oportunistas por parte dos atores.

Segundo Souza (apud Baquero e Cremonese, 2006), o capital social encontra-se diretamente ligado à cultura e, conseqüentemente, ao sistema social.

Dessa maneira, *“a cultura, ao ligar as pessoas para que atuem não só no conjunto, mas, antes, em conjunto, cria formas específicas de relacionamento com comportamentos selecionados visando a sua perpetuação”*.

A idéia de Souza é semelhante à de Putnam (2002), que assevera que o desenvolvimento de uma região estaria relacionado à sua tradição, ou seja, à sua herança histórica. Logo, o capital social é visto como consequência de um processo cultural de longo prazo. Diferentemente do que acredita Putnam (1996), Peter Evans (apud HIGGINS, 2005) elucida que o capital social pode ser construído sem, necessariamente, ter uma raiz histórica, contrapondo-se à visão culturalista de Putnam.

Evans defende uma sinergia entre Estado e sociedade, entre o público e o privado, a qual é capaz de aumentar a capacidade de intervenção do Estado. Enfatiza, desse modo, o papel decisivo da burocracia estatal na formação de capital social, no sentido de que a função do Estado passaria da ação reguladora da interação social para a de indutor e mobilizador de capital social, ligando os cidadãos e mobilizando as agências públicas a aumentarem a eficiência governamental. Assim, a sinergia entre o Estado e a sociedade civil possibilitaria ultrapassar a divisão existente entre o público e o privado.

Ao fazer menção às idéias de Evans (1996), é importante elucidar que, na América Latina, desenvolveu-se uma fraca sinergia entre o Estado e a sociedade civil, devido às desigualdades produzidas pelo mercado. Nesse sentido, na visão de Baquero (2006), no contexto latino-americano, a democracia de mercado está longe de ser consolidada, visto que não possui uma base material adequada para garantir uma qualidade de vida mínima para seus cidadãos. Por conseguinte, segundo este autor

o desenvolvimento econômico, quando ocorre artificialmente, pode produzir uma melhoria nas condições de vida das pessoas em curto prazo, mas, se não proporciona simultaneamente emprego e renda, não consegue inverter o padrão de exclusão social e empobrecimento, pois não produz riqueza interna, capaz de gerar as bases para o não questionamento de sua legitimidade (BAQUERO e CREMONESE, 2006, p. 53).

Diante de um cenário de intensas desigualdades sociais, é pouco provável o empoderamento dos cidadãos para participar ativamente da vida política. Conforme Baquero (2006), o desafio de motivar, por meio de estratégias do empoderamento cívico, requer um incentivo à formação de associações, à promoção do

desenvolvimento de valores e normas de natureza coletiva para gerar um convívio harmônico e cooperativo, estabelecendo reciprocidade mútua na busca de objetivos comuns, privilegiando a dimensão coletiva e não a individual e promovendo a participação cidadã.

Putnam (2002), com sua abordagem culturalista, alude que os aspectos histórico-culturais de uma sociedade são determinantes para a formação de capital social. De tal modo, a especificidade cultural é um fator fundamental para a existência ou inexistência do associativismo horizontal, o qual é determinante para a efetivação da prosperidade econômica e estabilidade política.

Por outro lado, os neo-institucionalistas como, por exemplo, Evans (1996), Durston (1999) e Narayan (1997) acreditam que, para a formação de capital social e desenvolvimento econômico, torna-se necessário o estabelecimento de instituições capazes, proativas, íntegras, democráticas, independentes e inseridas em redes de relações - individuais, grupais, organizacionais, Empresariais - dos vários setores da sociedade. Além disso, para esses autores, a ausência de associativismo horizontal, em diversos países em desenvolvimento, não se deve à trajetória histórico-cultural, já que provêm de ações políticas adotadas por regimes ditatoriais/autoritários em níveis elevados de desigualdade social.

De acordo com Monastério (apud Nicola, 2004), existem três grupos de definição do termo capital social. São eles: o grupo de Putnam e as associações horizontais, o grupo de Granovetter, Coleman e as redes sociais e o grupo do capital social como ambiente institucional. O primeiro explana que as associações envolvem hábitos cívicos (preocupação com a esfera pública e com o bem comum), confiança e um espírito de cooperação que fortalece as interações positivas. Por outro lado, o segundo grupo propõe uma abordagem denominada “embeddedness”, a qual tem por base a idéia de que as relações sociais constituem ativos econômicos importantes dos indivíduos e dos grupos. O terceiro grupo apreende os ambientes político e social – que contribuem para a eficiência produtiva- como componentes do capital social.

Assim sendo, pode-se compreender que existem várias abordagens ligadas ao capital social. Logo, inúmeros são os elementos que compõem esse recurso. Todavia, é pertinente elucidar que a participação e a organização de uma sociedade denotam os estoques de capital social nela existentes. Cabe destacar que a participação dos indivíduos em associações e outras formas de interação social é

criadora de capital social, já que contribui para ampliar a aquisição de normas e valores cooperativos, bem como desenvolver a confiança necessária para o funcionamento da democracia.

Percebe-se, assim, que é de grande relevância que seja desenvolvido e estimulado o fortalecimento das relações sociais entre os atores, tornando-as estáveis e confiáveis. Tal estabilidade poderá se dar através do aumento da eficácia política individual, do empoderamento dos cidadãos e da cooperação sistemática, que devem ampliar-se, essencialmente, para as classes subalternas.

Nesse sentido, o capital social pode ser compreendido como um processo ou instrumento de empoderamento dos cidadãos, isto é, a alteração das relações de poder a favor daqueles que são carentes e vulneráveis. Logo, pode ocasionar transformações nas relações pessoais e interpessoais, provocando a criação de redes de cooperação e solidariedade.

Assim, a elevação dos índices de capital social pode ter efeitos positivos pelo impacto na democracia e no desenvolvimento socioeconômico. De acordo com Baquero, *“o capital social sustenta que a participação em associações voluntárias gera normas de cooperação e confiança entre os seus membros e que essas normas são aquelas exigidas para a participação política (2006, p.204)”*.

Por isso, com o desenvolvimento do capital social, os setores marginalizados passam por um processo de aquisição de poder, o qual se dá através de capacitações, qualificações pessoais, aproximações entre comunidades pobres e instituições capazes de interferir de forma positiva na vida das pessoas. Esses setores tornam-se, desse modo, mais participativos, passando a ser protagonistas no planejamento e na execução das ações e dos projetos de desenvolvimento inclusivos, dos quais são os beneficiários finais.

Percebe-se, portanto, que é de extrema necessidade uma redefinição das relações entre o Estado, a sociedade e os diferentes grupos sociais. O envolvimento dessas três esferas é essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa, com políticas e programas eficientes, onde seja criado um espaço público que seja universal e social, como diria Plasencia (2001) *“de todos para todos”*, no qual os atores sociais possam controlar a representação pública, bem como a gestão do público, administrando e intervindo de forma responsável, por meio de uma intensa vigília ética. Essa reorganização e reestruturação do espaço público é

efetivamente importante para equilibrar as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade civil.

Diante disso, os cidadãos podem assumir o papel de agentes de mudanças sociais, especialmente no contexto onde vivem. Isso é uma forma de empoderamento da comunidade, onde os participantes, com o passar do tempo, devem tornar-se autônomos. É ideal, dessa forma, que as parcerias entre os atores sociais sejam múltiplas, e que dessas relações sejam desenvolvidas estratégias de criatividade, empreendedorismo, cooperação, “multiliderança”.

As coletividades e comunidades de âmbito local necessitam adquirir, portanto, capacidades e possibilidades de auto-organização e de autogoverno. São, dessa forma, as mais aptas para refletir e organizar os recursos naturais e os recursos humanos de modo equitativo.

É no interior dessa conjuntura, que surgem relações sociais orientadas no interconhecimento e em identidades com o meio ambiente. Logo, é possível produzir, distribuir e consumir bens e serviços de modo harmonioso. No entanto, para que isso ocorra, todas as relações internas e externas construídas no interior da coletividade necessitam estar fundamentadas na reciprocidade e na igualdade, com o objetivo de eliminar as razões de trocas, baseadas, sobretudo, no lucro, na opressão e na exploração do homem pelo homem.

Isso pode contribuir de maneira significativa para a horizontalização das relações, auxiliando no fortalecimento das redes sociais, com o objetivo de incluir novos atores na esfera pública, libertando, para tanto, a população para o desenvolvimento. O que se conclui por meio dessas elucidações é que quando as pessoas participam do processo de desenvolvimento, tornam-se mais reivindicativas já que são, de certa forma, responsáveis pelo seu bem-estar.

No entanto, as pessoas de baixa renda, que são beneficiárias passivas de políticas públicas assistencialistas, pouco se envolvem no desenvolvimento da comunidade, o que acaba contribuindo negativamente para o empoderamento desses indivíduos. Tal situação ocorre, porque esse tipo de política não favorece o desenvolvimento de capital social, desestimulando ações empreendedoras e criativas para o enfrentamento dos problemas coletivos.

É possível afirmar que o desenvolvimento local, baseado na integração e na sustentabilidade, é uma grande estratégia para a formulação e implementação na agenda política de atividades voltadas para a superação da pobreza. Sabe-se que

as ações de redução da pobreza e promoção da equidade devem ser vistas como primordiais para o desenvolvimento das regiões mais miseráveis.

Com esse intuito, os objetivos centrais para concretizar esse desenvolvimento se dão por meio de ações seguras, sustentáveis e empoderadoras, que incluam na visão de Vivarta (2003) atividades que contemplem segurança alimentar, eliminação de doenças que podem ser evitadas, bem como a garantia da educação para todos. Vê-se, assim, que a redução da pobreza é uma questão política e social que abarca diferentes âmbitos, isto é, educacional, da saúde, da alimentação, de democratização, de autonomia da sociedade e de construção de novos padrões de sociabilidade.

Para tanto, entende-se que é de grande importância, dar voz e vez às pessoas em situação de pobreza, reconhecer e apoiar as associações comunitárias, as redes e as ações dessas populações. Dessa forma evita-se abusos por parte dos governos, resultando, portanto, no amplo desenvolvimento de espaços públicos, que passam, agora a agregar atores sociais múltiplos e diferenciados. A recuperação e valorização dos saberes desses sujeitos também têm um papel essencial na luta contra a pobreza, constituindo-se como um elemento-chave para a construção da cidadania (CAMAROTTI e SPINK, apud Vivarta, 2003).

Nesse sentido, a ênfase dada ao desenvolvimento local é, sem dúvida, importante, dado que é no local que se enraízam as experiências, as táticas, os métodos e as práticas simples que formam um conjunto de estratégias e táticas para a solução das problemáticas referentes à pobreza e ao meio ambiente. Logo, entende-se, que a ação começa no local, já que é nele que se tem o espaço de possibilidades de que se necessita. Com isso, é no cotidiano local que projetos que envolvem atividades democráticas e coletivas podem produzir resultados mais eficientes, na medida em que, neste ambiente, as ações, as práticas, as necessidades e as lutas são negociadas.

Como é possível perceber, as discussões trazidas neste capítulo enfatizaram a importância das redes de sociabilidade, as quais, fortificadas, podem contribuir para o fortalecimento dos indivíduos, auxiliando-os a conquistar seus objetivos. Quanto mais empoderados estiverem os sujeitos sociais é possível que tenham mais forças para lutar pela melhoria de seu bem-estar, visando a conquista de mais liberdades e a superação dos obstáculos impostos, sobretudo, pelas situações de pobreza. O empoderamento, aqui destacado, é o comunitário, dado que se encontra

mais associado ao objeto de estudo desta pesquisa, na medida em que reporta-se a catadores que, apesar de terem trajetórias diversificadas em suas vidas, continuam todos a morar nos mesmos bairros e ter o mesmos vínculos comunitários, ora ténues, ora grandiosos.

A fim de verificar de que forma estes vínculos se estabelecem e de que modo podem (ou não) contribuir para amenizar as problemáticas enfrentadas pelos catadores dos dois universos pesquisados (formais e informais), serão descritos no capítulo subsequente os processos utilizados para investigar tais realidades, assim como os objetivos e as hipóteses referentes a essas verificações e os métodos de análise empregados para a sistematização dos dados.

4. OS ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Neste capítulo, será apresentada a pesquisa empírica, enfatizando o seu objeto construído, bem como seus objetivos e hipóteses. Elucidar-se-á as questões referentes ao modo como foi desenvolvido o trabalho de campo e que métodos foram utilizados para a coleta e análise dos dados. Posteriormente, os dados serão analisados, comparados e interpretados, a fim de poder dar visibilidade aos aspectos que foram contemplados na pesquisa.

A pesquisa de mestrado tem como objetivo a compreensão da trajetória dos catadores do antigo lixão da Caturrita, que, atualmente, encontram-se divididos; pois enquanto uma parcela trabalha formalmente na Empresa Revitá, a outra parcela permanece trabalhando informalmente ou desempregada. Essa divisão é apenas uma distinção que se buscou entre os grupos, uma vez que na pesquisa em si não se tratará diretamente sobre a temática trabalho, sendo que as questões centrais são pobreza, capital social e alguns fatores sobre o meio ambiente. Todos estes pontos têm como foco central o universo de catadores.

Nesse sentido, a pesquisa, pretende verificar de que forma ocorre a organização política e o estabelecimento de redes sociais, nesses diferentes grupos, tendo por base a situação de formalidade e informalidade no mercado de trabalho. Além disso, procurar-se-á inquirir sobre a qualidade de vida ambiental desses atores sociais, com o intuito de perceber se a pobreza e o fato de estarem incluídos ou

excluídos do quadro de funcionários da Empresa influenciam no comportamento desses sujeitos em relação à questão ambiental.

Desse modo, por meio dessa pesquisa pretende-se contribuir para o desenvolvimento da ciência da sociologia em geral, bem como para o entendimento da relação entre pobreza, capital social e ecologia no contexto da modernidade excludente. Assim, as hipóteses que norteiam este trabalho partem do princípio de que (1) os catadores que estão inseridos em relações informais possuem uma pior qualidade de vida, dado que a exclusão do mercado de trabalho colabora para o aumento da pobreza desses indivíduos, a qual pode ser entendida como a privação de certas capacidades consideradas elementares, tais como a educação, trabalho, saúde, habitação (SEN, 2001).

Supõe-se, ainda, que os catadores (2) que trabalham na Revitá possuem uma participação cívica mais ativa e redes sociais mais fortalecidas, pois, possivelmente, possuem uma melhor qualidade de vida, ao contrário daqueles submetidos à informalidade, os quais pela situação de pobreza possuem vínculos sociais e políticos bastante debilitados. Acredita-se, também, que (3) estes últimos, não tenham uma maior preocupação com ações predatórias em relação ao meio ambiente, já que são premidos prioritariamente pelas questões de sobrevivência, em detrimento do “valor da preservação do meio ambiente”.

Em vista disso, buscar-se-á demonstrar a importância dessa inter-relação entre pobreza e meio ambiente, atentando para o fato de que a conservação da natureza pode constituir-se em um fator proeminente no combate à destruição dos recursos naturais, e à formação de uma sociedade mais sustentável. Nesse sentido, o processo de reciclagem do lixo ocupa um papel preponderante, uma vez que pode ser compreendido como uma forma de reduzir os desperdícios e preservar o meio ambiente, já que a geração e acúmulo de lixo se constituem como um dos problemas ambientais de extrema relevância e gravidade na atualidade.

Além disso, a catação é considerada um meio de sobrevivência para algumas pessoas que se encontram excluídas e sem alternativa para a subsistência. Segundo Miura (2004)

O lixo representa para os catadores seu meio de vida, a condição para garantir sua sobrevivência, a sua integração no mercado de trabalho, sem deixar de ter a conotação negativa construída socialmente em torno do lixo, ou seja, lixo é aquilo que é jogado fora, que gera asco, discriminação e preconceito. (MIURA, apud Medeiros & Macêdo, 2006).

Vale salientar que o número de catadores de materiais recicláveis vem crescendo cada vez mais, o que pode estar associado ao aumento das exigências para o acesso ao mercado formal de trabalho, bem como o acréscimo na quantidade de desempregados. Nesta medida, muitas vezes, os catadores compõem uma massa de desempregados, que devido à sua idade, condição social e baixa escolaridade, não conseguem inserir-se no mundo formal do trabalho.

Apesar de essa ocupação ter sido regulamentada em 2002, o reconhecimento da profissão de catador de material reciclável não representou diretamente a garantia dos direitos trabalhistas desses profissionais, pois os avanços em relação à formalização das relações de trabalho foram restritos, e nota-se o predomínio da informalidade nas relações trabalhistas. Com isso, os catadores desempenham atividades em condições precárias, sofrendo, algumas vezes, preconceitos, acarretando em um desprestígio do papel importante que representam na economia e no meio ambiente.

Sendo assim, o estudo pretende conhecer e interpretar a realidade, a partir da análise e correlação entre os fatos e os fenômenos, tendo por base a observação, registro, análise, diferenciações e semelhanças entre esses elementos, procurando descobrir sua natureza, características, causas, relações e conexões com outros fatos (MARCONI E LAKATOS, 1986).

De tal modo, para uma melhor compreensão da realidade vivenciada pelos catadores, promover-se-á uma integração de métodos qualitativos e quantitativos. Conforme Goldenberg (1997, p.62), a associação entre esses dois métodos possibilita que o pesquisador atribua maior confiabilidade aos seus dados, demonstrando que esses não são resultados de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Logo, esse procedimento de abordagem metodológica configura-se como uma forma mais completa e, conseqüentemente, mais confiável de mapeamento dos fenômenos sociais, uma vez que possibilita a compreensão de questões e informações objetivas e subjetivas, permitindo assim, a realização de uma pesquisa com resultados coerentes.

Conseqüentemente, será realizado um estudo de caso, com os catadores do antigo lixão da Caturrita, o qual fornece o conhecimento aprofundado de uma realidade delimitada, e os resultados atingidos permitem formular hipóteses para o encaminhamento de outras pesquisas. Segundo Babbie (2003), esse tipo de estudo

consiste em uma descrição e explicação abrangentes dos diversos componentes de uma determinada situação social, buscando examinar o máximo de dados possíveis sobre a realidade estudada.

Para tanto, serão integrados, como ferramentas de coleta de dados formulários, entrevistas, observação participante, bem como uma pertinente revisão bibliográfica sobre o tema proposto, que englobe assuntos referentes ao capital social, ao meio ambiente e à pobreza.

A partir do trabalho de campo, que será realizado na Empresa Revitá, bem como com os catadores do antigo lixão da Caturrita que se encontram nas redondezas da Empresa, isto é, no bairro Nova Santa Marta, em condições informais de trabalho, serão realizadas entrevistas, a fim de levantar o seu perfil sócio-ocupacional. Tal ação será realizada com o intuito de construir indicadores que revelem se há diferenças entre estes catadores (informais e formais) no estabelecimento de redes de cooperação e confiança, e se estas auxiliam na construção de cidadania e melhora da sua qualidade de vida, dando uma maior importância a itens relacionados com a participação desses indivíduos na discussão de questões de ordem política e ambiental. Além disso, serão levantadas informações concernentes aos ambientes frequentados por esses sujeitos, como também de assuntos discutidos fora do ambiente familiar.

O formulário será utilizado, porque se baseia na observação ou interrogatório por parte do entrevistador, o qual, a partir de um contato face a face com o respondente, anota as respostas conferidas por este (Marconi e Lakatos, 1986). Babbie (2003) assinala que este instrumento deve conter itens claros e não ambíguos, ou seja, é necessário que sejam precisos de forma que o respondente saiba exatamente qual pergunta se espera que ele responda.

Cabe, aqui, um adendo, uma vez que o objeto de pesquisa será composto por 48 catadores (34 formais e 14 informais). Os trabalhadores formais serão contatados diretamente na Empresa Revitá, onde, atualmente, 34 pessoas trabalham como recicladoras para a Empresa. A partir de uma lista de espera fornecida pela Revitá também será possível localizar alguns catadores que, quando ocorreu o fechamento do antigo Lixão da Caturrita, não foram contratados pela Empresa.

A entrevista, por sua vez, visando adaptar-se às necessidades de cada situação, será desenvolvida com os catadores informais, a fim de apreender suas trajetórias de vida dando enfoque a aspectos mais subjetivos. O número de

entrevistas que serão realizadas não foi previamente estabelecido, tendo em vista que grande parte das pessoas que eram catadoras do antigo Lixão já não se sabe mais aonde podem ser encontradas. Logo conforme informações da Empresa e das pessoas dos bairros vizinhos do antigo Lixão tentar-se-á localizá-las e buscar-se-á utilizar o critério de saturação de informações. Cabe ressaltar que a entrevista possui vários aspectos positivos, pois possibilita a obtenção de informações referentes aos mais diversos aspectos do fenômeno estudado (MARCONI E LAKATOS, 1986).

A observação, tão importante quanto os instrumentos citados acima, será empregada, em especial, no trabalho de campo realizado na Empresa Revitá, assim como entre os catadores das proximidades que trabalhavam no antigo lixão e permanecem em uma situação de informalidade ou desemprego, objetivando colher inúmeras informações detalhadas. Para isso, é necessário que o pesquisador mergulhe nos eventos sociais em andamento para que possa atingir uma profundidade de conhecimento muito maior.

Nesse sentido, o observador estabelece uma conversação com alguns ou com todos os participantes do grupo, a fim de perceber as interpretações que construíram sobre os acontecimentos e as situações observadas. Logo, esse instrumento de coleta de dados estrutura-se em conversas, entrevistas sobre os fatos, acontecimentos e experiências que já aconteceram ou que podem acontecer na vida dos pesquisados.

Entretanto, ao contrário da pesquisa-ação, procura intervir na realidade, buscando solucionar os problemas implicados no meio estudado. A observação encontra-se preocupada em problematizar a relação pesquisador-pesquisado, a fim de estabelecer um elo de confiança entre ambos para que haja condições favoráveis para a captação de informações. Dessa forma, Brandão (1984) afirma que a principal dificuldade do trabalho de campo é a tentativa de construir o outro e de optar por uma metodologia adequada para a situação de pesquisa em que o investigador está inserido.

Assim sendo, tanto a coleta, como a interpretação dos dados envolve um trabalho bastante cauteloso por parte do investigador, uma vez que este necessita afastar-se dos juízos de valor e pré-conceitos que, muitas vezes, acabam por limitar a produção de conhecimento científico confiável. Tendo por base essa premissa, a interpretação dos dados se dará, basicamente, a partir da análise das respostas,

com a finalidade de apreender o significado da fala dos indivíduos pesquisados, com o intuito de verificar o sentido das suas ações. Será realizada também, a análise informacional dos dados a fim de sistematizar os procedimentos desenvolvidos nos formulários, atribuindo maior confiabilidade aos resultados obtidos na pesquisa.

Por fim, conclui-se que a abordagem teórico-metodológica é de suma importância para a proteção dos sujeitos contra a sua subjetividade. Isso devido ao fato de que a estratégia da pesquisa de campo depende, por um lado, da fundamentação teórica e, por outro, da forma como o pesquisador se coloca na pesquisa, da maneira como constitui simbolicamente o outro que investiga (Bourdieu, 1999).

4.1. O TRABALHO DE CAMPO E A ANÁLISE DOS RESULTADOS

O primeiro contato com o campo de estudo ocorreu no final de 2008. Inicialmente, foi feita uma visita à Tecnoresíduos, a fim de mostrar o projeto de trabalho para o engenheiro responsável e solicitar sua autorização, para executar a pesquisa com os funcionários da Empresa. O engenheiro mostrou-se prestativo e achou a proposta de trabalho bastante interessante, autorizando o desenvolvimento da pesquisa.

Na metade de 2009, outro contato foi feito com a Empresa, que, nesta data, já não se chamava mais Tecnoresíduos e sim Revitá. Apesar de ter ocorrido algumas modificações na Empresa, o quadro de funcionários permanecia composto por catadores do antigo Lixão da Caturrita. Para tanto, foi explicado que a pesquisa poderia ser realizada na Empresa.

Os detalhes foram acertados com o engenheiro que sugeriu os dias para a realização da pesquisa, dado que em determinadas datas, os funcionários com quem se pretendia falar não poderiam ser liberados do trabalho, pois isso prejudicaria a produção. O engenheiro responsável também forneceu informações de grande valia para a pesquisa, disponibilizando as fichas das pessoas que se encontravam na fila de espera para trabalhar na Empresa, onde foi possível anotar os nomes e os endereços de outros catadores do antigo Lixão da Caturrita.

A aplicação dos formulários na Empresa ocorreu no mês de dezembro de 2009, durante uma semana. Da pesquisa participaram 31 funcionários, do universo

de 34 pessoas. Todos os entrevistados trabalham como recicladores, atualmente, na Empresa; contudo, anos atrás, foram catadores do antigo Lixão da Caturrita.

Além dos formulários, foram feitas 14 entrevistas com os catadores do antigo Lixão que não foram contratados pela Empresa e encontram-se na informalidade. As entrevistas realizadas com esse universo específico foram semi-estruturadas, com o intuito de possibilitar que os participantes falassem de forma livre e espontânea, com uma maior riqueza de detalhes.

Os catadores entrevistados moram, em sua grande maioria, em bairros próximos ao antigo Lixão. A localização das casas de algumas pessoas e seus respectivos nomes já tinham sido obtidos previamente, devido às informações fornecidas pelo engenheiro, relativas à lista de espera da Empresa.

Algumas pessoas, já não moravam mais no mesmo local e teve-se então, que solicitar algumas informações com as pessoas do bairro, as quais indicaram o local de moradia de alguns catadores do antigo Lixão da Caturrita, possibilitando, assim, que as entrevistas fossem desenvolvidas.

5- A QUESTÃO DO LIXO URBANO E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE SANTA MARIA

5.1- A problemática do Lixo

A questão do lixo urbano associada à preocupação ambiental surge no período denominado Pós-Revolução Industrial, devido aos processos de crescimento e urbanização acelerados. Com a vinda das pessoas do campo para a cidade, esta passa a crescer de forma desordenada, não conseguindo dar conta de toda a demanda em relação a emprego, infraestruturas básicas, etc. O sistema produtivo industrial, a partir das inovações tecnológicas, produz intensamente sem preocupações com o meio ambiente, focando-se apenas nas demandas dos consumidores.

O consumo de matérias-primas e de energia ocorre de modo descontrolado, assim como a produção de resíduos e de problemas ambientais. Nessa perspectiva, a quantidade de lixo, produzida pela população, aumentou consideravelmente,

tornando-se um problema preocupante para todas as sociedades, uma vez que quanto mais consumo, maior é o volume de lixo produzido e mais eficiente deve ser sua coleta e destinação final.

O termo “lixo” é proveniente do Latim e para alguns estudiosos deriva do substantivo “lix”, que tem como significado cinzas ou lixívia. Outros estudiosos acreditam que o termo derive do verbo “lixare”, que representa lixar, desbastar, o que no português remete-se a sobra, resto ou sujeira (OLIVEIRA, 2005). O lixo, de maneira geral, está associado a algo negativo, que não é mais necessário, que não se quer mais e que se pode jogar fora, possuindo, portanto, a conotação de inútil, sem valor.

Sabe-se que, quando o lixo não é tratado adequadamente pode ser altamente poluente e afetar a saúde pública. Apesar disso, atualmente, a forma mais utilizada para o destino final do lixo é o “lixão”, também conhecido como despejo a céu aberto. Em 2000, de acordo com o IBGE havia 5.993 lixões no Brasil, sendo que a maior parte encontrava-se localizada nas regiões com menos de 15 mil habitantes (ABREU, 2001).

A existência de lixões é bastante prejudicial para a sociedade, tanto do ponto de vista ambiental e sanitário, como do ponto de vista social e humanitário quando envolve trabalho de catação por homens, mulheres e crianças. Nas áreas onde os lixões são instalados é produzido um líquido durante a decomposição do lixo, denominado, chorume. Este penetram o solo, contaminando as águas subterrâneas e os rios, além de produzir gases tóxicos que, com o tempo, podem provocar explosões, focos de incêndio e até mesmo vítimas fatais.

É de responsabilidade das Prefeituras Municipais o tratamento e o destino do lixo urbano. A opção por depositar o lixo em terrenos a céu aberto, sem o menor cuidado com o solo e com as populações próximas, é uma escolha das gestões municipais. Esta forma de depósito de lixo, que como já sabemos é denominada lixão, é vista como uma das piores maneiras de gerenciar os resíduos, uma vez que o lixo fica completamente exposto no solo, contaminando as águas e provocando doenças nas pessoas. Tal fato ajuda-os em sua sobrevivência.

Existem outras formas de planejar o despejo do lixo que podem minimizar o impacto e os danos causados pela poluição. Um exemplo, que pode ser citado, é o aterro sanitário. Este é o sistema mais elaborado, uma vez que pressupõe a impermeabilização do solo com camadas de mantas plásticas e argilas, evitando a

passagem do chorume, bem como a proliferação de gases tóxicos na atmosfera. Estes não deixam de se originar no lixo, no entanto, são eliminados por meio de sistemas que o comportam, podendo ser utilizados como combustível.

A incineração é outra opção que pode ser adotada. Tal método conta com a utilização de um incinerador que queima o lixo em altas temperaturas, fazendo com que os resíduos finais virem cinza. Essas, no entanto, são poluentes e geram muita fumaça que também pode ser tóxica. Além disso, a manutenção do incinerador é muito cara.

Os processos de compostagem e reciclagem são, na verdade, os mais naturais e menos degradantes, já que a compostagem envolve um processo biológico de degradação da matéria-orgânica, animal e vegetal, de onde provém um composto orgânico (adubo) que pode ser aplicado ao solo, como forma de fertilizá-lo. A reciclagem é a separação de produtos descartados, que se transformam em matérias-primas para a fabricação de novos produtos, minimizando, assim, a poluição e os impactos energéticos sobre a natureza.

Apesar de existirem esses métodos, bem se sabe que o aumento do consumo de produtos na sociedade é a maior problemática a ser enfrentada, pois quanto mais se consome, mais lixo é produzido. A mídia é uma grande parceira do consumismo, já que dia após dia incentiva as pessoas a comprar os produtos lançados no mercado, das mais variadas marcas e estilos, com o intuito de que se possa substituir aqueles que temos, que são mais velhos, talvez com menor tecnologia, com menos recursos, menos bonitos e modernos. De acordo com Lessa

Não é de se admirar que exista a produção de certo volume de resíduos sólidos, líquidos e gasosos por intermédio da ação humana. O que sim é de se admirar é a velocidade com que a produção vem ocorrendo. Isso causa um descompasso de ordem ecológica, pois o ambiente não tem tempo hábil de degradar vários produtos lançados nele pelo homem (LESSA, apud PIPPI, 2007).

A partir da década de 70 as políticas de controle de resíduos buscam, de maneira geral, estabelecer normas referentes à adequação final do lixo. São criadas legislações específicas e os lixões são substituídos, aos poucos, por aterros sanitários.

Nos anos oitenta, o foco volta-se para as formas de pré-tratamento e destruição dos resíduos. Algumas cidades adotam como medida os incineradores,

outras, preferem a instalação de usinas de compostagem e reciclagem dos resíduos. Apesar de algumas regiões aderirem a esses processos é possível afirmar que a gestão do lixo urbano, no Brasil, deixa muito a desejar.

Um agravante para isso é a atitude da própria população que, em grande parte, não tem consciência da importância da separação do lixo domiciliar. A divisão do lixo entre secos (que são os materiais recicláveis, como papel, plástico, vidro) e molhados (que são compostos por materiais orgânicos, como, por exemplo, sobras de alimentos) pode contribuir consideravelmente para não sobrecarregar o trabalho das pessoas que trabalham nas usinas de triagem, bem como nos aterros sanitários e até mesmo daquelas que catam materiais recicláveis nos lixões para sobreviver.

Os lixões, como já se sabe, expõem a população vizinha a problemas de saúde de toda ordem, sejam respiratórios, devido aos gases que produz; à transmissão de doenças devido aos insetos que ali proliferam por meio da água contaminada e outras.. Se os problemas são tão catastróficos para a população vizinha, imagina para a população pobre que sobrevive do lixão, catando comida, roupas, materiais para vender, etc. Estas pessoas, muitas vezes, permanecem na área do aterro, montam barracos e abrigos e passam a morar no lixo, criam suas famílias ali.

As crianças são as mais expostas às doenças e perigos advindos do lixo. Há dados que cerca de 4 milhões de crianças menores de cinco anos, morrem todo ano devido às enfermidades associadas ao lixo (PIRES, apud STECKEL, 2008). Nos lixões onde permanecem grande parte de seu tempo e de sua vida, as crianças jogam bolas de papel, empilham latinhas e garrafas coloridas, mas não estão brincando. Pelo contrário, encontram-se trabalhando, dado que acompanham seus pais na labuta diária em meio ao lixo.

Muitas dessas nasceram no lixão e são filhas de pais que também nasceram ali (ABREU, 2001). Grande parte nunca foi à escola. Tudo que sabem aprenderam no lixo. Este é sua escola, seu parque de diversões, sua alimentação e sua fonte de renda. Vivem em condições miseráveis. Realizam um trabalho cruel. São crianças no lixo que sobrevivem do lixo da sociedade.

Na verdade, não vivem como crianças, mas como escravos da miséria. Para ABREU desde seu nascimento

(...) são expostos aos perigos dos movimentos dos caminhões e de máquinas, à poeira, ao fogo, aos objetos cortantes e contaminados, aos alimentos podres. Ajudam seus pais a catar embalagens velhas, a separar jornais e papelões, a carregar pesados fardos, a alimentar porcos. Muitos desses meninos e meninas estão desnutridos e doentes. Sofrem de pneumonia, doenças de pele, diarreia, dengue, leptospirose, febre tifóide... Nos lixões, ficam sujeitos ainda a acidentes e outros problemas como abuso sexual, gravidez precoce e uso de drogas (ABREU, 2001, p.16).

Esse era o quadro desconcertante que se tinha em Santa Maria até a interdição do Lixão da Caturrita. A primeira interdição ocorreu no ano de 2005, por ordem do Ministério Público. Neste ano, foi aberto um inquérito civil público, já que na área do lixão existiam graves problemas sociais e ambientais.

5.2- O surgimento da cidade de Santa Maria e do Lixão

A cidade de Santa Maria¹⁶ encontra-se situada na região Central do Rio Grande do Sul. Durante o período colonial, foi um ponto geopolítico nas disputas entre espanhóis e portugueses.

Em 1787, e na década que se seguiu, militares portugueses estabeleceram-se provisoriamente em um acampamento na cidade, iniciando a construção de casarios e redividindo o território em sesmarias. Nesse período, chegaram ao local vários casais descendentes de açorianos, provenientes de Curitiba e Paranaguá.

No acampamento, foi construído um oratório e, em 1802, iniciou-se a construção da Capela. Transcorridos dez anos, a localidade foi elevada a Capela Curada. Dessa forma, com a criação do Município de Cachoeirinha, a cidade passou a ser seu distrito. Nesta época, Santa Maria¹⁷, com vinte e dois anos de desenvolvimento foi assinalando seu progresso. Apresentava um centro bem populoso, com moradias de boa aparência, em número aproximado de cem casas. A indústria agrícola e a pastoril já eram bem desenvolvidas (RECHIA, 1999).

Somente em 1876, é que a Vila foi elevada ao “status” de Cidade. Nesse momento, a localidade já havia progredido bastante: o comércio tinha se intensificado, já existiam praças e surgiram diversas ruas. Vale ressaltar que, além da sua importância comercial, que acabava movimentando a economia regional,

¹⁶ Hoje a cidade tem uma população estimada em 268.969 habitantes. (IBGE, 2009).

¹⁷ Neste período denominada “Santa Maria da Boca do Monte” – o termo complementar (Boca do Monte) foi, provavelmente, inserido pelos portugueses, devido à sua situação em relação ao monte grande -a Serra de São Martinho- a ser conquistado.

atraindo uma população que se instalava de modo lento, Santa Maria também tinha uma grande importância militar¹⁸, devido à sua posição no centro do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo um rápido deslocamento das Forças Armadas, em caso de conflito com os países que faziam fronteira com o Estado.

Pode-se afirmar que alguns eventos transformaram, ao longo do tempo, as feições sociais de Santa Maria. Com o surgimento do primeiro jornal “Gazeta do Norte”, em 1883 e a construção da estrada de ferro houve, de certo modo, uma abertura da cidade para a modernidade. Por ocupar uma posição central no Estado do Rio Grande do Sul, constituiu-se como ponto de entroncamento de vários caminhos, por onde passariam diversas estradas de ferro.

Ao tornar-se centro ferroviário do Estado, a cidade, como a economia de todo o município, cresceu de forma surpreendente. Sua população, de 3.000 habitantes em 1885, havia subido para 15.000, em 1895.

Desse modo, a vinda da Estação Férrea modificou os rumos de Santa Maria. Novidades surgiram na cidade. Houve a instalação da Usina Termoelétrica Municipal, no ano de 1895. Os estabelecimentos comerciais começaram a aumentar drasticamente, bem como as pequenas fábricas, os jornais, os hotéis, para acomodar turistas, viajantes e homens de negócio. Logo, a vida cultural da cidade se tornou intensa, teatros foram construídos e sociedades recreativas de ajuda foram criadas.

O impulso que faltava para o crescimento da cidade foi dado em 1898, quando a Compagnie Auxiliaire resolveu estabelecer seus escritórios administrativos e oficinas em Santa Maria. Como consequência disto, franceses e belgas¹⁹ vieram residir na cidade. Esse empreendimento escolheu a localidade para instituir sua sede, pois tinha por objetivo controlar as vias de comunicação no interior de todo o Estado, além do interesse pelos países vizinhos, como a Argentina e o Uruguai. Portanto, tendo sua sede nas proximidades, ficava mais fácil a manutenção do controle.

¹⁸ De acordo com Souza, “ainda hoje, o município é dotado de 18 guarnições do Exército e uma Base Aérea, constituindo, assim, a segunda maior concentração de tropas do país, só inferior ao contingente da cidade do Rio de Janeiro” (SOUZA, 2006).

¹⁹ Nesse sentido, entre os anos de 1903 e 1907, foi construída a chamada Vila Belga próxima à gare da estação.

De tal modo, os investimentos feitos na ferrovia e no trem constituíram-se no incentivo que faltava para o advento da cidade como pólo regional. A cidade de Santa Maria passou a ter o maior entroncamento ferroviário do Estado.

A indústria da construção civil teve um grande impulso, já que se tornou necessária a construção de casas para os funcionários da Viação Férrea. Sendo assim, pode-se afirmar que a ferrovia influenciou todas as esferas da vida santamariense, transformando essencialmente o cenário sócio-histórico da cidade.

Na cidade, as primeiras ações ligadas aos assuntos de limpeza pública ocorreram em 1897, quando foram formulados alguns decretos e leis e foi promulgado o Código de Posturas Municipais, o qual previa que os proprietários das casas ou inquilinos deveriam se responsabilizar por conservar limpas as ruas, desobstruindo os bueiros, não jogando lixo, capinando seus terrenos, etc. Aos que descumprissem a lei estava prevista uma multa (SANTOS, 1966). Em 1902 foi inaugurado o Serviço de Limpeza Pública Municipal de Santa Maria, que voltou-se essencialmente, para a remoção de dejetos, sendo que mais tarde passou a remover o lixo de toda ordem.

Em 1913, foi criada a COOPFER - Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea – tornando os ferroviários a categoria mais importante, economicamente, para o desenvolvimento da cidade. Em relação ao âmbito educacional, a cidade se desenvolvia aos poucos e as escolas foram surgindo de forma lenta.

Dessa maneira, a ferrovia representou o auge do crescimento de Santa Maria e o seu desmantelamento representou a estagnação econômica da cidade. Em 1920, a Viação Férrea entrou em decadência, já que foi estatizada e sua sede administrativa foi transferida para a capital, Porto Alegre. De fato, a partir disso, a ferrovia e tudo que ela simbolizava para a história da cidade entrou em declínio.

Em 1950, a cidade já contava com uma população de 83 mil habitantes. Nesta época, fora promulgado um novo Código de Posturas Municipais que trazia mais alguns detalhes sobre a limpeza das vias públicas. No entanto, o problema da coleta, remoção e destino final do lixo ainda não tinha sido resolvido, tendendo a aumentar tal problemática.

O ciclo de progresso trazido pela ferrovia e pelos trabalhadores ferroviários se estagnou e lentamente foi cedendo espaço para um novo ramo, o do estudo universitário. Santa Maria de “Cidade Ferroviária” passa, assim, a ser reconhecida como “Cidade Universitária”.

Na nova fase que a cidade enfrentaria, desvinculada das práticas e modos de vida ferroviários, são relevantes os problemas sociais, pois Santa Maria não possuía um parque industrial que pudesse dar sustentação econômica para o município. O que fica claro é a ligação da cidade com o setor educacional.

Na segunda metade da década de 60, a cidade passou por algumas transformações ligadas, em especial, à instalação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Cabe destacar que, apesar de existirem outras Faculdades, anteriormente à criação da UFSM, é esta Instituição que irá provocar uma alteração no âmbito do desenvolvimento urbano.

Essa Instituição por estar preocupada com o acesso ao Ensino Superior por parte de todas as camadas sociais e, especialmente, da população do interior, atrai pessoas de diversas regiões circunvizinhas e até mesmo de áreas mais distantes. Nesse sentido, o fato de a UFSM ser o primeiro núcleo educacional de Ensino Superior instalado em uma cidade do interior contribuiu para atrair um contingente de novos moradores para Santa Maria.

Como novos moradores, podem-se destacar os estudantes em busca de formação acadêmica, os funcionários e os professores, além de indivíduos provenientes de outras regiões. Muitas dessas pessoas acabam se instalando na periferia da cidade, na busca de empregos que a UFSM gerou, direta ou indiretamente. O ramo de indústrias de construção civil também cresceu de forma significativa, absorvendo parte da mão-de-obra de indivíduos, pois necessitava de trabalhadores para a construção dos prédios da UFSM, bem como das novas moradias e serviços.

O serviço de limpeza das ruas era realizado por funcionários da Prefeitura. Estes tinham à sua disposição, para ajudar no auxílio do recolhimento de lixo, vassouras, pás, enxadas e carrocinhas. Cada funcionário cumpria um itinerário certo. O lixo coletado era colocado nas carrocinhas, temporariamente posto em lugares marcados e, a posteriori, recolhido por um caminhão que depositava os resíduos na chamada Chácara da Prefeitura Municipal, que se localizava atrás do atual Cemitério Municipal (SANTOS, 1966).

Esse depósito de lixo foi utilizado por mais ou menos 30 anos, isto é, até a década de 70. A deposição dos resíduos ocorria a céu aberto e, desde então, já eram visíveis, em meio ao lixo, pessoas que catavam materiais para sobreviver. Vale

salientar que os serviços de limpeza urbana na cidade se davam de forma parcial, uma vez que se limitavam apenas às áreas centrais da cidade.

É perceptível, assim, que a disposição urbana da cidade foi se formando, gradativamente, de acordo com cada uma de suas fases de desenvolvimento. Primeiramente, o comércio se organizou no núcleo central próximo ao acampamento militar. Com o estabelecimento da rede ferroviária, diversos hotéis, pousadas e casas comerciais foram sendo construídos ao redor da estação férrea. Dessa forma, o centro constituiu-se como um local destinado ao comércio e à hospedagem dos viajantes, sendo que, nas ruas próximas ao centro, residia a população santamariense mais abastada. Aqui, se vê porque a limpeza urbana e a coleta de lixo ocorriam somente nestas regiões.

Com a construção da UFSM, ocorreu um aumento relevante da população de Santa Maria, devido ao fato de que as pessoas de regiões próximas e até mesmo de áreas distantes vieram residir na cidade, seja em busca de trabalho seja em busca de formação acadêmica. Como a cidade não comportava mais pessoas no núcleo antigo, foi necessário que os limites da cidade se estendessem em direção a outras regiões.

Os indivíduos que possuíam escassos recursos financeiros estabeleceram-se em porções de terras localizadas em áreas distantes do centro, que, na grande maioria, pertenciam às antigas fazendas situadas próximas aos campos de instrução do Exército. Logo, essa parcela da população passou a residir em locais distantes do centro, bem como da UFSM. Formam-se, assim, os bairros de periferia.

Com esse aumento exacerbado da população da cidade, outros locais para o depósito de lixo foram criados. Alguns autores (PIPPI, 2007) relatam que áreas próximas ao Cerrito, na zona sul da cidade, foram utilizadas como lixão. Outra área utilizada foi um local próximo à fazenda Santa Marta, por aproximadamente 20 anos. Segundo dados, até dezembro de 1986 eram coletadas em média 120 toneladas de lixo por dia na cidade.

Em 1986, a deposição dos resíduos passa a ser no bairro Caturrita. São destinados 74 mil metros quadrados para este novo Lixão, popularmente conhecido como Lixão da Caturrita. O depósito permaneceu ativo por mais de 20 anos, sendo desativado, efetivamente, em 2008, devido ao esgotamento de sua capacidade em receber resíduos e aos problemas ambientais detectados. Isso conforme laudos técnicos apresentados por diferentes órgãos.

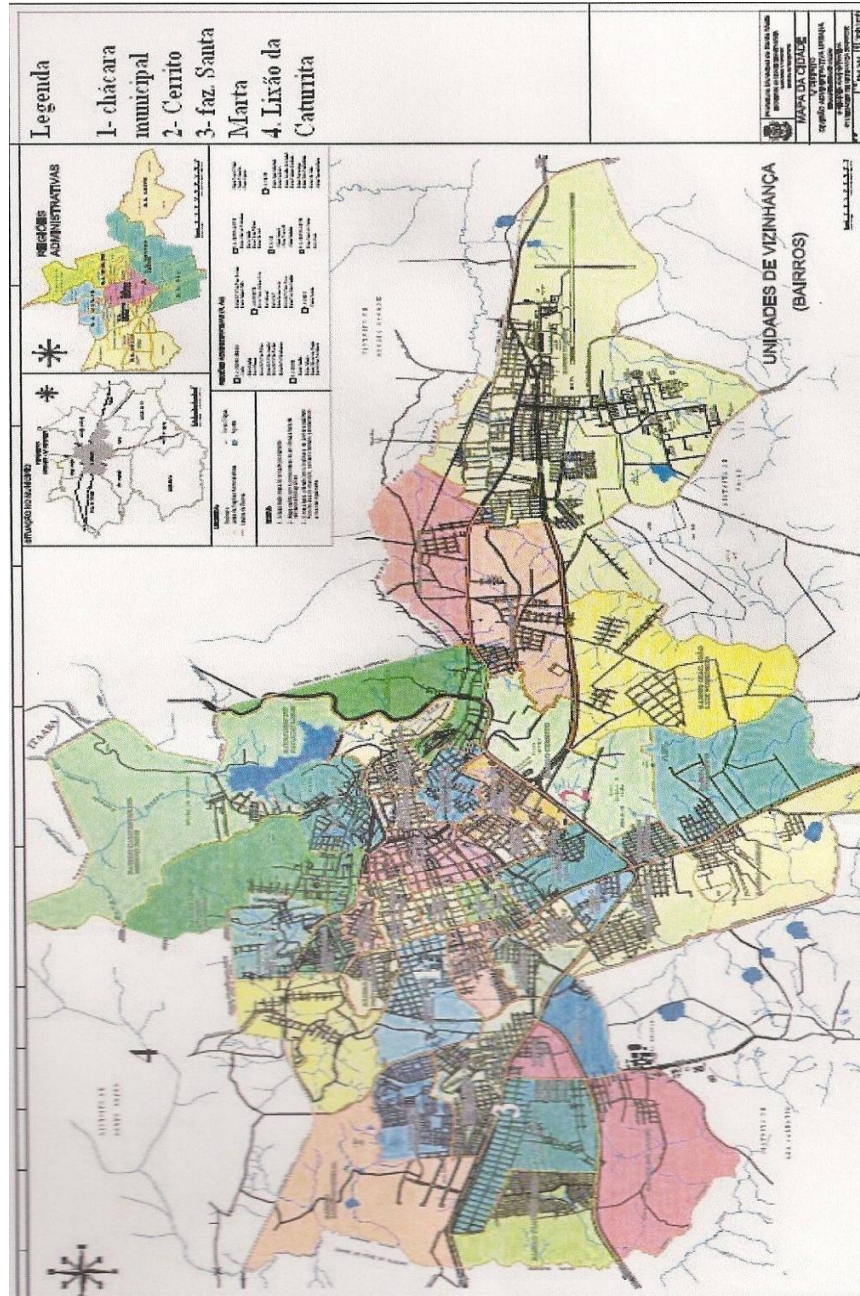


Figura 1- Localização dos Lixões em Santa Maria.

Apesar de ter sido realmente fechado em 2008, já havia ocorrido, no ano de 2005, a interdição do Lixão. No dia 16 de maio de 2005, cerca de 180 famílias foram expulsas do lixão e proibidas de retornarem ao local. A Brigada Militar passou a supervisionar a área e a Prefeitura buscou fornecer cestas básicas por 90 dias às famílias que viviam e/ou se sustentavam do Lixão e tentou também colocar os filhos dos catadores na Escola. Tal esquema tornou-se falho, dado que, passados 11 dias, 80 catadores voltaram ao Lixão, mesmo com a proibição da Justiça.



Foto1- Lixão da Caturrita

A interdição ocorreu devido a uma vistoria realizada no local, em abril de 2005, a fim de verificar as condições do Lixão. Os engenheiros responsáveis pela vistoria elaboraram um relatório que demonstrou a impossibilidade do depósito de resíduos permanecer em funcionamento, devido a inúmeras problemáticas, entre elas: a impossibilidade de controlar a permanência dos catadores no local, a proximidade do lixo em relação às nascentes de um arroio, o descaso da Prefeitura em relação à minimização da poluição e aos riscos de saúde pública- como a contaminação das águas subterrâneas pelo chorume.

É movida então uma ação civil contra a Prefeitura de Santa Maria, responsabilizando o município pelos danos causados ao meio ambiente, devido à disposição e inadequação dos processos ligados à operação dos resíduos urbanos. O que foi questionado pela FEPAM (Fundação Estadual de Proteção Ambiental) foi o descumprimento das medidas de recuperação e uso controlado do Lixão pela Prefeitura.



Problemas Ambientais Gerados pelo Lixão: Acima chorume escorrendo por valetas (foto 2) e abaixo as erosões causadas no solo pelo lixo (foto 3)

Quando este órgão autorizou a instalação do Lixão na Caturrita, pela Prefeitura, ficou determinado que esta desenvolveria técnicas visando à recuperação ambiental da área. Após a instalação, a Prefeitura demorou anos para começar a reparar os danos ambientais gerados na área. Somente em 1999, é que o Lixão foi transformado em aterro controlado, o que não foi uma grande solução. Baseado nisso, é determinado pela FEPAM que o município se adeque e promova ações

voltadas à instalação de um aterro sanitário municipal, o que não foi providenciado até o ano de 2005.

Devido ao insucesso de manter os catadores longe do Lixão, mesmo a posteriori da sua interdição, no dia 31 de maio do ano de 2005, a Prefeitura, juntamente com o Projeto Esperança/Coesperança formaram a Associação Vida Nova no Horto Municipal, com o objetivo de promover atividades de geração de renda aos catadores então retirados do local.

Essa proposta também mostrou-se falha e, em março de 2006, a Prefeitura encerrou as atividades no Horto e os catadores voltaram ao Lixão. Em novembro desse mesmo ano, venceu o prazo da Prefeitura para a construção do novo aterro e esta, até então, não tomou nenhuma medida referente ao assunto.



Foto 4- Barraco de Moradia dos Catadores no Antigo Lixão da Caturrita

Em maio de 2007, é feita uma nova vistoria pela FEPAM que constata que nada mudou no Lixão. Até junho, do ano citado, todo o lixo de Santa Maria continua sendo depositado na Caturrita e os catadores e suas famílias continuam tirando seu sustento de lá.

Em agosto de 2007, é noticiado no jornal “A Razão”, que Santa Maria pretende realizar uma licitação, que deve começar em 2008, a fim de definir qual

Empresa será a responsável pelo recolhimento do lixo na cidade e também qual área será destinada para o novo depósito de resíduos urbanos. Em dezembro, a Prefeitura abre a prometida licitação, que se estende até março de 2008.

Em 14 março de 2008, finalmente, através da concessão da Licença de Operação emitida pela FEPAM, os resíduos urbanos deixam de ser depositados no Lixão da Caturrita e passam a ser destinados à Central de Tratamento de Resíduos da Caturrita (CTRC), pertencente à Empresa Tecnoresíduos Serviços Ambientais.

Este novo empreendimento possui uma área de 24,7ha. e encontra-se localizado junto à estrada Vicinal para a Boca do Monte, distanciado 8,7km do centro da cidade de Santa Maria. Tem o objetivo de executar a separação dos resíduos urbanos, a fim de introduzir novamente os materiais recicláveis no ciclo de utilização e transformar os resíduos orgânicos em insumo, o qual poderá ser utilizado na qualidade da agricultura local.

Nesse sentido, no aterro sanitário só serão colocados os materiais para os quais não existe mercado e não podem ser usados para o processo de compostagem. Na Central de Tratamento de Resíduos da Caturrita são recebidos resíduos de 20 municípios da região central e outros municípios da região serrana e da fronteira do Estado.

Na CTRC após a coleta, o lixo passará por três etapas diferentes, isto é, a triagem, onde ocorrerá a separação dos materiais (recicláveis e orgânicos), a compostagem, onde o material orgânico será transformado em adubo, e a destinação final, que é o procedimento de colocar os resíduos não aproveitáveis no aterro sanitário, o qual se configura como uma vala, forrada com lona, para não haver vazamentos no solo. Neste sistema, também existem drenos para o gás metano (que será reaproveitado em forma de energia) e para o chorume. Quando a vala estiver cheia, será coberta por uma lona e compactada com camadas de terra, a fim de isolar completamente o lixo do meio ambiente.

No início da instalação da Tecnoresíduos chegavam diariamente 280 toneladas de lixo, que contribuíam para a manutenção do emprego de 100 funcionários. Tais funcionários eram, em sua maioria, catadores do antigo Lixão da Caturrita.

Na metade do ano de 2009, mais precisamente no dia 1º de agosto de 2009, a Empresa Tecnoresíduos foi vendida para um corpo de acionistas

pertencentes ao Grupo Solví. Estes assumiram todas as funções da antiga Empresa, no entanto, despediram todos os funcionários antigos.

A nova Empresa, pertencente ao grupo, chama-se Revitá, possui, atualmente, um quadro de funcionários de 80 pessoas, porém, nem todos são catadores provenientes do antigo Lixão da Caturrita. A Revitá, após ter comprado a Tecnoresíduos, recontratou alguns funcionários que haviam sido despedidos. Entre estes, existe um número de 34 pessoas que trabalham como recicladores. Estas tiveram alguma experiência de trabalho no antigo Lixão da Caturrita. De acordo com informações obtidas com o engenheiro de aterro da Revitá, o atual número de funcionários que a Empresa possui é suficiente, uma vez que 50% dos resíduos já chegam triados dos demais municípios do centro do Estado, os quais também possuem unidades de triagem. O material recebido é, em média, equivalente a 300 toneladas, dentre isso tudo, o que é reciclável é vendido para Empresas como a Gerdau, Trombini, SulPet, entre outras do ramo de plásticos e de metais. O adubo produzido, do material orgânico, ainda não pode ser comercializado, dado que não possui licença do Ministério da Agricultura, mas em breve será liberada sua comercialização.

5.3- A pesquisa na Empresa

Durante a pesquisa na Empresa os trabalhadores esclareceram que não são mais chamados de catadores e, sim de recicladores. Destes, 61,3% são naturais da cidade de Santa Maria. O restante é proveniente de cidades vizinhas como São Pedro do Sul, Uruguaiana e Júlio de Castilhos.

Os bairros de moradia destas pessoas concentram-se próximos à Empresa, bem como ao Antigo Lixão da Caturrita, dado que 56,1% moram no Alto da Boa Vista, 19,4% moram na Nova Santa Marta e 16,1% moram no bairro Pôr-do-Sol. Cabe, aqui, elucidar que todas essas localidades são resultantes da ocupação de áreas que, anos atrás, compunham hectares de propriedades privadas, como fazendas. Através de trâmites jurídicos, estes locais tornaram-se terreno estadual, aproximadamente no início da década de 90.

A ocupação inicial destas regiões ocorreu através da organização do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, sendo apoiada pela Igreja Católica e pela

Igreja São João Evangelista. Inicialmente, cerca de 70 famílias ocupavam um espaço abandonado na Rua Borges do Canto, uma vez que nenhuma das famílias possuía condições financeiras de pagar aluguel, pois suas situações de trabalho eram demasiadamente precárias. Nestas condições, não havia meios financeiros de arcar com despesas de aluguel. Assim, após muitas reuniões, impasses e decisões, motivaram-se a fazer a primeira ocupação em dezembro de 1992.



Foto 5- Ocupação Inicial das Regiões Próximas ao Antigo Lixão da Caturrita.

O restante da população “sem-teto”²⁰ veio nos anos subsequentes, instalando suas casas por todos os lugares possíveis. As condições de habitação eram completamente precárias, não havendo nenhum tipo de infraestrutura como água, esgoto, luz, transportes coletivos, etc. Até hoje, grande parte dos moradores não possuem a casa ou o terreno devidamente regularizado.

²⁰ Denominação dada a estas pessoas pelos moradores dos demais bairros, especialmente, os que moram no Centro.



Foto 6- Visão Panorâmica Atualizada do Bairro Nova Santa Marta

Atualmente, em média, esses bairros comportam cerca de 6000 famílias, contabilizando um total de 21000 mil pessoas. Os números são imprecisos, pois há, até hoje, movimentos de migração das pessoas de outras regiões para estas e vice-versa. Tais movimentos são essencialmente sem nenhum tipo de planejamento, o que acaba por provocar danos para o meio ambiente.

Quando questionados se já moraram em outra localidade na cidade de Santa Maria, mais da metade das pessoas afirmou que sim (54,8%), apresentando como principais motivos para a mudança a busca pela construção da casa própria e a preocupação em ficar próximo da família (3,2%). Destes, 9,7% afirmaram que no bairro em que moravam anteriormente ocorria muita enchente, transformando-se em um lugar ruim para morar e 6,5% resolveu mudar-se porque constituiu matrimônio.

Nesse sentido, das pessoas que participaram do formulário, 96,8% afirmaram possuir casa própria, mesmo não tendo alvará de legalização, já 3,2% relataram que sua residência é ocupada irregularmente. Praticamente, todos os funcionários da Empresa moram em casas, não residindo, portanto, em apartamentos. Apenas uma pessoa respondeu que mora em um cômodo. As casas são, tanto de material (51,6%), quanto de madeira (32,3%), sendo algumas mistas, o equivalente a 16,1%.

O número de cômodos das casas varia, comumente, de 1 a 3 peças (25,8%) e de 4 a 6 peças 64,5%. Tais peças incluem a cozinha e o banheiro das residências. Todas as casas, segundo os respondentes, possuem energia elétrica, advinda, tanto da distribuidora, quanto de meios irregulares, popularmente chamado “gato”. De todos os funcionários da Empresa, apenas um relatou que sua residência não é abastecida por água, tendo que solicitar ao vizinho.

O sistema de esgoto das residências é bastante diversificado, contudo 77,4% têm algum tipo de ligação com a rede coletora. Apenas 9,7% dos resíduos líquidos são jogados em valas ou despejados em sangas.

No que se refere ao lixo, as pessoas elucidaram que quando vieram morar nestes bairros próximos ao antigo Lixão, por falta de infraestrutura, eram obrigadas a enterrar nos seus terrenos as sacolas de lixo, dado que o caminhão coletor não passava nestas regiões. Após muito tempo é que o caminhão de lixo começou a passar em algumas ruas dos bairros; outras, contudo, foram deixadas de lado. Para tanto, hoje em dia, 90,3% da população tem acesso à coleta de lixo. Naqueles bairros em que o caminhão ainda não passa, as pessoas se deslocam para as ruas principais e levam seus resíduos para as lixeiras, onde a coleta de lixo existe. Há outros indivíduos, porém, que acham melhor queimar o lixo no seu pátio 6,5% e outros preferem jogar o lixo nas sangas, 3,2%.

Os funcionários da Revitá moram no máximo há 17 anos no local (regiões próximas à Empresa), pois a ocupação das terras ocorreu por volta de 1992, mas efetivou-se em 1995. De acordo com a tabela abaixo, a maioria das pessoas mora de 1 a 5 anos na região, sendo expressivo, também, o número de pessoas que moram de 6 a 10 anos no local.

Há quanto tempo você mora nesta região?	Percentagem	Tabela 1- Tempo de Moradia
Até 1 ano	9,7%	
De 1 a 5 anos	38,7%	
De 6 a 10 anos	22,6%	
De 11 a 15 anos	9,7%	
15 anos ou mais	19,4%	
Total	100%	

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

No que se refere ao transporte coletivo é possível afirmar, de acordo com os dados, que as pessoas veem esta questão como mediana, boa. Houve pessoas, por outro lado, uma minoria, que disseram que o ônibus tem demorado muito ultimamente, além das paradas se localizarem um tanto longe das suas residências.

Das condições de transporte no bairro onde você mora?

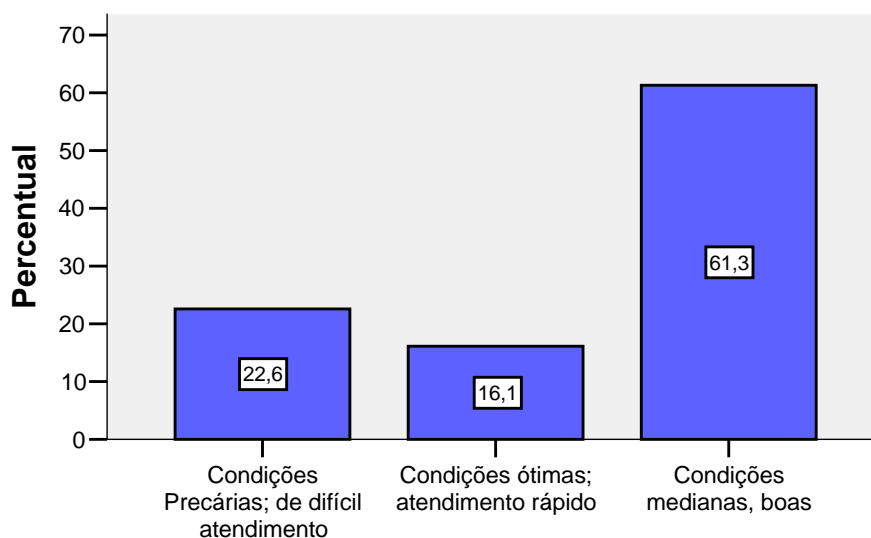


Gráfico 1: Condições de Transporte

Quando inquiridos sobre as condições de saúde do bairro onde residem, os respondentes, em sua maioria, relataram que são precárias, de difícil atendimento, uma vez que são distribuídas poucas fichas de atendimento no Posto de Saúde. Isso faz com que as pessoas tenham que “madrugar” na fila de espera. Algumas relataram que os médicos tratam seus pacientes de forma “grosseira” e demoram mais de seis meses para verem os exames laboratoriais e indicarem a medicação. De acordo com uma entrevistada “*se você tá precisando muito, tá muito doente, é capaz de morrer na fila, porque até descobrirem a doença que você tem, mais o tratamento certo, leva mais de ano*” (SIC).

Em relação a este assunto, outro dado interessante, é que nenhum dos funcionários possui Plano de Saúde; no entanto, se acontecer algum acidente na Empresa, esta presta todo atendimento de saúde necessário ao trabalhador acidentado. Isso só ocorre se o trabalhador “adoecer” durante sua jornada laboral. Quando não estão no ambiente de trabalho, as pessoas recorrem, todas, ao SUS

(Sistema Único de Saúde), o qual apesar das queixas referentes à demora no atendimento, de acordo com 67,7% ainda é a alternativa mais buscada, porque é gratuito e fornece a maioria dos remédios receitados pelos médicos.

Quando falavam de seu bairro, durante a aplicação do formulário, as pessoas se dirigiam de forma positiva, esclarecendo que embora morem em bairros humildes, todos muito próximos do antigo Lixão da Caturrita, têm muito apreço pelo lugar onde vivem. Como principal problema social do bairro 48,4% citou a violência e a insegurança. Outras questões consideráveis que apareceram foram a falta de trabalho (desemprego) 33,3% e a falta de condições sanitárias 13,3%.

A causa para essas problemáticas, os indivíduos atribuíram à falta de vontade política para resolvê-las (46,7%), enfatizando a fraqueza do Estado que não desempenha o seu papel social (23,3%). Vê-se, aqui, o ceticismo em relação à política de forma geral, pois 70% dos entrevistados vê a política apenas *“como uma forma que as pessoas têm de garantirem votos e prometerem um montão de coisas, que nunca vão fazer... tudo é muito lento... alguns até fazem, mas demora, outros não estão nem aí”* (SIC). Tal fala corrobora com a tese de Baquero (2004), onde o autor afirma que na sociedade se consegue verificar uma valorização das pessoas referente à democracia; contudo os indivíduos se mostram desconfiados e céticos em relação às instituições políticas e aos governantes. Isso tudo reproduz a institucionalização histórica da apatia e da desconfiança no âmbito político, o que prejudica a estabilidade e manutenção da democracia.

O principal problema social do seu bairro é (%)?

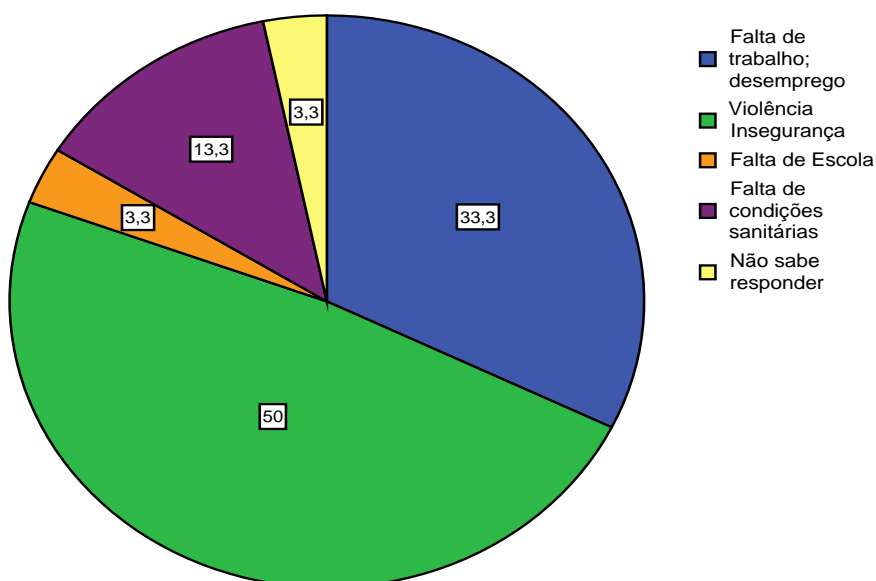


Gráfico 2: Problema Social do Bairro.

Sobre a residência dos trabalhadores, a maioria, abriga um número considerável de pessoas, perfazendo 61,3% o número de casas que possui 5 ou mais pessoas; e 22,6 % o número que possui até quatro pessoas. Nas casas, moram pessoas dos mais diferentes tipos de parentescos. De acordo com o IBGE (2009) *a média de moradores por domicílio manteve o comportamento de queda, de 3,4 em 2007 para 3,3 em 2008. Nesta pesquisa, a média é um tanto divergente, apresentando o equivalente a 4,41 pessoas por residência.* Acredita-se que esse número tem se verificado porque as pessoas que moram em bairros da periferia, mesmo depois de casadas, têm como projeto de vida permanecer no lugar onde nasceram. Assim, ficam mais próximas dos parentes, podem morar junto com a sogra e/ou o sogro, a mãe e/ou o pai, a fim de poder contar com alguém nas horas de dificuldades. Na falta de condições para adquirir a casa própria, as pessoas, quando aumentam a família, permanecem morando na mesma casa que seus familiares mais próximos.

De acordo com Sarti (1996), no Brasil o índice de famílias que ocupam a periferia tem aumentado, essencialmente devido aos processos de industrialização e urbanização. Com a expectativa de melhorar de vida e alcançar o sonho da casa

própria, o qual está associado ao projeto de criação da família, as pessoas migram para as cidades.

Dessa forma, com o processo de expansão das cidades, surgem as periferias, como uma alternativa para o problema da habitação popular. Nestas, nem todos conseguem adquirir uma casa para a formação de um núcleo familiar independente, o que acaba fazendo com que as pessoas, apesar de casadas, continuem a morar com suas famílias de origem. Isso constitui-se em uma estratégia de sobrevivência que pode ser compreendida como

(...) o conjunto de ações econômicas, sociais, culturais e demográficas realizado pelos estratos populacionais que não possuem meios de produção suficiente nem se incorporam plenamente ao mercado de trabalho, pelo que não obtêm dessas ações seus rendimentos regulares para manter sua existência no nível socialmente determinado, dadas as insuficiências estruturais do estilo de desenvolvimento predominante. (Gutiérrez, apud Cattani, 2005, p.22).

No quesito sexo, não há diferenças significativas entre pessoas do sexo feminino e masculino contratadas pela Empresa. Na verdade, o universo pesquisado é bem dividido, visto que os homens perfazem o total de 48,4% e as mulheres 51,6%. O nível de instrução escolar dos funcionários concentra-se, especialmente, no Ensino Fundamental, sendo poucas as pessoas que cursaram o Ensino Médio. Destas 5 possuem o Ensino Médio incompleto e apenas 1 terminou o Ensino Médio. Na tabela abaixo são bem expressivos tais dados.

Tabela 2- Escolaridade dos funcionários da Revitá

Qual é sua escolaridade?	Porcentagem
Ensino Fundamental Incompleto	77,4%
Ensino Fundamental Completo	3,2%
Ensino Médio Incompleto	16,1%
Ensino Médio Completo	3,2%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

Ainda em relação à escolaridade, quando se observa os dados relativos às pessoas que moram na casa dos pesquisados, isto é, seus parentes, o que se visualiza é que, assim como os entrevistados, estas também possuem um baixo nível de escolarização, sendo predominante o número de pessoas que são analfabetas e de indivíduos que cursaram apenas o Ensino Fundamental. Não há ninguém que tenha ingressado no Ensino Superior.

Segundo Schwartzman (2007), é empiricamente comprovado que a educação é o principal correlato para a desigualdade de renda no Brasil, muito mais significativa do que outros condicionantes, como raça, gênero, etc. No Brasil, as comunidades mais carentes não têm condições de se envolver e aumentar sua participação nas escolas, o que contribui para reforçar a desigualdade e a exclusão. Para este teórico, a educação representa um importante canal de mobilidade social, dado que possibilita que se consigam melhores posições dentro do mercado de trabalho. Este, cada vez mais aumenta as exigências formais de qualificação para os trabalhadores.

Todos os funcionários da Empresa trabalham com carteira assinada e possuem uma jornada de trabalho de 8 horas diárias. Necessitam cumprir corretamente os horários e usar uniforme para o trabalho. Geralmente, almoçam na Empresa, no intervalo de 12h às 13h30min horas e pela tarde alimentam-se com o lanche que trazem de casa. Nesse turno as pessoas não são todas liberadas, tendo, portanto, que fazer um revezamento. A maioria destas pessoas, quando inquiridas sobre sua cor, relataram que são brancas (51,6%) e o restante se dividiu entre negros (25,8%) e pardos (22,6%).

Os funcionários da Revitá têm idades diversificadas, embora, o número de pessoas de 18 a 31 anos seja mais expressivo. De 27 a 39 anos existem 16 funcionários e com idades acima de 40 anos, apenas 5 funcionários.

Quando o assunto está ligado à renda mensal da família, em grande parte das residências dos funcionários, esta é proveniente apenas do salário ganho na Empresa. Contudo, na maioria das residências, a renda adquirida é proveniente da contribuição do trabalho de duas pessoas (45,2%). Não é muito expressivo o número de residências onde existem 3 e 4 pessoas trabalhando. Este fato, de acordo com os dados, é bastante plausível, na medida em que, grande parte das pessoas possui filhos pequenos.

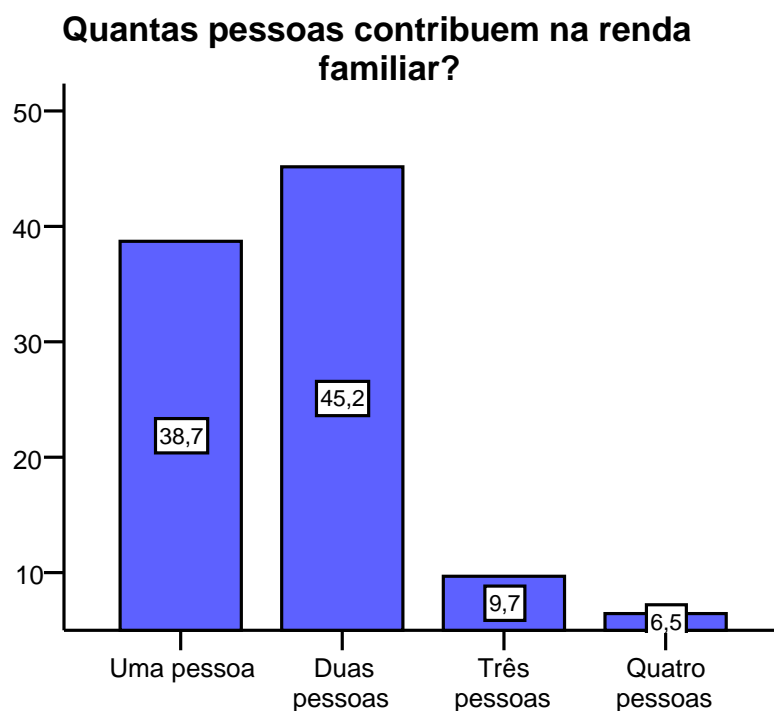


Gráfico 3: Renda mensal familiar

Nas famílias em que mais de uma pessoa trabalha, a renda mensal, em média, perfaz de 2 a 3 salários mínimos, sendo que em apenas uma delas, a renda gira em torno de 4 a 6 salários mínimos. Algumas, ainda, praticamente a metade, recebem como complemento de renda o auxílio do governo, Bolsa-Família.

Tabela 3- Auxílio do Governo

Quantos indivíduos na sua casa recebem algum tipo de auxílio do governo?	Percentagem
Um	6
Dois	3
Três	5
Total	100%

→ Total de famílias 14, indivíduos beneficiados 27.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

5.3.1- A Visão dos Funcionários em relação à Empresa

Dos 31 funcionários pesquisados da Revitá, 54,8% trabalha há menos de um ano, isso é explicável, devido à Revitá ter comprado a Tecnoresíduos na metade do ano de 2009. Os demais trabalham há um ano e meio (32,3%) e apenas 4 pessoas (12,9%) trabalham há dois anos na Empresa. Essas últimas eram trabalhadoras da Tecnoresíduos desde que essa foi inaugurada, e com a compra pela Revitá foram recontratadas.

A opinião das pessoas em relação à Empresa é bastante positiva. Quando indagadas se trabalhar na Revitá é melhor que trabalhar no antigo Lixão da Caturrita 100% dos respondentes afirmou que sim. Na visão destes, os principais pontos positivos da Empresa são vários, mas os mais destacados foram as garantias trabalhistas, ou seja, as vantagens de ter a carteira de trabalho assinada e poder usufruir dos seus direitos de trabalhador (54,8%) e, em segundo lugar, foi citado o salário fixo e regular (22,6%), dado que quando eram catadoras do Lixão as pessoas relataram que nunca sabiam a renda que iriam conseguir no final do mês.

Outros itens também foram eleitos como, por exemplo, a possibilidade de ter um lugar coberto para trabalhar (9,7%), com bem menos riscos de saúde, em relação àqueles aos quais estavam expostos no Lixão. A amizade com os colegas (3,2%), o transporte de ida e volta para casa (3,2%), a possibilidade de crescimento dentro da Empresa (3,2%) e a independência financeira (3,2%) também foram citados, porém com um percentual menos significativo.

Quais os pontos positivos de poder trabalhar na empresa?

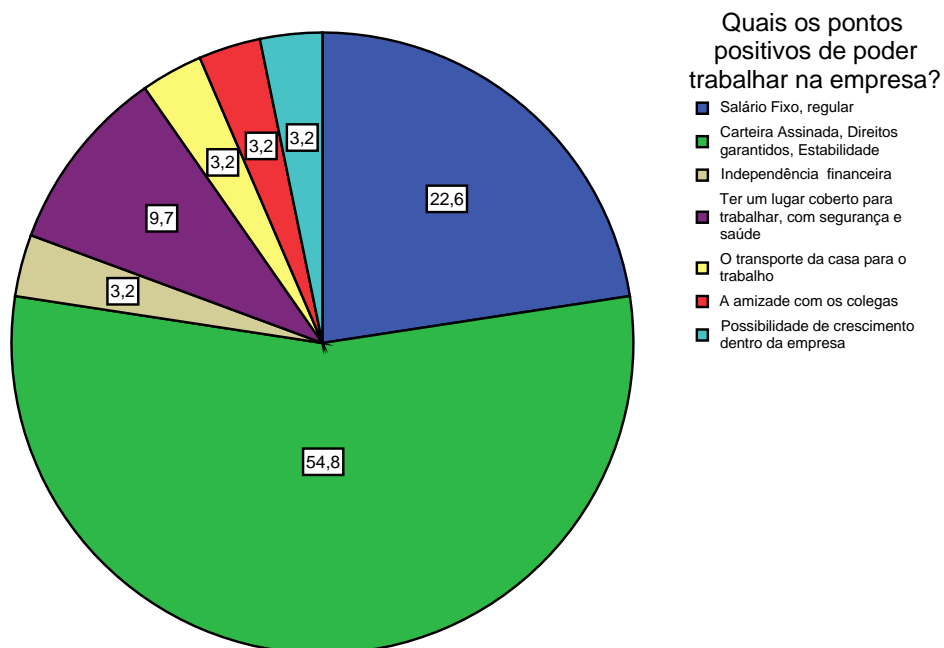


Gráfico 4: Pontos Positivos da Revitá

Como pontos negativos houve uma parcela significativa dos trabalhadores que afirmou não haver pontos negativos na Empresa (58,1%). As pessoas que citaram algum aspecto negativo enfatizaram o fato da alimentação fornecida ser ruim e a falta de capas de chuva para trabalhar, na medida em que o galpão onde estão localizadas as prensas e as esteiras é aberto nas laterais, e os funcionários acabam se molhando.

Quais os pontos negativos de trabalhar na empresa?

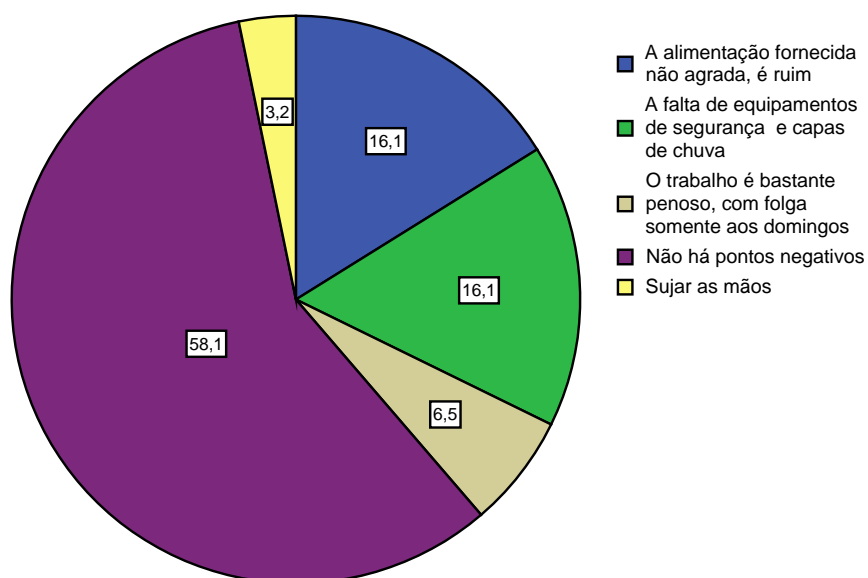


Gráfico 5: Pontos Negativos de Trabalhar na Revitá

Quando questionados sobre a relação que mantêm com os colegas e superiores, 93,5% dos funcionários descreveram que a relação que possuem com as pessoas é muito boa com todos, sem distinção entre colegas e superiores. Uma pessoa afirmou que a relação não é boa com seus superiores e outra relatou ter uma relação razoável tanto com os colegas, quanto com os superiores.

Na esfera da vida econômica (83,9%), dois indivíduos verbalizaram que tanto as condições de renda, como as condições de trabalho, melhoraram muito desde que começaram a trabalhar na Revitá. O restante (16,1%) afirmou que tais condições melhoraram um pouco, nada tão significativo. A explicação para isso é que acreditam, que apesar das péssimas condições de trabalho no antigo Lixão da Caturrita, a renda obtida em alguns meses no local era melhor do que o salário que ganham, atualmente, na Revitá. Além disso, algumas pessoas também mencionaram que acham o trabalho na Empresa, um tanto penoso, porque tem horário certo a cumprir e necessidade de trabalhar sábado.

Apesar disso, todas as pessoas associam o trabalho na Empresa como uma forma de melhoria do seu bem-estar e da sua família, seja no progresso das condições de habitação, alimentação, saúde, etc. Algumas acham que todos esses

fatores melhoraram bastante e o trabalho causou transformações muito boas na sua vida (93,3%). Outras, já acham que trabalhar na Revitá contribuiu de forma razoável para o seu bem-estar, porém, têm ajudado a causar menos preocupações, tendo em vista que oferece um salário seguro.

No que tange à questão do reconhecimento público por trabalhar na Empresa, os funcionários relataram que seus familiares e amigos valorizam muito o trabalho que executam (67,7%). Por outro lado, um dos entrevistados expôs que as pessoas não valorizam seu trabalho, já que continua sendo no lixo “(...) *ao menos seu eu trabalhasse em outro lugar, que não continuasse sendo no lixo, toda suja, fedendo, acho que iam me valorizar mais (...)*” (SIC). Cinco pessoas disseram que seus familiares e amigos são indiferentes, pouco se importam com o que fazem ou deixam de fazer e 4 funcionários explicaram que o trabalho na Empresa não é de grande reconhecimento, contudo, (...) *“já valorizam o fato da pessoa não estar desempregada; além disso, este trabalho é honesto”* (SIC).

O que se consegue visualizar é que a maior parte das pessoas (71,4%) gosta muito de trabalhar na Empresa, pois é um dos melhores empregos que já conseguiu na vida. Para estas pessoas, o trabalho na Revitá representa esperança, tranquilidade, porque há pouca possibilidade de emprego na região onde residem. Outras pessoas não têm um apreço muito grande pelo trabalho que realizam na Empresa, porque o consideram somente uma forma de obter renda (14,3%); para outras, se fosse possível obter renda de outra forma, gostariam de sair da Empresa (14,2%). Os que responderam a esta última alternativa possuem algum tipo de atrito nas relações com os colegas e/ou com os superiores.

5.3.2- Indicadores de Capital Social: Associativismo e Relações Sociais

Apesar das divergências entre os diversos autores ao abordar a temática do capital social, a grande maioria deles acredita que este não é possível de ser alcançado por meio de uma medição direta, porém encontra-se presente nas relações sociais. É praticamente consenso entre os teóricos que existe certa dificuldade para estabelecer uma forma de medir este tipo de capital, já que se relaciona a aspectos subjetivos, valorativos, culturais, além de que, ao contrário das

outras formas conhecidas de capital, seu uso constante não contribui para diminuí-lo, mas ao contrário para aumentá-lo.

Tendo por base essa problemática, buscou-se utilizar os componentes ou dimensões principais do capital social, para tentar verificar se tal capital se encontra presente nas relações sociais estabelecidas pelos funcionários da Empresa Revitá. Nesse sentido, a partir de perguntas ligadas às questões da participação em redes e associações, da reciprocidade, da confiança, da cooperação, tentou-se criar indicadores para averiguar de que modo se estruturam os vínculos de sociabilidade no cotidiano destas pessoas.

Sabe-se que o associativismo está diretamente relacionado à dimensão central do capital social, associado à capacidade de pensar e agir de forma coletiva, de abrir mão de interesses individuais para beneficiar o grupo, a comunidade ou a sociedade à qual pertence. Desse modo, a capacidade associativa está vinculada ao desenvolvimento de capital social; se ele não aparece, a associatividade fica comprometida. Logo, para fazer qualquer análise, é mister levar em consideração as fontes e a infraestrutura do capital social, ou seja, o que torna possível seu nascimento, sua consolidação como, por exemplo, as normas, as redes sociais, a cultura e as instituições.

De maneira geral, os funcionários da Empresa não têm o hábito de participar de entidades associativas, já que 48,4% afirmaram não frequentar associações de nenhum tipo. As justificativas para essa atitude variaram bastante, porém, a mais representativa foi a falta de tempo (53,3%). As pessoas que assinalaram essa alternativa justificaram que o trabalho na Empresa exige muito tempo, logo, passam poucas horas em casa, e neste período, preferem ficar com a família, *“dando uma organizada na casa, prestando mais atenção nos filhos, saindo para se divertir, etc.”* (SIC).

Um elemento importante que deve ser lembrado aqui é o de que 73,3% dos pesquisados comentaram que, comumente, são realizados eventos ou atividades que envolvem os moradores dos bairros. São acontecimentos como mateadas regadas a muita música e jogos. A metade dessa porcentagem de 73,3% relatou que costuma participar dessas atividades, pois (...) *“acha divertida, é uma forma de distração e interação com os vizinhos”* (SIC). Por outro lado, a outra metade afirmou não ter o hábito de frequentar essas “festas” do bairro, já que considera uma perda de tempo, bem como não concorda com as atitudes de certas pessoas que

costumam participar, (...) “é muita junção, vai gente de todo o tipo, rola muita perversão (...) e eu não gosto de coisas assim” (SIC). O que se conseguiu notar durante a fala dos respondentes é que os indivíduos que não participam destas atividades ou é porque frequentam a Igreja Evangélica e não se sentem à vontade, ou porque têm medo de circular pelas ruas em determinados horários, já que segundo estes “têm ocorrido muito roubo nas redondezas, pois os jovens buscam dinheiro ou pertences que possam vender para sustentar o crack” (SIC).

Ainda ligado ao assunto da não- participação, alguns indivíduos afirmaram não ter interesse nenhum em participar (20%); outros explicaram que não resolve nada, não adianta (13,3%), porque as pessoas ficam só discutindo e nenhuma atitude é tomada. Existem, ainda, aqueles que acham que se outras pessoas participarem é melhor (6,7%), já que elas estão mais aptas para resolver problemas e, também, os que justificaram não ter recursos para isso (6,7%), ou seja, as informações necessárias e conhecimento para discutir questões cotidianas.

Para o nosso estudo também é importante saber os motivos pelos quais as pessoas NÃO participam de grupos, associações ou partidos. Qual motivo por que você não participa?

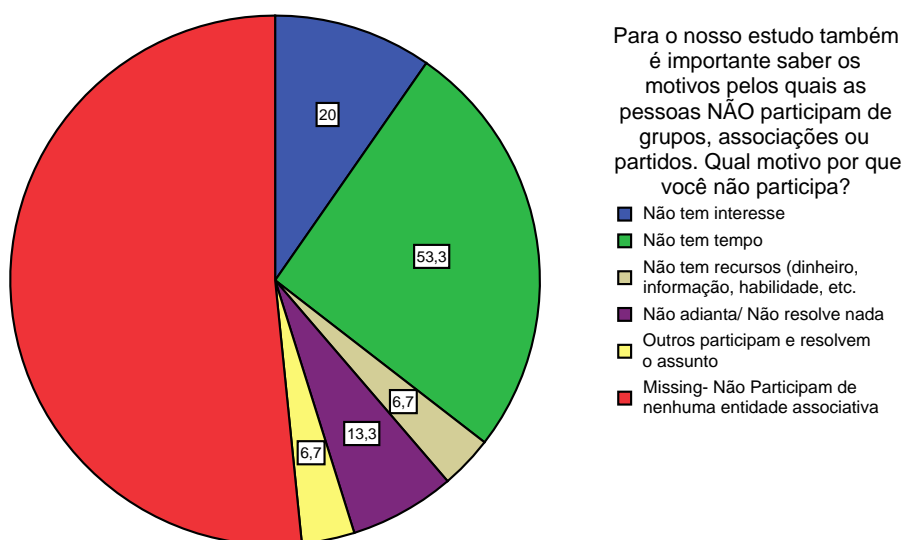


Gráfico 6: Motivos da não participação em entidades associativas.

Os sujeitos sociais que asseguraram participar de entidades associativas perfazem o total de 51,6%. Destas, as mais citadas foram as associações religiosas

ou Igrejas, as quais representam 35,5% dos casos. Abarcam as mais diversas crenças como, por exemplo, a católica, a evangélica, o espiritismo e a umbanda. O associativismo religioso denota a capacidade de mobilização destas instituições em que, muitas vezes, estas investem em formas de participação que vão além do espaço da espiritualidade, o que pode contribuir para promover a ampliação das redes de sociabilidade.

A segunda entidade mais frequentada é a Associação de Moradores, citada por apenas 5 pessoas. Na visão dessas, quando inquiridas sobre se a associação tem procurado resolver os problemas das regiões onde moram, todas responderam positivamente. Essa mesma pergunta feita às pessoas que sabem que existe uma associação de moradores no bairro (74,2%) e não a frequentam, também obteve respostas positivas, já que 91,3% acredita que a associação busca resolver os problemas das localidades. O que se observa, aqui, é que, mesmo as pessoas que não frequentam esta entidade depositam bastante confiança nela e a enxergam como uma organização que luta para buscar soluções para os problemas dos bairros, logo, tal entidade possui grande credibilidade entre as pessoas.

Para estas, a associação de moradores tem procurado resolver os problemas da localidade, onde residem, de diversas formas. As ações mais referenciadas foram as reuniões (38,1%), reivindicações que são levadas até a Prefeitura de Santa Maria (28,6%), mobilizações e passeatas (9,5%) e (23,8%) dos respondentes não pontuaram nenhuma ação em específico; contudo, elucidaram que a associação faz o que pode para melhorar os problemas do bairro.

Além dessas entidades mencionadas acima, 2 pessoas disseram frequentar um CTG (Centro de Tradições Gaúchas). Uma é membro de sindicato e outra é filiada a um partido político. Esses sujeitos também frequentam a Igreja e a Associação de Moradores, logo já foram contabilizados no número de pessoas que costumam participar de entidades associativas. No que se refere ao interesse por política, esses dados vêm a corroborar com as elucidações dos respondentes que demonstraram um grande descrédito em relação à política, atribuindo a esta, a falta de vontade em resolver os problemas sociais da localidade onde residem.

Baquero (2006) sobre os partidos políticos, afirma que embora tenha ocorrido na década de 80 um processo de redemocratização no Brasil, este não conseguiu eliminar os vícios antigos da política, na medida em que o clientelismo, o personalismo e, sobretudo, o patrimonialismo, continuam presentes nas práticas

políticas cotidianas do país. Em sua visão, estes são fatores culturais que impedem a solidificação democrática, já que, para as transformações efetivamente se estabelecerem, é preciso que elas estimulem mudanças atitudinais.

Por conseguinte, a não mudança nas atitudes e no comportamento dos cidadãos se deve, comumente, ao fato de que as chamadas reformas ou transformações são provenientes de contextos que não criaram dispositivos ou mecanismos de fiscalização para esses modelos importados. Sendo assim, constata-se que, em contextos como estes, os partidos políticos não conseguem criar raízes de fidelidade entre os cidadãos. Os dados de uma pesquisa realizada por este autor mostram que

(...) na última década, na média, mais de 60% da população brasileira não vê os partidos como instituições mediadoras eficientes de seus interesses e demandas perante o Estado. Para agravar a situação, são as instituições (partidos e governos) que detêm o menor índice de confiança entre os brasileiros na média 85% de desconfiança nos últimos 16 anos. (...) mais de dois terços dos brasileiros, na hora de votar, assim o fazem influenciados pela figura ou pessoa do candidato, em detrimento do partido. Fortalecer os partidos, neste cenário, é tarefa difícil. De maneira geral, os candidatos a cargos públicos tentam se eleger negando sua condição de políticos tradicionais; pelo contrário, criticam a forma ortodoxa de fazer política; no entanto, a negação da política tradicional nada mais é do que retórica, pois uma vez eleitos, recorrem ao tradicional *modus operandi*. Dessa forma, a frustração da cidadania aumenta a cada eleição, contribuindo para a deslegitimação da democracia. (BAQUERO, 2006, p.51-52).

Abordando, também, a questão dos partidos políticos e de outras formas de associação, em seu mais recente trabalho, *Democracies in Flux* (apud Santos, 2006) Putnam buscou traçar as tendências do capital social nos últimos anos, verificando que tem havido um declínio na participação em massa nas eleições, partidos políticos, sindicatos e Igrejas, os quais, em sua visão, representam as principais instituições das três esferas primárias da vida comunitária: a política, o trabalho e a religião. Dentro das associações trabalhistas, encontra-se a filiação a sindicatos, a qual representa um mecanismo significativo de assistência mútua e competências compartilhadas.

As associações comunitárias e religiosas constituem-se nos principais pontos do engajamento cívico, pois estão ligadas ao altruísmo, ao voluntariado e à filantropia. Assim, para este autor, estas esferas se constituem no depósito primário de capital social e são realmente importantes para o “empoderamento” das pessoas

menos educadas, das menos afluentes porções da população, pois tais organizações têm por base a solidariedade com os outros.

Putnam (2002) acredita que o declínio da participação nessas instituições pode estar associado à redução da confiança social que aparece até mesmo em países com históricos de alta filiação associativa. Além disso, este teórico afirma que outro fator que pode ter contribuído para o decréscimo de participação nessas entidades refere-se às formas de conexões sociais informais, flexíveis e impessoais como, por exemplo, o envolvimento nos esportes e em outros grupos de lazer.

As conexões criadas nesses grupos são, de forma geral, limitadas, menos ligadas e menos focalizadas em atividades coletivas ou relativas às questões públicas. Putnam denomina essa nova tendência de privatização do capital social, já que está ligada a formas de participação social mais individualistas e menos solidárias.

Os motivos mencionados pelos funcionários da Empresa, para participar das entidades associativas, variam entre vontade de ajudar os outros (25%), defender as idéias nas quais acredita ou que acha justas (43,8%), lazer (12,5%) e outras razões (18,7%). Nesta última alternativa, as pessoas especificaram que as razões que as levam a frequentar as entidades religiosas e Igrejas são a fé e a busca pela felicidade. A partir dessas informações, outro dado que também podem ser analisados é a relação da participação em associações ligadas ao sexo dos entrevistados. O que se consegue analisar é que a participação das mulheres na associação de moradores é maior que a participação dos homens. Contudo, no que se refere à participação em associações religiosas e ou Igrejas, os homens têm o hábito de frequentá-las mais, porém não existe uma diferença tão significativa entre estes e as mulheres. Dessa forma, a partir do número de casos obtidos no gráfico abaixo, é visível que as mulheres são mais participativas do que os homens.

Relação da participação em associações versus o sexo dos funcionários

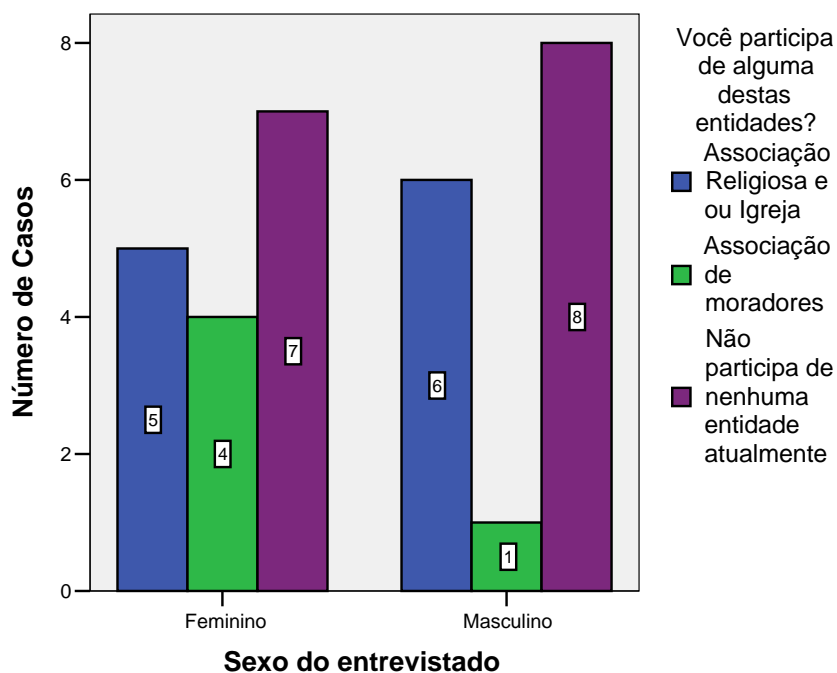


Gráfico 7: Participação versus Sexo do respondente

Embora grande parte dos entrevistados não tenha incluído na sua rotina a participação na Associação de Moradores, todos reconhecem haver muitos problemas nos bairros onde residem. Para a maioria deles, o problema mais evidente é a falta de policiamento, já que 93,3% dos participantes da pesquisa explicaram que, à noite, quando ocorre algum incidente no bairro, como brigas ou badernas nas ruas, a polícia, quando acionada, demora mais de horas para comparecer no local e, às vezes, não vem averiguar o que está acontecendo. O segundo problema eleito com 90,3% das respostas é o atendimento médico ambulatorial, devido à falta de profissionais para atender à demanda existente, o que acarreta muita demora no atendimento dos pacientes e estes, dependendo do caso, esperam mais que um mês para conseguir autorização para fazer exames laboratoriais.

Outra queixa relevante dos pesquisados é a falta de comércio ou serviços como bancos, supermercados e agências de correios nas regiões onde residem. Nesta resposta, o percentual atingiu 83,9%, e a explicação é a de que toda vez que

precisam pagar contas ou querem fazer compras por preços mais baratos, necessitam ir até o centro de Santa Maria, pois na localidade não há agências de bancos e nem mercados de grande porte, o que existe, na verdade, são algumas “*vendas ou botecos*” (SIC), mas nestas, na opinião dos moradores, os preços dos produtos são muito elevados. Concomitante com esta situação, de ter que ir até o centro para fazer grande parte de suas coisas, os funcionários da Revitá apontaram que o transporte público, o ônibus, também é um problema (74,2%), acham que é excessivamente demorado e o preço da passagem é bastante caro. “*Se tu precisa de ir até o centro e de lá até o Hospital Universitário e voltar pra cá, gasta R\$ 8 real, isso é caro, pra gente que ganha pouco e tem que sustentar a família*” (SIC).

No que se remete à infraestrutura dos bairros, os problemas citados, com menos expressividade, foram a existência de áreas de lazer (63,3%) e o saneamento básico (64,5%). Concernente ao primeiro item, os indivíduos elucidaram que há um local chamado “área verde” ou “campão”, de que os moradores podem usufruir. Este espaço é um local de reunião dos jovens e como tem uma pracinha, geralmente, as mães levam as crianças para brincarem. Embora exista este local, houve pessoas que reclamaram por ser muito longe de suas residências e não ter brinquedos suficientes na pracinha para as crianças; logo, enquanto umas brincam as outras precisam esperar. Além disso, os adolescentes que ficam por lá, segundo relatos, costumam quebrar as coisas, como os bancos e os próprios balanços das crianças.

Relativo ao saneamento básico, as reclamações, apesar de significativas, não foram tantas, já que as pessoas estão mais conformadas, pois o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, está fazendo inúmeras obras para canalizar os esgotos que se encontram a “céu aberto” e as ruas estão recebendo asfalto. Dessa forma, já não há mais tanto problema com o mau-cheiro dos esgotos e de alagamento das ruas.

Quando indagados sobre outras questões cotidianas, agora não mais em termos de infraestrutura e sim sobre as relações pessoais, os respondentes, em sua maioria, assinalaram que possuem uma boa relação com a vizinhança. Alguns, não obstante, se referiram à vizinhança como “*um bando de fofoqueiros que vivem cuidando da vida dos outros*” (SIC). Desse modo, os indivíduos que asseguraram conversar sempre com seu vizinho de pátio sobre questões do dia-a-dia foram

apenas 16,1% dos participantes da pesquisa. Diante desse quadro, 41,9% disseram que conversam, às vezes, 25,8% raramente e 16,1% nunca.

Quando a conversa é sobre problemas relacionados à localidade onde residem, o que se observa é que a interação entre vizinhos é menor, uma vez que 45,2% dos respondentes expuseram que nunca têm esse tipo de conversa. Somente 9,7% das pessoas relataram que tendem a dialogar sobre isso. Quando se soma a porcentagem dos que nunca conversam e dos que raramente fazem isso (16,1%), tem-se um percentual igual a 61,3%, índice bastante elevado que demonstra que as pessoas pouco se importam em discutir as problemáticas da região onde residem. Tal dado torna-se ainda mais representativo, quando 61,3% dos pesquisados asseveraram não participar de nenhum tipo de reunião para debater sobre as dificuldades da comunidade.

Esses elementos constituem obstáculo real à representação de interesses, já que os indivíduos não se unem para melhorar os problemas que atingem a comunidade. Sabe-se que, em grupos, as pessoas têm um melhor acesso à informação, podendo juntas, promover ações coletivas em prol da comunidade. Além disso, conforme sua legitimidade podem fazer o papel de mediadores entre a população e o governo, contribuindo para conduzir as atividades públicas em benefício da região onde residem.

Dessa maneira, o que se pode presumir, é que as pessoas visualizam os problemas da localidade como um problema que prejudica a todos, no entanto, não veem a necessidade de resolvê-los em grupos. Essa atitude é reconhecida pelos próprios respondentes que explicaram que quando os problemas do bairro onde moram tornam-se insuportáveis, os moradores tendem a reclamar e não tomar nenhum tipo de atitude (36,7%). Além disso, quando discutem sobre a questão-problema, as pessoas só falam e nenhuma reclamação é encaminhada à Prefeitura de Santa Maria (30%). Há, ainda, aquelas que tomam providências com as próprias mãos (10%), isto é, quando surge um problema de alagamento, por exemplo, elas mesmas procuram uma solução, seja colocar madeiras e pedras para passar, seja improvisar uma pequena pinguela²¹, etc. Outros sujeitos fingem que não tomaram conhecimento do problema (10%). Estes são, principalmente, aqueles aos quais o problema não atingiu, logo, não precisam se incomodar. Assim, de 31 pesquisados

²¹ Pinguela significa uma viga que, atravessada sobre um rio, serve de ponte.

na Revitá, apenas 13,3% mencionou que os moradores da sua localidade realizam reuniões, discutem e levam todas as reclamações à Prefeitura. Observe o gráfico abaixo:

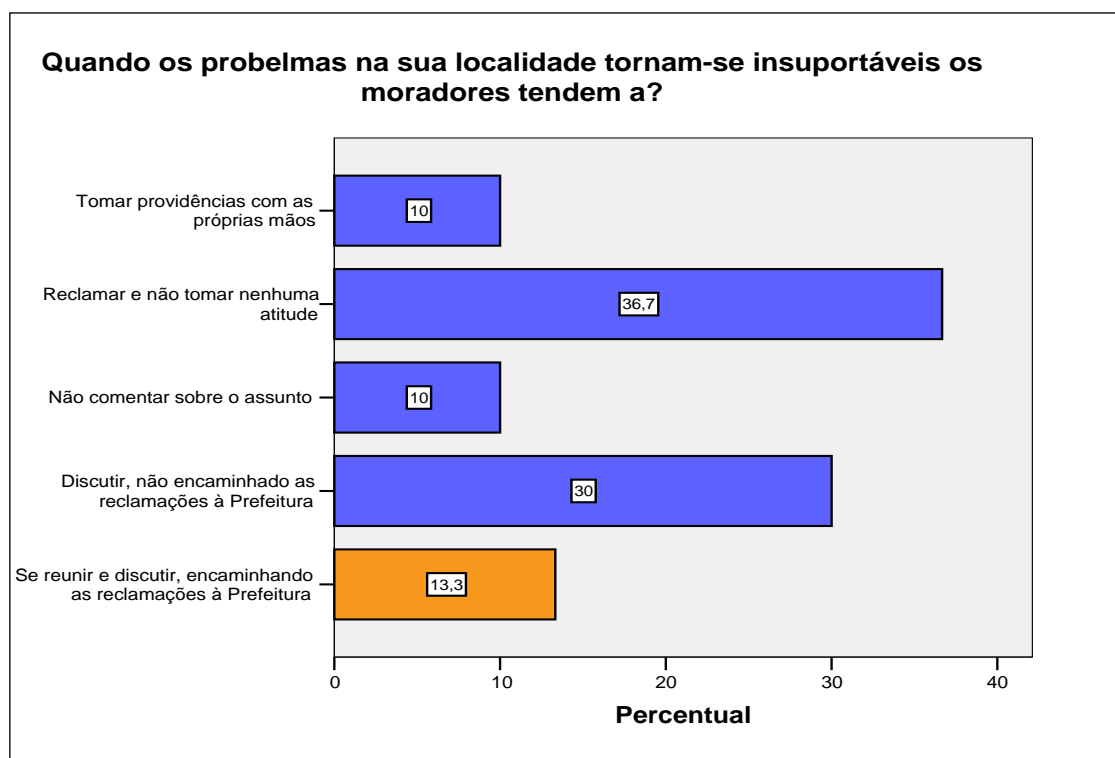


Gráfico 8: Atitudes dos moradores em relação aos problemas na localidade onde residem

No momento em que o problema se restringe a um único vizinho e não mais à localidade como um todo, e este está necessitando de ajuda (tais como alimentos, remédios, vestuário, materiais de construção), os pesquisados comunicaram que a vizinhança, geralmente, ajuda com o que pode (56,7%). Mesmo neste caso, as pessoas relataram que têm alguns vizinhos que fingem que não tomaram conhecimento da situação (23,3%) e há outros que se negam a se meter na vida dos outros (10%). Aquelas pessoas mais preocupadas com a situação, mesmo quando não tem recursos para auxiliar, buscam ajuda em alguma rádio, ONG, e etc. Essas, indubitavelmente, são a minoria e perfazem apenas 10% das respostas.

Essa mesma interrogação feita aos funcionários pesquisados, ou seja, quando alguém, na localidade onde eles moram, está precisando de alguma ajuda, que tipo de atitude eles tomam, todos, unanimemente, responderam que ajudam com o que podem. Nenhuma pessoa assinalou as demais alternativas.

Desenvolvendo essa mesma questão, porém, a partir de outro enfoque, foi perguntado para o respondente, se ele fosse a pessoa que estava necessitando de ajuda, a quem ele recorreria. Nesta situação, a resposta mais expressiva voltou-se para a alternativa “procura um parente e lhe pede ajuda”. Tal alternativa foi escolhida por 53,3% dos funcionários da Empresa. A segunda e a terceira posição, em termos de percentagem, foram respectivamente: “se recusa a pedir ajuda, tentando passar pela problemática, lutando com as próprias mãos” (23,3%) e “pede auxílio a algum vizinho” (20%). Uma única pessoa marcou a opção “vai até a Prefeitura ou a alguma ONG e busca ajuda”.

Analisando as respostas, o que se percebe é que 80% das pessoas buscariam ajuda de alguma forma, deixando seu orgulho de lado. Além disso, é visível que as relações sociais construídas entre os familiares são mais fortes, dado que em casos de necessidades, eles são os primeiros a serem contatados. A relação entre os vizinhos também é significativa, pois cerca de 78% das pessoas, quando questionadas se costumam pedir favores aos vizinhos, disseram que sim.

Apesar disso, as pessoas afirmaram que só solicitam favores para os vizinhos mais próximos, para aqueles em quem realmente confiam. Sendo assim, as relações sociais desenvolvidas acabam fortalecendo-se apenas entre os vizinhos mais próximos, com quem, às vezes, ocorrem trocas de favores e conversas sobre questões cotidianas.

Portanto, pode-se compreender que as redes sociais desenvolvidas pelos funcionários da Revitá são mais duradouras e confiáveis entre parentes e vizinhos, pois envolvem obrigações mútuas e fomentam normas de reciprocidade, já que normalmente se pede algum tipo de ajuda para esses sujeitos. Vale destacar que do total dos funcionários pesquisados, 9,7% sempre solicita algum tipo de favor ao vizinho, como cuidar da casa quando necessita sair, empréstimo de alimentos, ajuda na reforma da casa, cuidado com as crianças ou outro tipo de ajuda. O número de pessoas que afirmou nunca ter solicitado nenhum tipo de favor ao vizinho corresponde a somente 22,6%, e aqueles que assinalaram a opção, às vezes, perfazem o índice significativo de 45,2%.

A relação entre vizinhos é de grande importância, já que é possível estabelecer laços de confiança e reciprocidade que podem auxiliar bastante nas situações relacionadas à falta de condições econômicas, bem como a escassez de recursos em geral. É importante lembrar aqui, que a reciprocidade pode se dar de

duas formas, sendo específica quando há troca de favores direta e imediata entre as pessoas envolvidas em uma determinada transação, ou generalizada quando ocorre uma relação de troca contínua permeada por expectativas de retribuição mútua de favores no futuro. Os favores entre vizinhos podem ser enquadrados na segunda classificação, na qual há mais confiança. Os vínculos sociais são mais densos e as interações sociais, mais abrangentes.

Sabe-se que este tipo de relação, onde a confiança está fortificada, é de grande relevância, pois ela orienta as relações interpessoais, constituindo-se na motivação e na habilidade necessária para a formação de capital social, pois este se apresenta como um recurso para que os atores sociais possam atingir metas e satisfazer seus interesses. De acordo com Higgins (2005), a idéia é a de que a sociabilidade pode melhorar o desempenho das atividades econômicas lucrativas em populações pobres.

5.4- Os Catadores Informais

A pesquisa com os catadores do antigo Lixão, que não foram contratados pela Revitá, ocorreu posteriormente à pesquisa realizada na Empresa. Do universo informal foi entrevistado um grupo de 14 pessoas, a fim de verificar as semelhanças e diferenças na trajetória de vida destas pessoas, em relação aos demais pesquisados.

Para tanto, buscou-se explorar várias questões atreladas aos eventos econômicos e sóciopolíticos que transcorreram e ainda perpassam a vida destes sujeitos. O objetivo é tentar comparar as respostas obtidas nas entrevistas e aquelas coletadas por meio da aplicação dos formulários junto aos funcionários da Revitá. Procurar-se-á analisar as conexões que existem, no plano da racionalização dos atores sociais implicados, entre a economia e a cultura do lixo e a constituição de relações sociais.

Dessa maneira, a partir das entrevistas desenvolvidas e dos formulários aplicados serão perscrutadas as diferenças e as semelhanças existentes no interior destes dois universos pesquisados. Os dados obtidos nas entrevistas auxiliarão a fazer esse mapeamento e gerar as coordenadas de um padrão racional articulado, referente aos conceitos e aspectos estudados.

Cabe, aqui, fazer uma ressalva em relação ao número de entrevistas realizadas. Como já explicado, o número total de entrevistas efetuadas com os catadores informais foi 14. Para este número de pessoas entrevistadas, não foi efetivada uma amostra prévia, já que por problemas relativos ao campo de estágio tornou-se impossível localizar grande parte das pessoas que trabalhavam no antigo Lixão e, não foram contratadas pela Empresa. Inicialmente, pretendia-se entrevistar uma quantidade maior de pessoas, contudo, com a compra da Empresa Tecnoresíduos pelo Grupo Solví, a lista de espera, dos catadores do antigo Lixão, que a antiga Empresa possuía, foi extraviada e com isso, perdeu-se o contato com os catadores.

Tentou-se, também, conseguir dados com a Prefeitura Municipal de Santa Maria através de contato com a Assistente Social responsável pela execução de programas sociais, no entanto, esta afirmou não haver mais dados na Prefeitura relativos a essas questões, uma vez que as informações referentes ao antigo Lixão pertenciam à gestão anterior, do PT. Agora, os gestores e os dados são referentes à gestão do PMDB. Nesse sentido, as entrevistas foram executadas com a ajuda de alguns dados que a Empresa Revitá liberou sobre a ficha cadastral de algumas pessoas que largaram seus currículos na Empresa.

Por meio destas, foi possível localizar o endereço de indivíduos que eram catadores no Lixão e, a partir destes contatos, obteve-se maiores informações sobre o local de moradia de outros catadores. O número de pessoas encontradas, que trabalhavam no Lixão, foi de 18, todavia, somente 14 se dispuseram a participar da entrevista. Destas, três alegaram falta de tempo e uma mostrou-se desconfiada.

Todas as entrevistas foram realizadas aos sábados, na parte da tarde, porque se acreditava que, neste período, as pessoas estariam em casa e não seriam atrapalhadas nos seus afazeres em geral, logo, se interessariam mais pela pesquisa. Os pesquisados mostraram-se bastante receptivos e atenciosos em relação ao tema da pesquisa.

No universo dos catadores informais, a idade dos entrevistados variou de 18 a 55 anos. Na faixa etária de 18 a 25 anos, o número de casos foi de 8 pessoas. De 31 a 34 anos houve 4 casos e as outras 2 entrevistadas possuem 53 e 55 anos. Tais dados se assemelham bastante aos obtidos com os funcionários da Revitá, dado que na Empresa o número de casos de pessoas com idade de 18 a 26 anos também é de 8. Além disso, as pessoas com idade acima de 50 anos também são duas.

Tendo por base essas semelhanças, é possível afirmar que muitos desses sujeitos começaram a trabalhar no antigo Lixão ainda quando eram menores de idade. Vários deles perderam a sua infância em meio ao lixo e à sujeira, em busca de sobrevivência. Isso tudo se comprova quando o tema é educação, visto que, diante do universo total (formais e informais) temos apenas 2 pessoas que completaram o Ensino Médio (uma de cada segmento). Das demais pessoas, todas cursaram apenas o Ensino Fundamental e de forma incompleta.

Em termos de educação, vê-se claramente o quão pouco qualificados encontram-se esses trabalhadores. A falta de oportunidades de estudar diminui as possibilidades de ascensão e mobilidade social dos indivíduos. Tais pessoas não se encontram suficientemente aptas para competir em um mercado de trabalho cada vez mais exigente, sendo que a educação é, sem sombra de dúvida, o mecanismo mais importante para a seleção e recrutamento de pessoas para o mercado de trabalho, havendo uma grande correlação entre o desempenho escolar e o nível socioeconômico ocupado pelos sujeitos (SCHWARTZMAN, 2007).

Na visão de Baquero (2007), a capacidade dos pobres em investir na educação é limitada, devido às precárias condições materiais que possuem (...) *“mesmo quando os pobres têm acesso à educação pública, sua situação de excluídos meramente assume outra modalidade, pois as habilidades adquiridas nem sempre correspondem às necessidades e demandas do mercado de trabalho”*.

As pessoas entrevistadas moram todas nos bairros próximos ao antigo Lixão da Caturrita, bairros estes onde os funcionários da Revitá também residem. Portanto, são vizinhos e por anos foram colegas de profissão. Quando questionados sobre, se gostam de morar no bairro onde residem atualmente, os respondentes declararam que sim, dado que construíram grande parte da sua vida morando naquele local, além disso, já se acostumaram e não se adaptariam em outro ambiente. Outro aspecto elucidado foi a boa relação com a vizinhança. Diante deste questionamento, somente duas pessoas afirmaram não gostar do bairro, porque não se dão com os vizinhos. O motivo para isso é a “fofoca”.

De acordo com Fonseca (2000), a fofoca envolve o relato de fatos reais ou imaginários sobre o comportamento alheio, sendo sempre concebida como uma força nefasta, orientada para fazer mal a determinadas pessoas. Na realidade, ninguém se considera fofoqueiro, porém algumas pessoas concordam em dizer que há fofoca, muitas vezes, produzida pelos vizinhos. Ainda, na visão dessa autora, a

fofoca pode ser compreendida como uma força niveladora, praticamente um instrumento daquelas pessoas que se sentem inferiores e que só podem ressaltar seus status rebaixando o dos outros. A fofoca seria, assim, uma arma dos indivíduos que têm medo de ser inferiores, não dos que querem ser superiores.

A maior parte dos entrevistados mora de 6 a 10 anos no bairro (6 casos), até 5 anos de moradia existem 2 pessoas e as demais moram de 11 a 14 anos. Apenas um dos entrevistados relatou que mora há 16 anos no mesmo local.

É importante destacar que estes indivíduos migraram para estes bairros, mais próximos do Lixão, com vistas a ficar mais perto do local de trabalho, mas a razão principal da mudança é a concretização do sonho da casa própria, citado por 9 pessoas. Outro dado significativo é a mudança de bairro para ficarem mais próximos dos parentes (5 casos), já que consideram de extrema importância as ajudas fornecidas pelos familiares diante de qualquer necessidade. *“Se faz falta alguma coisa, de comer, de beber, até um pouso, a gente pede pra mãe que mora ali do lado, ou pro irmão (...) quando se tá necessitando, não se tem que ter vergonha de pedir as coisas, a gente faz o que pode pra se manter, mas quando falta, nós pede pro parente (...) esses nunca negam, a gente pode contar” (SIC).*

No grupo dos informais, os laços entre os parentes foram mais expressivos do que no outro grupo. A preocupação em receber e retribuir os auxílios prestados e ficar próximo dos familiares é bem maior.

No que se refere às residências 13 são próprias e 1 é cedida, 2 não são abastecidas por água encanada e 1 não possui energia elétrica. Em termos de sistema de esgoto, em 9 das residências os dejetos são despejados diretamente na sanga, em duas casas existem fossas e nas demais o esgoto é a céu aberto. Na circunvizinhança destas últimas casas citadas, o mau-cheiro é insuportável, há bastante insetos e alguns animais, como cavalos e cachorros bebem a água do esgoto. Diversas pessoas reclamaram que, no verão, tudo fica pior, pois quando não chove, o cheiro advindo do esgoto fica muito forte, contudo, nas últimas chuvas os esgotos transbordaram, logo, a água da chuva e a dos esgotos se misturam e inundam as ruas e, por vezes, entram até nas casas.

Confrontando essas informações com as coletadas na Empresa, entende-se que, em relação à infraestrutura, as residências dos catadores informais são, de certo modo, mais precárias, já que em 2 casas não há abastecimento de água, em 1 não há luz elétrica e na maioria das moradias não existe ligação de esgoto com a

rede coletora. No outro grupo não há relatos de casas sem abastecimento de água, sem energia elétrica e 77,6% dos indivíduos têm o esgoto de sua casa ligado à rede.

O número de peças das casas, incluindo cozinha e banheiro é predominantemente de 4 a 6 peças (9 casos). Cinco pessoas afirmaram morar em uma casa de apenas 3 cômodos. Nestes, alguns são divididos apenas por móveis, não havendo uma separação visível. De forma geral, contrapondo-se tais dados aos demais (catadores formais) as únicas diferenças reais é que há funcionários da Revitá que declararam possuir casas com até 9 peças e outros com mais de treze peças. O restante dos resultados se equiparam, visto que, na Empresa também é maior o número de pessoas que residem em casas com 4 a 6 cômodos.

A média de pessoas que moram nas residências é de 5,28. O número é mais elevado quando comparado ao outro grupo, onde a média é de 4,41. Diante deste elemento, também é necessário considerar a renda familiar mensal dos respondentes, contudo, na verdade, essa é bem diversificada oscilando de R\$ 400,00 reais a R\$1800 reais, tendo como contribuintes nas despesas da casa, em média 2 pessoas. Para tornar os dados mais claros é pertinente visualizar a tabela abaixo.

**Tabela
4- Renda
Familiar**

Renda mensal familiar em R\$?	Nº de pessoas que contribuem
400 reais	2 pessoas
800 reais	2 pessoas
1000 reais	4 pessoas
912 reais	2 pessoas
1000 reais	3 pessoas
620 reais	1 pessoa
900 reais	2 pessoas
450 reais	2 pessoas
690 reais	2 pessoas
620 reais	2 pessoas
1800 reais	4 pessoas
900 reais	2 pessoas
600 reais	2 pessoas
1150 reais	2 pessoas

Por meio dos dados da tabela 4, consegue-se visualizar que, em média, a renda das famílias é de R\$ 845 reais, sendo preponderante a contribuição de duas pessoas para com esta renda. No grupo dos trabalhadores formais, a média salarial é de R\$ 735, sendo, portanto, um pouco inferior à dos catadores informais. Esses dados mostram, de certo modo, que o fato dos sujeitos trabalharem formalmente diminui sua renda mensal, contudo, estes podem se beneficiar de garantias trabalhistas, como férias, FGTS, seguro-desemprego, etc.

Diante desse quadro de informações é pertinente explicar que das pessoas entrevistadas, como já dito, todas trabalharam no antigo Lixão da Caturrita por vários anos. Com o fechamento deste local, 8 pessoas disseram continuar seu trabalho de catadora pelas ruas da cidade, uma vez que apenas quatro delas foram chamadas para trabalhar na Tecnoresíduos. Os dois outros entrevistados sobreviveram com a ajuda fornecida pelos familiares e, mais tarde, conseguiram um emprego na área de serviços gerais.

Cabe destacar que das pessoas que não foram chamadas, algumas não se inscreveram; outras não puderam trabalhar devido às restrições de idade e, também por causa das limitações relacionadas à saúde, impostas pela Empresa. As 4 pessoas que foram chamadas aceitaram trabalhar na Empresa, apresentando como justificativa o salário fixo e as garantias referentes ao trabalho com carteira assinada. Uma trabalhou durante 7 meses, a outra por um ano, uma outra trabalhou um ano e meio e a outra, 1 ano. Uma observação importante que duas pessoas expuseram é a de que sabiam que na Empresa ganhariam menos renda do que se fossem catar material na rua, porém, consideraram demasiado constrangedor *“sair pelas ruas, revirando as lixeiras, com todo mundo olhando (...) isso é muito humilhante. No lixão todo mundo era igual, pobre igual, catador igual, mas na rua não!”* (SIC).

Os catadores que trabalharam na Tecnoresíduos quando questionados sobre o motivo que os levou a sair da Empresa, além do fechamento desta, todos afirmaram que na Empresa havia muita baderna por parte dos recicladores, sendo que algumas pessoas trabalhavam mais que outras, devido à desorganização de horários e à falta de ordens. Além disso, *as pessoas eram indisciplinadas, falavam palavrões o tempo todo, faziam fofoca e brigavam* (SIC).

Nesse sentido, com a venda da Tecnoresíduos, estes trabalhadores preferiram passar a ganhar o seguro-desemprego, pelo tempo de serviço na Empresa, do que serem recontratados pela Revitá. Das quatro pessoas que

trabalharam na Tecnoresíduos, 3 relataram que voltariam a trabalhar na Revitá, somente quando parassem de receber o seguro, pelo motivo da carteira assinada e do salário fixo recebido. Uma pessoa, entretanto, se mostrou insegura e afirmou não saber se voltaria, porque a troca de dono, na sua visão, não garante que as regras e as ordens tenham mudado (...) “*Vai que continue sendo a mesma baderna de antes?*” (SIC).

As pessoas que não tiveram nenhum contato anterior com a Empresa, todas disseram que se fossem chamadas pela nova Empresa iriam, pois o salário oferecido é bom, e também pelos pontos positivos de terem carteira assinada, garantias, seguranças trabalhistas, etc. Uma das pessoas afirmou que só iria trabalhar na Empresa se ganhasse muito bem, porque na rua, como catadora, ganha bastante e faz seus próprios horários. Esta ressaltou ainda que prefere ter mais liberdade quando trabalha, não gostando, portanto, de obedecer a regras e normas.

Enquanto catadores informais de matérias recicláveis, os indivíduos, em sua maioria, recolhem o material em bairros próximos às suas casas, tais como o Bairro Santa Marta, Tancredo Neves, Pinheiro Machado, Jóquei. Alguns, os mais jovens, preferem ir até o Centro da Cidade, pois lá há mais variedades e quantidades de materiais para recolher. Os materiais recolhidos variam, podendo ser papéis, plásticos, latinhas, papelão, alumínio, vidro, cobre, ferro, “cristal” (plástico transparente), garrafa peti, etc.

Todos esses indivíduos afirmaram trazer os materiais recolhidos para casa, pois não têm tempo de separá-los na rua. Os materiais que não servem para a reciclagem possuem vários destinos, dentre eles, são misturados ao lixo da própria residência e colocados para o caminhão recolher (5 casos), 6 pessoas relataram que queimam as sobras no pátio e o restante joga as sobras na sanga.

Geralmente, os materiais reciclados são vendidos, tanto para atravessadores (7 casos), como para Empresas de reciclagem (5 casos) e para cooperativas (2 casos). Estas últimas não são vistas “com bons olhos” pelos indivíduos, os quais têm uma grande descrença no trabalho coletivo. As pessoas que citaram já ter participado de uma organização como esta, disseram ter tido problemas com os colegas, pois sempre existiam aqueles que queriam ganhar mais que os outros.

Mesmo as pessoas que nunca participaram de cooperativas de catadores acreditam ser um desperdício de tempo e de dinheiro o trabalho coletivo, pois requer divisões, que são desvantajosas, dado que algumas pessoas trabalham mais que as outras e ocorre muita desorganização e desentendimentos, os quais acabam por prejudicar a produção. Assim, afirmaram que o trabalho individual, além de ser mais proveitoso é também mais rentável.

Frente a tal ponto de vista, é indiscutível que esses indivíduos assimilaram, como diria Bauman (2003), os princípios da vida moderna (“o espírito individualista do capitalismo”), onde os laços sociais entre os indivíduos tendem a se enfraquecer, gerando insegurança e desconfiança. Nessa perspectiva, os sujeitos são os únicos responsáveis pelo seu futuro, não havendo, em suas trajetórias de vida, o compartilhamento nem das perdas e nem das vitórias.

A descrença em atividades coletivas não é tão expressiva quando atrelada às entidades associativas, pois no universo dos catadores informais apenas 5 pessoas não têm por hábito participar deste tipo de organização, afirmando que não têm interesse e nem tempo. Dos entrevistados, 9 garantiram que participam de associações religiosas, como Igrejas e Centros de Umbanda, já que acreditam que tais entidades são de grande importância porque trazem benefícios como melhorias no bem-estar, na saúde e nas relações familiares. Existem alguns sujeitos que, além de frequentarem as organizações religiosas, participam, ainda, da Associação de Bairro e dos eventos realizados no centro comunitário (3 casos).

Quando as relações sociais são analisadas, em termos dos laços estabelecidos com a vizinhança, os respondentes expressaram bastante estima por seus vizinhos, dado que construíram, com o tempo, uma relação de amizade, de respeito e, em determinados casos, de solidariedade. A boa relação estabelecida com a vizinhança é assinalada por 11 pessoas. As demais (3 casos) asseguraram que têm pouca afinidade com os vizinhos, atribuída a desentendimentos e fofocas. Um destes indivíduos disse que o maior problema que ele tem com os vizinhos são os “bate-bocas” (SIC), já que por ele ser catador e trazer o material de reciclagem para casa, os vizinhos “implicam”, porque há muito lixo no seu pátio e fumaça, pois ele queima o material não utilizado.

Como já mencionado, apesar de existirem relações de solidariedade entre os vizinhos, os laços entre familiares e parentes são muito mais significativos nos dois universos pesquisados. Isso pode estar relacionado ao fato de que entre

parentes há uma maior convivência entre as pessoas, as quais, para tanto, depositam um grau mais elevado de confiança nas ações desenvolvidas.

A confiança, à luz de determinadas teorias, alimenta a previsibilidade das relações sociais, gerando uma maior cooperação entre as pessoas, esta tende a promover reciprocidade e solidariedade. É importante compreender, assim, que se não há confiança, há limitações em termos de cooperação e compromisso mútuos, ocasionando, com isso, o desenvolvimento de comportamentos não-coletivos, o que torna inviável o alcance do bem-comum.

5.5- Os catadores e a relação com o meio ambiente

Neste subitem serão abordados alguns pontos relativos às visões e os comportamentos desenvolvidos pelos dois universos de catadores em relação ao meio ambiente. Inicialmente, fora inquirido o que estas pessoas entendiam sobre o termo meio ambiente.

Em ambos os universos, a resposta preponderante, tendo em vista este questionamento, foi “*tudo associado à natureza (rios, lagos, arroios, árvores, água, animais, plantas, flores)*”. Outra resposta expressiva foi “o lugar onde se vive”, citada em segundo lugar por ambos os catadores (formais e informais). Menos significativas foram as respostas “limpeza e reciclagem do lixo”, equivalendo a apenas 5 respostas. Dentre os catadores formais, 9 pessoas alegaram não saber nada sobre o assunto; no outro universo, dos informais, 3 pessoas também não souberam responder o que entendem sobre meio ambiente.

Subsequente a este questionamento fora, explicado para os pesquisados qual o significado do termo meio ambiente, elucidando que este corresponde a “*todos os elementos indispensáveis para a nossa vida, como, por exemplo, o solo, o clima, a água, o ar, as plantas e também as pessoas*”. Posteriormente a esta explicação, questionou-se se no bairro onde residem existe algum problema ambiental. Ligado a esta resposta os pesquisados, em sua maioria, assinalaram a opção “sim”, atribuindo grande parcela da culpa aos seus vizinhos que (...) “*tão sempre sujando tudo, quando a gente vê tem lixo até no nosso pátio, aí não dá né, depois ainda querem reclamar que a água da chuva fica nas poças, mas é claro, vai escorrer pra onde, se tudo fica tapado de lixo?*” (SIC).

Para os funcionários da Revitá o maior problema existente é o lixo jogado nas ruas e em terrenos baldios, perfazendo neste ponto 40% das respostas. No universo dos catadores informais o principal problema ambiental é o esgoto a céu aberto, citado por 7 pessoas. O problema do lixo espalhado pelas ruas, para estas pessoas também é expressivo, pois foi mencionado por 6 entrevistados. O total de participantes, somente, 4 sujeitos disseram não haver problemas ambientais no bairro onde residem. Estes compreendem, sobretudo, as pessoas que relataram não saber o significado do termo meio ambiente.

Um dado relevante é o de que os problemas citados pelos catadores informais restringiram-se apenas aos dois assinalados acima (lixo e esgoto). Contudo, no outro universo (formais), outros problemas ambientais também apareceram como, a saber, o corte e a derrubada de árvores (3,3%), água de sanga poluída (16,7%), lixo queimado (3,3%), esgoto a céu aberto (20%) e o desperdício de água potável (16,6%). O aparecimento destas alternativas pode estar atrelado ao simples fato de que para este universo foram dadas algumas alternativas de problemas ambientais. Por outro lado, para os informais, as respostas foram respondidas de forma livre, sem a escolha de opções.

Quando questionados se acreditam que no dia-a-dia possam estar realizando ações que prejudiquem, de alguma forma, o meio ambiente, 16 respondentes ligados à Empresa e 7 pessoas do universo informal disseram que não, pois são bastante preocupados com a limpeza de seus pátios, em colocar o lixo para o caminhão coletor, em não jogar fogo em nada e em plantar árvores e plantas, etc.

As pessoas que disseram acreditar causar alguns danos ao meio ambiente foram 7 do universo informal e 15 no universo formal. As ações mencionadas por eles foram: queima do lixo/fumaça, desperdício de água potável, a colocação de lixo nas ruas e nos pátios de forma equivocada.

Analisando tais dados, percebe-se que não há diferenças de respostas ligadas aos dois universos. Todas as assertivas são muito semelhantes, dado que, tanto os problemas ambientais, mais citados, se equiparam, como também o número de sujeitos que afirmaram executar ações que podem afetar negativamente o meio ambiente, o que abarcou, praticamente a metade das respostas em ambos os segmentos participantes da pesquisa.

Ao serem questionados sobre quem são os responsáveis por diminuir as causas desses problemas ambientais a resposta mais acentuada foi “nós mesmos”, citada por 16 indivíduos da Empresa e 9 catadores informais. No universo dos funcionários da Revitá, outra alternativa preponderante foi a opção “depende de todos os itens acima”, os quais compreendiam afirmações como – “depende de nós”- “depende de você”- “depende das Empresas”- “depende do governo”- “depende das escolas ensinarem mais para os seus alunos sobre educação ambiental”. Os sujeitos que apontaram a opção “depende de todos os itens acima” correspondem a 15 casos. Os catadores informais também citaram a resposta “os vizinhos”, 3 casos, estas pessoas, como já se espera, são aquelas que acreditam que os vizinhos são os mais poluidores, já que elas são cuidadosas com o meio ambiente.

A última pergunta, tanto das entrevistas, quanto dos formulários, buscou verificar a opinião dos pesquisados (formais e informais) em relação aos tipos de contribuições que o trabalho de catador/reciclador, desenvolvido por eles, pode trazer para a questão ambiental. Ocorreu unanimidade nas respostas, na medida em que todos afirmaram que a catação contribui para a limpeza da natureza. Na visão dos pesquisados, tal limpeza colabora para que o lixo não fique espalhado pelas ruas, evitando uma maior poluição. Além disso, para os respondentes, este trabalho é fundamental, já que auxilia no reaproveitamento dos materiais, evitando, assim, que o lixo cada vez aumente mais, degradando a natureza, pois os resíduos levam anos para se decompor.

5.6 – Retomando as hipóteses

Nesta fase do trabalho, as hipóteses iniciais serão reavaliadas segundo os dados obtidos durante a pesquisa. A partir disso, verificar-se-á se as idéias iniciais a respeito dos catadores do antigo Lixão da Caturrita foram, ou não confirmadas. Caso tenham sido refutadas, tentar-se-á buscar interpretações e realizar reflexões, a partir das informações que se obteve, tanto com os dados qualitativos, como com os dados quantitativos.

A primeira hipótese que norteou a pesquisa pautava-se na idéia de que pelo fato de não estarem inseridos no mercado formal de trabalho, os catadores que não

pertencem ao quadro de funcionários da Empresa, possuem uma pior qualidade de vida, já que vivenciam com maior intensidade problemas associados à pobreza e à exclusão, enfrentando, portanto, dificuldades nas diversas esferas que norteiam a vida, tais como restrições no âmbito do trabalho, da educação, da habitação, da saúde, etc.

A partir das perguntas que objetivaram verificar tal premissa, o que se conseguiu perceber é que não existem diferenças significativas em relação à qualidade de vida dos dois universos pesquisados. No grupo de funcionários da Revitá, o bem-estar tendeu a melhorar, devido às garantias trabalhistas, previstas por lei. Assim, estas pessoas mostram-se mais seguras tanto no que se refere ao trabalho, quanto à renda.

Nesse sentido, sabem que talvez pudessem ganhar mais, trabalhando informalmente; mesmo assim, preferem poder usufruir das garantias trabalhistas. Outro ponto que chama atenção, é o fato de que o trabalho formal é bem visto pelas pessoas, conferindo maior status social aos trabalhadores. Durante a pesquisa, certas pessoas disseram que consideram vergonhoso e humilhante trabalhar de catador, de forma informal, vasculhando as lixeiras pelas ruas.

Um fator importante, que deve ser lembrado, é o de que apesar de em alguns casos a renda familiar dos catadores informais ser mais elevada que a dos trabalhadores da Revitá, aqueles trabalham muitas horas a mais, chegando em alguns casos, a 16 horas diárias. Todas essas horas dedicadas ao trabalho acabam por reduzir o tempo dessas pessoas para se dedicarem a outras atividades importantes para a sua vida.

Quando se analisa os dados de maneira geral, percebe-se que, em relação à saúde, às condições de moradia e à educação, praticamente, nada se alterou para os trabalhadores da Revitá. Assim como no universo informal, as pessoas continuam morando nos mesmos bairros, apresentando os mesmos problemas de infraestrutura e péssimas condições de segurança e saúde. Diante disso, é possível afirmar que não há melhora substantiva da qualidade de vida para os dois grupos estudados, já que ambos continuam, apesar das mudanças de trajetórias em suas vidas, submetidos às mesmas penúrias que tendem a limitar sua liberdade, bem como as possibilidades de poderem expandir suas capacidades e habilidades.

A pequena melhoria da qualidade de vida para o grupo formal não gerou um maior índice de participação ativa em entidades associativas, dado que somente um pouco mais da metade dos pesquisados afirmou se envolver em atividades deste gênero. Esse dado é análogo ao obtido com os catadores do universo informal, onde 9 pessoas mencionaram frequentar tais organizações, como Igrejas, Centros Espíritas e, raramente, a Associação de Moradores.

No que se refere à formação de redes sociais, em ambos os grupos analisados, estas são desenvolvidas de forma mais expressiva com os familiares/parentes, já que esses são os primeiros a serem acionados em situações de adversidades. A relação com os vizinhos mais próximos também é de confiança, para algumas pessoas, dado que outras não têm um bom relacionamento com a vizinhança devido à ocorrência de fofocas e desentendimentos.

Assim, a participação dos catadores em atividades associativas limita-se, em grande parte, somente ao associativismo religioso e a relações informais, havendo uma irrelevante participação na Associação de Moradores. Não há, portanto, uma preocupação com as questões relacionadas à localidade onde residem, o que acaba restringindo o nível de capital social e também o empoderamento comunitário.

Diante desse quadro, pode-se dizer que o que ocorre com os dois grupos pesquisados é aquilo que Evans caracteriza como “problema em contextos do Terceiro Mundo”, no qual a questão primordial ligada ao capital social não é a ausência de relações em nível micro, mas a grande problemática está em transformar os laços pessoais e comunitários em formas institucionais e organizacionais mais abrangentes que facilitem uma boa governança e possam ter uma escala econômica e política que favoreça o desenvolvimento. Granovetter também traz contribuições teóricas neste viés afirmando que

(...) os vínculos interpessoais fortes (como parentesco e íntima amizade) são menos importantes do que os vínculos fracos (como conhecimentos e afiliação a associações secundárias) para sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva. Os vínculos fracos têm mais probabilidade de unir membros de grupos diferentes do que os vínculos fortes. [...] Sistemas horizontais extensos, porém isolados, sustentam a cooperação dentro de cada grupo, mas os sistemas de participação cívica, que englobam diferentes categorias sociais, promovem uma cooperação mais ampla. Essa é uma das razões pelas quais os sistemas de participação cívica são parte tão importantes do estoque de capital social de uma comunidade. (PUTNAM, 2002, p. 185).

Para tanto, de acordo com as informações obtidas por meio das respostas dos pesquisados, a hipótese de que os catadores que trabalham na Revitá possuem uma participação cívica mais ativa e redes sociais mais fortalecidas, não foi comprovada, dado que o envolvimento com associações e as formas de relações sociais construídas, em ambos os universos, são significativamente parecidas, não havendo, desse modo, nenhum tipo de informação que destaque o engajamento dos sujeitos em ações ligadas à vida cívica. Logo, os comportamentos negam a importância das ações coletivas, o que pode tornar inviável o alcance de um bem comum.

Sem a participação dos atores sociais sabe-se que os mecanismos democráticos, de garantia de direitos, tornam-se ineficazes, não havendo responsabilidade com a “coisa pública”. Não há, dessa maneira, a representação dos interesses comunitários, pois os indivíduos se eximem de ser os responsáveis por mudar a situação da realidade onde vivem.

Os problemas existentes são atribuídos à falta de interesse político para resolvê-los. Neste ponto, quando o indivíduo fala em política refere-se a outro departamento, a política institucionalizada e, não na possibilidade de tornar-se um indivíduo participante do processo de transformação das mazelas existentes na sua comunidade, as quais também fazem parte da sua vida. O que querem dizer com isso, é que não têm responsabilidade nenhuma sobre o que ocorre na comunidade, acreditando que tudo depende da boa vontade dos políticos eleitos.

Diferentemente do que ocorre na esfera social, os problemas ambientais não são vistos, pelos catadores, como um encargo apenas do governo. Na verdade, os pesquisados os relacionam às suas próprias ações, assim como às desenvolvidas por seus vizinhos.

Pode-se visualizar que a questão do lixo, nestas localidades, está atrelada tanto à falta de infraestrutura, como aos próprios costumes das pessoas. Em ambos os universos a preocupação com ações predatórias em relação ao meio ambiente não demonstra grande expressividade.

Porém, quando questionados sobre alguns pontos relacionados ao meio ambiente, nos dois grupos, as pessoas tinham alguma idéia sobre a temática. Várias delas trouxeram a questão da natureza, associada à limpeza e à preservação. Contudo, não houve distinções nas falas dos catadores de ambos os universos.

Todos, comumente, possuem as mesmas idéias e visões sobre os problemas ambientais. A maioria dos pesquisados sabe que, por meio de algumas ações, contribui para poluir ainda mais a natureza, todavia, acreditam que por meio de seu trabalho, seja como catador ou como reciclador contribui, decisivamente, para amenizar os problemas ambientais, especialmente, aqueles relacionados ao lixo.

A idéia inicial desta pesquisa, que tinha por base a pobreza como uma grande contribuinte da degradação ambiental também, não foi verificada. O que se pode afirmar é que em contextos fortemente atingidos pelas condições de pobreza e exclusão, os indivíduos poluem o meio ambiente como uma forma de sobreviver. Tal fator está relacionado à falta de infraestrutura nas localidades onde as pessoas se instalam para morar. Cabe lembrar que quando os sujeitos se instalam em áreas onde não há infraestrutura, não é por opção, mas porque são premidos prioritariamente pelas questões de sobrevivência.

Diante dessas situações, não dispõem de opções para sobreviver de forma sustentável, ambientalmente correta. Na luta por sobreviver, em busca de um local para morar, seja como forma de conquista da casa própria, seja em busca de um local para residir próximo de seus parentes ou de seu trabalho, os sujeitos passam pelas mais variadas formas de dificuldades em todas as esferas da vida. Com isso, desenvolvem, com o tempo, maneiras de tentar enfrentar os obstáculos que lhe são impostos, a fim de poderem viver com um pouco mais de dignidade. É aí que sobrepujados pelas dificuldades, necessitam jogar os esgotos de suas casas nas sangas, enterrar o lixo no solo ou queimá-lo, derrubar árvores para utilizar a lenha como combustível, dentre outros fatores.

O que se conclui, assim, é que a pobreza impõe inúmeras formas de privações na vida das pessoas. Estas, diariamente, necessitam lutar para sobreviver, contudo, têm suas escolhas cerceadas, não conseguindo, muitas vezes, concretizar seus objetivos. Quanto mais excluídas estas pessoas são, mais limitados são seus recursos e mais frágeis tornam-se seus vínculos sociais, bem como a capacidade de se tornarem sujeitos políticos ativos. Dessa forma, a última preocupação que têm em suas vidas é com a problemática ambiental. Mesmo assim, sem toda a conscientização que a questão do meio ambiente exige, direta ou indiretamente, por meio do trabalho de catadores, estão frequentemente

contribuindo para diminuir a problemática relacionada ao excesso de lixo e a busca incansável dos produtores por matérias-primas, dado que essas são reutilizadas.

Portanto, tendo em vista todas as informações coletadas e analisadas, e todas as leituras feitas em relação às temáticas abordadas, acredita-se que os problemas que atingem o meio ambiente encontram-se muito mais conectados aos interesses do capital, das grandes indústrias que visam o crescimento e a obtenção de lucros de forma desenfreada, do que ligados à pobreza. Assim, os efeitos produzidos pelo capitalismo tendem a ser mais danosos para a natureza, já que priorizam, sobretudo, o consumismo e a geração de riquezas sem se preocupar com as consequências. Por outro lado, os danos provocados no meio ambiente pelas situações de pobreza encontram-se muito mais atrelados às condições de sobrevivência, do que a qualquer outra causa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa de mestrado, conseguiu-se concluir que há, de fato, relações entre a pobreza e o meio ambiente, provenientes, sobretudo, das condições impostas pelo desenvolvimento social e econômico das últimas décadas. Tais condições também afetaram a constituição de vínculos sociais, os quais, em áreas de periferia, encontram-se cada vez mais enfraquecidos, especialmente, no que se refere à integração coletiva dos indivíduos, com vistas a representar os interesses comunitários frente à esfera pública.

Cabe elucidar que, por meio da densa revisão bibliográfica feita, atrelada aos dados da pesquisa, acredita-se que a degradação ambiental, é frequentemente, mais danosa para aqueles que já convivem cotidianamente com o peso da desigualdade social. O permanente abuso da natureza, associado ao descaso da grande maioria das autoridades públicas para com as áreas consideradas de risco, cobra seu tributo com maior rapidez.

Logo, quanto maior o índice de pobreza, maior a pressão sobre o meio ambiente, já que na luta pela sobrevivência os indivíduos excluídos tendem a se apropriar de forma predatória dos bens encontrados na natureza, ocasionando desmatamentos de ecossistemas para a moradia, alimentação ou mesmo produção de energia. Cooperando, ainda mais, com tal degradação, o atual desenvolvimento baseado meramente no mercado, contribui, de forma relevante, para a deterioração ambiental, já que hipoteca o caráter sustentável do planeta, ao intensificar fenômenos como o aquecimento global, a destruição da camada de ozônio, além de processos como a desigualdade e a pobreza.

Esse tipo de desenvolvimento pode ser considerado como desequilibrado, pois as desigualdades entre os sujeitos tendem a aumentar e a pressão sobre o meio ambiente torna-se ainda maior. O sistema de produção e mercado gera padrões insustentáveis de consumo, os quais provocam o agravamento da pobreza e da exclusão. Frente às intensas desigualdades sociais, as classes menos abastadas tendem a lutar cada vez mais para sobreviverem, utilizando-se, assim, constantemente, dos recursos da natureza, o que acaba por fortalecer os danos provocados ao meio ambiente.

A desigualdade social existente não comporta a sustentabilidade. Para tanto, a fim de que haja mudanças em relação à questão ambiental, é mister que a

estrutura econômica passe por alguns processos de transformação, com o intuito de que os recursos sejam utilizados de modo limitado e adequado, sobretudo pelas grandes indústrias, sem causar destruições. A busca por um desenvolvimento que ponha os valores do meio ambiente natural em situação de mais igualdade com os objetivos do desenvolvimento social e econômico é fundamental.

O desenvolvimento desigual, como já elucidado, favoreceu o crescimento do número de pessoas em situação de pobreza. Grande parte dessas, coagidas pelas questões de sobrevivência, passam a tirar todo o seu sustento do lixo. A vida humana degradada em meio ao lixo constitui-se em um fenômeno de grande significado sociológico e político, que pôde ser analisado, aqui, nesta pesquisa.

Associados às trajetórias de sobrevivência ligadas ao lixo urbano, os dois grupos de catadores pesquisados (formais e informais) que até certo período da vida encontravam-se submetidos aos mesmos padrões de vida, com o fechamento do antigo Lixão da Caturrita, sofreram algumas modificações em suas histórias.

Contudo, tendo por base os dados obtidos durante a pesquisa, envolvendo ambos os universos pesquisados, foi possível perceber que todos os catadores, independente de estarem inseridos ou não no mercado formal de trabalho, vivenciam diariamente situações associadas à pobreza que contribuem de forma negativa para a sua qualidade de vida. As restrições de recursos, dos mais variados âmbitos, cerceiam a liberdade destas pessoas, as quais, diante das privações em que se encontram, ficam impossibilitadas de traçar planos de vida futuros.

Apesar de ter ocorrido algumas modificações na história de vida dos catadores, poucas foram as mudanças que contribuíram para alterar seus velhos padrões de vida. A inserção no mercado formal de trabalho não trouxe melhorias significativas para a realidade vivenciada por estas pessoas. Pode-se dizer que praticamente tudo continuou muito semelhante em ambos os grupos. Nesse sentido, a formalidade não diferenciou os universos pesquisados, dado que em questões ligadas à esfera da sociabilidade, bem como relacionadas ao meio ambiente, as visões e idéias dos dois grupos coadunam-se.

As grandes semelhanças que foram verificadas no decorrer da análise dos dados, de ambos os grupos, podem ser fruto do pouco tempo de inserção dos sujeitos no mercado de trabalho formal. Talvez, com o tempo, as pessoas modifiquem as suas opiniões e ações sobre a realidade. Contudo, diante das informações conseguidas acredita-se que as possibilidades de mudanças,

expressivas, são demasiado restritas, já que de forma aparente, o trabalho dos dois grupos permanece sendo em meio ao lixo.

Neste campo, ao que tudo indica, são poucas as possibilidades de crescimento profissional destes trabalhadores. No que tange às pessoas que não foram contratadas na Empresa muitas preferem ganhar sua renda “garimpando lixo nas ruas” a ter que restringir seus ganhos a apenas um salário mínimo. Na Empresa, nesta mesma perspectiva, os trabalhadores não têm como ocupar outros cargos onde possam aumentar sua renda, dado que todos os funcionários ganham a mesma quantia. Não, há, portanto, possibilidades de “crescer” dentro da Empresa.

Para o trabalho executado pelos funcionários da Revitá, pode até ser atribuído outro nome –“recicladores”, porém as atividades que exercem continuam sendo as mesmas de quando trabalhavam no Lixão, uma vez que todos os dias acordam com o mesmo objetivo laboral - dirigir-se até os locais onde ficam armazenado o lixo, retirando deste os materiais reaproveitáveis. Tudo isso também é feito pelos catadores informais, com a única diferença de que não têm carteira assinada e todas as garantias que esta proporciona.

Em contextos como estes, onde os sujeitos têm poucas chances de enfrentar as mazelas que assolam suas vidas, o desânimo e a descrença em mudanças tornam-se comuns. Atividades que envolvem a coletividade não são tidas como significativas, uma vez que resultam em desentendimentos e fofocas, conforme as falas dos pesquisados.

Assim, quanto mais céticas as pessoas vão ficando, mais os laços sociais vão se fragmentando e enfraquecendo. Estes só se tornam vigorosos quando as pessoas conseguem compreender os benefícios da luta coletiva para a concretização de seus interesses.

Quando isso ocorre, é possível que os sujeitos tenham resultados mais eficientes nas suas ações, já que, de certa forma, tornam-se mais reivindicativos, exigindo a garantia de seus direitos, com vistas a superarem as dificuldades emergentes no cotidiano, ligadas, tanto à esfera da pobreza, quanto às problemáticas ambientais, e/ou aos problemas da comunidade em geral, etc. Para tanto, diante disso, pressupõe-se que o capital social atrelado ao empoderamento comunitário pode ser um grande mecanismo de combate à pobreza e à degradação ambiental. Contudo, processos como estes requerem muita conscientização e

discernimento, e não foram observados em nenhum dos dois grupos estudados, onde o coletivo é visto como ineficaz e duvidoso.

7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília, Ed. Unesco, 2002.

_____, Miriam e PINHEIRO, Leonardo Castro. **Violência e Vulnerabilidade Social.** In: FRAERMAN, Alicia (Ed.). *Inclusión Social y Desarrollo: Presente y futuro de La Comunidad IberoAmericana.* Madri: Comunica. 2003.

ABRANCHES, S.H; WANDERLEY,G.S; COIMBRA, M.A. **Política social e combate à pobreza.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos Pobres.** São Paulo: Contexto, 2007.

AMÂNCIO, Cristhiane. **Educação Popular e Intervenção Comunitária: Contribuições para a reflexão sobre empoderamento.**
<http://www.anped.org.br/reunioes/27/qt06/t064.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2009.

BALSA, Casimiro Marques, BONETI, Lindomar Wessler, SOULET, Marc-Henry. **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional.** Ijuí, Ed.Unijuí, 2006.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de survey.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BAQUERO, Marcello. **As múltiplas faces da desigualdade: capital social e empoderamento na América Latina.**
http://www.sociologia.ufsc.br/npms/marcello_baquero.pdf. Acesso em: 20 de dezembro de 2009.

_____. **Construindo uma outra sociedade: O capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil.** Curitiba: Revista de Sociologia e Política, novembro, nº021, 2003. p.83 -108.

_____. (Org). **Cultura Política e Democracia-** Os desafios das sociedades contemporâneas. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1994.

_____ (Org). **Democracia, Juventude e Capital Social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____ ; CREMONESE, Dejalma (Orgs). **Capital social: teoria e prática**. Ijuí, Ed. UNIJUÍ, 2006.

_____ ; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de. **A Construção da Democracia na América Latina-** Estabilidade democrática, processos eleitorais e cultura política. Porto Alegre/ Canoas: Ed. Universidade UFRGS/ Centro Educacional La Salle de Ensino Superior, 1998, p.7-50.

BAQUERO, Rute V. A (2005). **Empoderamento:** Questões conceituais e metodológicas. In: Revista Debates. NUPESAL/UFRGS.N. 1. Poá: UFRGS/Escritos, V.1. p 69-84.

BARBIERI, Edson. **Pobreza, meio ambiente e instabilidade global**. <http://www.pime.org.br/mundoemissao/globalizacaomeio.htm>. Acesso em: 20 de junho de 2008.

BAUER, Martin W, GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** Um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade** – a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos:** História da economia do município. Santa Maria. Ed. Pallotti, 2003.

BECKER, Howard. **Problemas de inferência e prova na observação participante;** evidências de trabalho de campo e a história de vida e o mosaico científico. In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 47-115.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria- 1797/1933**. Santa Maria. Ed. da UFSM, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Uma introdução à sociologia reflexiva**. In: O poder simbólico. São Paulo: Difel, 1989.

_____, Pierre et all. **A profissão de sociólogo**. Preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRANCO, Samuel Murgel. **O Meio Ambiente em Debate**. São Paulo: Moderna, 1997. p. 77-96.

BRANDÃO, Carlos R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CADERNO DE PUBLICAÇÕES UNIVAG: **Ambiente e Sociedade**/ UNIVAG Centro Universitário. Ano 1, n.1. Várzea Grande [s.n], 2003. p. 35-48.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. **Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira**. In: DADOS – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, v. 46, n.º 1, 2003, p. 153-193.

CANUTO, Otaviano. **Os ingredientes** - Capital social é apontado como elemento chave no desenvolvimento econômico.

<http://www.eco.unicamp.br/artigos/artigo106.htm>. Acesso em: 15 de setembro de 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**- Uma Crônica do Salário. Petrópolis, Ed. Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura – O Fim do Milênio – Vol. III**. Iesbo: Fundação Calouste Gruelbenkian, 2003.

CHIRICO, Selva López. Projeto “**Santa Maria Solidária**”: Testando a emergência do Estado “articulador”. Santa Maria, 2005.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. **Capital Social e Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

COSTA, Maria Cristina Castilho. **Sociologia**: Introdução à Ciência da Sociedade: São Paulo: Moderna, 2005, p.189-207.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**: para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1977 (p. 15-42; 189-239)

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1993. p.196.

_____. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2003.

DUMONT, Louis. **O individualismo** – uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**- Ensaio de interpretação sociológica:Rio de Janeiro: Globo, 1987, p. 9- 194.

FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. **Metrópole Sustentável?** – Não é uma questão urbana.http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01028392000000400016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 de junho de 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre. Ed. Universidade /URGS, 2000.

GACITUÁ- Marió; WOOLCOCK, Michael (orgs). **Exclusão Social e Mobilidade no Brasil**. Brasília: IPEA: Banco Mundial, 2005.

GIDDENS, Anthony **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

_____, Anthony et al. **Modernização reflexiva**. São Paulo: UNESP, 1997.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, Ed. Atlas, 1987.

_____, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo. Ed. Atlas, 1995.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 2004.

GONÇALVES, Marino Elígio. **A falsa idéia de antagonismo entre o combate à pobreza e a proteção do meio ambiente**, <http://www.advogado.adv.br/artigos/2001/marino/falsaideia.htm>. Acesso em: 15 de junho de 2008.

GUERRA, A.J.T; CUNHA, S.B (org). **Impactos ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.p.416.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: ARGOS, 2005.

HISSA, Cássio Eduardo Viana (ORG). **Saberes Ambientais-** Desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

HOLANDA, Sergio Buarque de, **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

JÚNIOR, Cláudio Santiago Dias. **Capital social e violência**: Uma análise comparada em duas vilas de Belo Horizonte.

http://www.crisp.ufmg.br/capital_social_violencia.pdf. Acesso em: 15 de dezembro de 2006.

KLIKSBERG, Bernardo. **Capital social e cultura**: As chaves esquecidas do desenvolvimento. <http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/arq/PrealDebEspecial.pdf>. Acesso em: 30 de agosto de 2007.

LEONARD. H., Jeffrey (ORG). **Meio Ambiente e Pobreza**- Estratégias de desenvolvimento para uma agenda comum. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

MARCONI, M.A. & LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1986.

MARTELETO, Regina Maria, SILVA, Antonio Braz de Oliveira. **Redes e capital social: o enfoque** da informação para o desenvolvimento local. <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf> . Acesso em: 20 de junho. de 2006.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?** http://www.scielo.br/scielo.phpscript=sci_arttext&pid=S0102718220067182200600020009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 de junho de 2008.

MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os Ricos ricos**- O outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo, Ed. Hucitec: Anpocs, 2005.

MILANI, Carlos. **Teorias do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). <http://www.adm.ufba.br/capitalsocial/Documentos%20para%20download/ISTR%202>

[003%20Capital%20Social%20e%20Desenvolvimento%20Local.pdf](#). Acesso em: 03 de março de 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio Ambiente e Ciências Humanas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

NICOLA, Marcelo Porto. **Ação extensionista e formação de capital social no projeto área piloto**. Santa Maria, Dissertação de Mestrado, 2004.

OFFE, Claus. **Trabalho: Categoria sociológica chave?** In: Capitalismo Desorganizado. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1989.

PASE, Hemerson Luiz. **Capital Social e Empoderamento**. http://www.sociologia.ufsc.br/npms/hemerson_luiz_pase.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2009.

PIPPI, Silva L. **Diagnósticos e Prognósticos do “Aterro Controlado” do Município de Santa Maria (Lixão da Caturrita)**, Santa Maria, 2007, 67p- Monografia (Geografia- Licenciatura). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

PLASENCIA, Janett Ramírez . **Cidadania em ação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

PREVE, Ana Maria; CORRÊA, Guilherme (ORGs). **Ambientes da Ecologia- perspectivas em política e educação**. Santa Maria: editoraufsm, 2007, p. 31-85.

PUTNAM, Robert. D. **Comunidade e Democracia – A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro, Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.

RATTNER, Henrique. **Prioridade: Construir o capital social**. <http://www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm>. Acesso em: 20 de maio de 2007.

RECHIA, Aristilda. **Santa Maria- Panorama Histórico- Cultural**. Santa Maria. Ed. Associação Santa-Mariense de Letras, 1999.

RENNÓ, Lúcio R. **Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina**. *Opin. Pública*, 2001, vol.7, no.1, p.33-59. ISSN 0104-6276.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Rumo à Ecosocioeconomia- Teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo, Ed. Cortez, 2007.

SANTOS, Caroline. **Capital Social e Capital Humano: subordinação ou independência?** Uma análise a partir do estudo de caso dos Conselhos Municipais de Macaé e Resende. http://www.uff.br/cpgeconomia/novosite/arquivos/tese/2006-caroline_santos.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2007.

SANTOS, Z.L., **Contribuição ao Estudo da Problemática do Lixo Urbano (Referência Especial à Situação em Santa Maria)- 1965, 1966**, Tese (Título de Livre-docente da Cátedra de Higiene e Legislação Farmacêutica)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1966.

SARTI, Cyntia A. **A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo. Ed. Autores Associados, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da Pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro. Ed. Record, 2001.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público** – as tiranias da intimidade. São Paulo: CIA das Letras, 1988.

SIMMEL, George. **Sociabilidade** – um exemplo de sociologia pura ou formal. São Paulo: Ática, 1983.

SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada, cidadania, direitos humanos e desigualdade social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

SOUZA, Clovis Schmitt. **Estratégias de distinção entre moradores de periferia urbana**: Uma análise do caso da Vila Urlândia. Santa Maria, RS, Brasil. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado, 2006.

STEIN, Rosa Helena. **Capital social, desenvolvimento e políticas públicas**. Ed. Cortez. Revista Serviço Social e Sociedade nº73, março de 2003. p. 157 a 197.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. **A Democracia na América**. Belo Horizonte. Ed. EDUSP, 1977.

TONELLA, Celene. **Capital social e redução da pobreza**: O ponto de vista da CEPAL. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200012. Acesso em: 10 de junho de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Pós- Graduação e Pesquisa.- **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses: MDT** / Universidade Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. – 6. ed. rev. e ampl. – Santa Maria :Ed da UFSM, 2006.

VEET VIVARTA (org). **Que país é este?** Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano & social no foco da imprensa brasileira. São Paulo: Cortez, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável-** o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, p.226.

VIEGAS, José Manuel Leite. **Implicações Democráticas das Associações Voluntárias:** O caso português numa perspectiva comparativa europeia. Sociologia, set.2004, nº46, p.33-50. ISSN 0873-6529.

WARREN, Ilse Scherer et al. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania:** Desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortez, 1998, p. 181-203.

APÊNDICE

Formulário aplicado aos catadores

Este questionário é parte integrante da pesquisa "TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS CATADORES DO ANTIGO LIXÃO DA CATURRITA: A INTERFACE ENTRE EMPODERAMENTO, POBREZA E MEIO AMBIENTE

desenvolvido por Isabel Graciele Padoin - aluna do Mestrado de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria.

Observações: Este formulário deve ser aplicado aos catadores do Antigo Lixão da Caturrita.

I. Características Gerais

Pergunta 1- Você é natural de que cidade? _____

Pergunta 2- Reside, atualmente, em que Bairro em Santa Maria? _____

Pergunta 3- Já morou em outra localidade na cidade de Santa Maria?
1-Sim () 2- Não () [Se a resposta for NÃO passe para a pergunta 5]

Pergunta 4- Há várias razões que levam as pessoas a se mudarem para determinada região. Qual foi a principal razão que o (a) levou a se mudar para essa nova região? Teria uma outra razão?

1 _____

2 _____

3 _____

77	Não se aplica
----	---------------

II. Caracterização da localidade onde o entrevistado mora e residência

Ler para o entrevistado: As próximas questões são sobre sua casa e visam conhecer melhor suas condições de moradia

Pergunta 5. Sua residência é: (Ler opções)

1	Própria	2	Cedida	3	Ocupada irregularmente	4	Alugada	5	Outro:
---	---------	---	--------	---	------------------------	---	---------	---	--------

Pergunta 6- Qual o **tipo** da sua moradia? (Ler opções)

1	Casa	2	Apartamento	3	Cômodo	4	Outro: _____
---	------	---	-------------	---	--------	---	--------------

Pergunta 7- Seu domicílio é do **tipo**: (Ler opções)

1	Casa de alvenaria	2	Casa de Madeira	3	Casa Mista	4	Taipa/pau -a- pique	5	Outro: _____
---	-------------------	---	-----------------	---	------------	---	---------------------	---	--------------

Pergunta 8- Há quanto **tempo** você mora nesta casa?

1	Até 1 ano	2	1 a 5 anos	3	6 a 10 anos	4	11 a 15 anos	5	15 ou mais
---	-----------	---	------------	---	-------------	---	--------------	---	------------

Pergunta 9- Qual o total de **cômodos (peças)** em sua casa (inclusive cozinha e banheiro)?

1	1 a 3	2	4 a 6	3	7 a 9	4	10 a 13	5	Mais de 13
---	-------	---	-------	---	-------	---	---------	---	------------

Pergunta 10- A sua residência é **abastecida por água** encanada?

1	Sim	2	Não
---	-----	---	-----

Pergunta 11- A **água** que abastece a sua casa é proveniente de:

1	Rede geral de distribuição	2	Poço ou nascente	3	Outra proveniência: _____	77-	Não se aplica
---	----------------------------	---	------------------	---	---------------------------	-----	---------------

Pergunta 12- Qual é a forma de **iluminação** da sua residência?

1	Elétrica (de rede, gerador, solar)	2	Óleo, querosene, ou gás de botijão	3	Outra forma- Especifique: _____
---	------------------------------------	---	------------------------------------	---	---------------------------------

Pergunta 13- Qual o **sistema de esgoto** da sua casa? (Ler opções)

Rede coletora de esgoto	1
Fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	2
Fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial	3
Fossa Rudimentar	4
Vala	5
Direto para o rio, lago	6
Outra forma: _____	7

Pergunta 14- O lixo da sua residência é:

Coletado diretamente	1
Enterrado na propriedade	2
Queimado na propriedade	3
Jogado em terreno baldio ou logradouro	4
Jogado em rio, lago	5
Outro destino- Especifique_____	6

Pergunta 15- Das condições de **transporte** no bairro onde você mora

Condições precárias; de difícil atendimento	1
Condições ótimas; atendimento rápido	2
Condições medianas/boas	3
Outros	4

Pergunta 16- O principal **problema social** do seu bairro é:

Falta de trabalho/Desemprego	1
Violência/insegurança	2
Falta de escola	3
Falta de condições sanitárias e de saúde em geral	4
Inflação alta	5
A crise econômica	6
Corrupção do poder público	7
Acha que não tem problemas	8
Não sabe responder	99

Pergunta 17- A principal **causa para o problema social** do seu bairro é?

O Estado não desempenha seu papel social	1
Falta vontade política para resolver os problemas	2
Os mais ricos não se importam com os mais pobres	3
Os empresários e as Empresas estão preocupados apenas consigo mesmos	4
Os sindicatos e os trabalhadores não estão unidos o suficiente	5
Pobreza/exclusão social	6
Corrupção	7
Não se aplica	77
Não sabe responder	99

Pergunta 18- Das condições de **saúde** no seu bairro

Condições precárias, muito ruins; de difícil atendimento (sem	1
---	---

médico e remédios gratuitos)	
Condições ótimas; atendimento rápido	2
Condições medianas/boas	3
Outras	4

Pergunta 19- Das condições de **segurança** no seu bairro

Condições precárias, muito ruins; de difícil atendimento (sem presença de policiamento)	1
Condições ótimas; atendimento rápido	2
Condições medianas/boas	3
Outro	4

III. Aspectos Socioeconômicos

Pergunta 20- Quantas pessoas, incluindo você, moram na sua residência?

1	Moro sozinho(a)	2	Duas pessoas	3	Três pessoas	4	Quatro pessoas	5	Cinco ou mais pessoas Quantas? _____
----------	-----------------	----------	--------------	----------	--------------	----------	----------------	----------	---

Pergunta 21- Qual o **parentesco, idade e escolaridade** das pessoas que moram na sua casa? (Em relação ao entrevistado)

Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade	Raça (cor)	Trabalha
Entrevistado					

Pergunta 22- Nos últimos dias, qual a sua **ocupação profissional?** (Ler opções)

1	Empregado com carteira assinada
2	Empregado sem carteira assinada
3	Aposentado
4	Aposentado mas que continua trabalhando
5	Desempregado
6	Outro

Pergunta 23- Quantas horas por dia são dedicadas ao trabalho?

1	Menos de 4 horas
2	Entre 4 a 6 horas por dia
3	Entre 6 a 8 horas por dia
4	Entre 8 a 10 horas por dia
5	Entre 10 a 12 horas por dia
6	Mais de 12 horas por dia. Especifique: _____
77	Não se aplica

Pergunta 24- Quantas pessoas contribuem na **renda familiar**? (Ler opções)

1	Uma pessoa	2	Duas pessoas	3	Três pessoas	4	Quatro pessoas	5	Cinco ou mais pessoas
---	------------	---	--------------	---	--------------	---	----------------	---	-----------------------

Pergunta 25- Qual a **renda mensal da sua família** (em salário mínimo nacional) – (Ler opções)

1	Até 1 SM	2	2 a 3 SM	3	4 a 6 SM	4	7 a 10 SM	5	Mais de 10 SM
---	----------	---	----------	---	----------	---	-----------	---	---------------

Pergunta 26- Alguém na casa recebe algum **auxílio do governo**?

1	Sim	2	Não
---	-----	---	-----

Pergunta 27- Qual tipo?

1	Bolsa-Família	2	Bolsa-Escola	3	BPC- Benefício de Prestação Continuada	4	Outro. Especifique: _____
---	---------------	---	--------------	---	--	---	------------------------------

Pergunta 28- Quantos indivíduos?

1	Uma pessoa	2	Duas pessoas	3	Três pessoas	4	Quatro pessoas ou mais.
---	------------	---	--------------	---	--------------	---	-------------------------

Pergunta 29- Você possui **plano de saúde** ?

1	Sim	2	Não
---	-----	---	-----

Pergunta 30- Você já passou por situações onde necessitou de **atendimento médico** e este lhe foi negado?

a) Sim, mesmo tendo plano de saúde	1
b) Não, porque tenho plano de saúde	2

c) Sim, porque não tenho plano de saúde e tenho que recorrer à rede de saúde pública que é muito demorada e pouco eficiente	3
d) Não, sou bem atendida no SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) e, na maioria das vezes, quando estou enfermo (a) consigo, um bom atendimento.	4

IV- O trabalho na Empresa

Pergunta 31- Há quanto tempo está **trabalhando nessa Empresa?**

1	Menos de um ano	2	Um ano e meio	3	Até dois anos	4	Dois anos e meio a três anos	5	Mais de três anos
----------	-----------------	----------	---------------	----------	---------------	----------	------------------------------	----------	-------------------

Pergunta 32- Trabalhar na **Revitá é melhor** que trabalhar no Antigo Lixão?

1	Sim	2	Não
----------	-----	----------	-----

Pergunta 33- Quais os **pontos positivos** de poder trabalhar na Empresa?

1-

2-

3-

Pergunta 34- Quais os **pontos negativos** de trabalhar na Empresa?

1-

2-

3-

Pergunta 35- Da **relação com os colegas e superiores** na Empresa?

A relação é muito boa com todos	1
A relação é muito boa com meus colegas e nem tanto com meus superiores	2
A minha relação é muito boa com meus superiores e nem tão boa com meus pares	3
A relação não é boa nem com meus pares nem com meus superiores	4
A relação é apenas razoável tanto com meus pares como com meus superiores	5
Outros	6

Pergunta 36- A Empresa Revitá auxiliou na melhoria da situação da sua **vida econômica** ?

Minhas condições de renda e trabalho melhoraram <u>muito</u> desde que vim para a Empresa	1
Minhas condições de renda e trabalho melhoraram <u>um pouco</u> desde que vim para a Empresa	2
Minhas condições de renda e trabalho <u>não melhoraram (nada mudou)</u> desde que vim para a Empresa	3
Minhas condições de renda e trabalho <u>pioraram</u> desde que vim para a Empresa	4
Outros	5

Pergunta 37- Do **reconhecimento público** por trabalhar na Revitá:

Meus familiares, amigos e vizinhos valorizam muito o fato de eu trabalhar nesta Empresa	1
Meus familiares, amigos e vizinhos apenas valorizam o fato de eu trabalhar na Revitá	2
Meus familiares, amigos e vizinhos pensam que o fato de trabalhar na Revitá representa que a vida piorou/que andei para trás	3
Para meus familiares, amigos e vizinhos é indiferente, pouco importa o que faço.	4

Pergunta 38- Você acha que o fato de trabalhar na Empresa Revitá contribuiu para a melhoria do **seu bem-estar e da sua família**, de forma geral? (LER PARA O ENTREVISTADO--> Por bem-estar se entende, aqui, melhores condições de vida, seja no que se refere à alimentação, à saúde, ao fortalecimento das relações afetivas, à melhoria nas condições de habitação, bem como no aumento do nível educacional).

Contribuiu bastante, causando transformações muito boas.	1
Auxiliou de forma razoável	2
Não percebi modificações	3
Causou poucas modificações positivas	4
Tornou nosso bem-estar pior, do que na época em que vivíamos do antigo lixão	5
Não sabe responder	99

Pergunta 39- Com qual dessas **opções** você **concorda mais**

Gosto muito de trabalhar na Revitá, pois é um dos melhores empregos que já consegui	1
Considero este trabalho apenas um meio de obter renda	2
Se fosse possível, obter renda de outra forma, gostaria de sair da Empresa	3
Ficar ou sair da Empresa tanto faz	4

Não sabe responder	99
--------------------	-----------

Pergunta 40- Das condições de **Transporte** da casa para o trabalho e vice-versa

É confortável e seguro	1
Não é confortável, é inseguro. Sinto-me intranquilo	2
Outros	3

Pergunta 41- - O que a Revitá representa para você?

Esperança, tranquilidade porque havia pouca possibilidade de emprego e renda aqui na região.	1
Nada demais, pois não alterou os problemas de emprego e renda aqui na cidade e região. Além disso, conseguiria um emprego aqui mesmo com salário semelhante.	2
Outros	3

IV. Associativismo

Pergunta 42. Você **participa** de qual destas entidades (Ler uma opção por vez - marcar uma ou mais opções)?

a) Associação religiosa e/ou Igreja	1
b) Grupo de Jovens	2
c) Partido Político (simpatizante/ militante/ filiado)	3
d) Grupo de auto-ajuda	4
e) Sindicato de Trabalhadores	5
f) Associação de Moradores	6
g) CTG (Centro de Tradição Gaúcha)	7
h) Movimento de Luta pela Moradia	8
i) Não participa de nenhuma entidade atualmente (Passe para a pergunta 39).	9

Pergunta 43. Qual o principal **motivo que o /a levou a participar** da /das entidade (s) assinalada (s) ? (Ler opções)

a) Vontade de ajudar os outros	1
b) Defender as idéias nas quais acredita ou que você acha justo	2
c) Lazer	3
d) Outra razão: _____	4
e) Não se aplica	77

(APENAS PARA OS QUE NÃO PARTICIPAM DE NENHUMA ENTIDADE ATUALMENTE).

Pergunta 44. Para o nosso estudo também é importante saber os motivos pelos quais as pessoas NÃO participam de grupos, associações ou partidos. Qual o motivo por que você não participa?

a) Não tem interesse em participar	1
b) Não tem tempo	2
c) Não tem recursos (dinheiro, informação habilidade, etc.).	3
d) Não adianta/ não resolve nada	4
e) Outros participam e resolvem o assunto	5
f) Não se aplica	77

Pergunta 45. O que você costuma fazer no seu **tempo livre ou de lazer**, quando não está trabalhando?

Ficar com a família e amigos	1
Ficar com os amigos	2
Ficar com os colegas de trabalho	3
Viver experiências como o lazer (futebol, pescaria, etc.)	4
Viver experiências com a Igreja	5
Outros:	6

LER PARA O ENTREVISTADO: Agora vou ler uma lista de atividades e gostaria de saber com qual frequência você as faz.

Pergunta 46. Com que **frequência** você... (Ler uma opção por vez – sempre, às vezes, raramente ou nunca).

	Sempre	Às vezes	Raramente	Nunca	NR
a) Conversa sobre as questões relacionadas à localidade em que mora com os vizinhos?	1	2	3	4	99
b) Participa de alguma reunião para discutir os problemas da localidade?	1	2	3	4	99
c) Conversa com o vizinho de pátio sobre questões do dia - a - dia?	1	2	3	4	99
d) Solicita algum favor ao vizinho?	1	2	3	4	99

Pergunta 47. Agora vamos falar sobre a situação dos seguintes **serviços na região**, onde você mora. (ler uma opção por vez - é um problema ou não é um problema?).

	É um problema	Não é um problema	NR
a) A falta de comércio ou serviços (banco, supermercados, agências de correio) é...	1	2	99
b) A falta de policiamento	1	2	99
c) A falta de áreas de lazer (como praças, quadras esportivas, parques etc.) é...	1	2	99
d) Na localidade, o transporte público (os horários, os preços da passagem, ônibus cheio) é...	1	2	99
e) Saneamento básico	1	2	99
f) Atendimento médico ambulatorial	1	2	99

Pergunta 48. Com que frequência você e seus vizinhos costumam **fazer favor** uns aos outros? Por fazer favor, quer dizer coisas como cuidar dos filhos, emprestar alimentos, levar filhos para a escola, ou outro tipo de ajuda. Isso acontece... (Ler opções)

a) Sempre	1
b) Às vezes	2
c) Raramente	3
d) Nunca	4
e) Não respondeu	5

Pergunta 49. Você sabe se existe alguma **Associação de Moradores** no seu bairro?

1	Sim	2	Não (passe para pergunta 48).	3	Não respondeu
----------	-----	----------	-------------------------------	----------	---------------

Pergunta 50- Na sua opinião, a Associação de Moradores tem procurado **solucionar os problemas da localidade**? De que forma?

77	Não se aplica
-----------	---------------

Pergunta 51- Na sua opinião, no seu bairro são realizados **eventos ou atividades que envolvem os moradores**?

1	Sim
2	Não
99	Não sabe

Pergunta 52- Você costuma **participar** desses eventos?

1	Sim
2	Não
77	Não se aplica

Pergunta 53- Quando **os problemas na sua localidade** tornam-se insuportáveis os moradores tendem a: (Ler opções)

Se reunir e discutir sobre a problemática em grupo, mas as reclamações não são encaminhadas para o poder municipal	1
Se reunir e discutir sobre a problemática em grupo, mas as reclamações SÃO encaminhadas para o poder municipal	2
Não comentam sobre o assunto	3
Reclamam, mas não tomam atitude nenhuma	4
Reúnem-se e tomam providências com as próprias mãos	5
Não sabe responder	99

Pergunta 54- Quando existe no seu bairro uma pessoa necessitando de **ajuda** (alimentos, vestuário, remédios, material de construção, etc), o que os seus **vizinhos** costumam fazer? (Ler opções)

Ajudam com o que podem	1
Fingem que não tomaram conhecimento da situação	2
Não ajudam- negam-se a se meter na vida dos outros	3
Se não podem ajudar, por falta de condições, vão até alguma rádio pedir um auxílio, ou se mobilizam de outras formas para ajudar a pessoa ou família necessitada	4
Não sabe responder	99

Pergunta 55- E **você**, nesta mesma situação, que atitude toma? (Ler opções)

Ajuda com o que pode	1
Finge que não tomou conhecimento da situação	2
Não ajuda- negam - se a se meter na vida dos outros	3
Se não pode ajudar, por falta de condições, vai até alguma rádio pedir um auxílio, ou se mobiliza de outras formas para ajudar a pessoa ou família necessitada	4
Não sabe responder	99

Pergunta 56- E se ao invés do seu vizinho, quem necessitar de algum **auxílio for você**. **Nesta situação o que você faz:** (Ler opções)

Pede auxílio a algum vizinho	1
Recusa-se a pedir ajuda e tenta passar pela problemática lutando com as próprias mãos	2
Procura um parente e lhe pede ajuda	3
Vai até a prefeitura, ou alguma ONG buscar ajuda	4

Não sabe responder	99
--------------------	-----------

V- Meio Ambiente

Pergunta 57- O que você entende por Meio Ambiente?

Não sabe responder	99
--------------------	-----------

Pergunta 58- Meio ambiente são todos os elementos indispensáveis para a nossa vida, como, por exemplo, o solo, o clima, a água, o ar, as plantas e também as pessoas que moram neste local. Na sua opinião, no bairro em que você mora existe algum problema ambiental?

1	Sim
2	Não
99	Não sabe

Pergunta 59- Dos problemas ambientais abaixo, qual você concorda que tem no seu bairro, ou nas regiões próximas à sua casa? (Ler opções)

Corte e derrubada de árvores	1
Água de rio/ riacho/ arroio poluídos pelo lixo que as pessoas jogam	2
O lixo é queimado ou enterrado no solo	3
Há muito desperdício de água potável	4
Lixo jogado nas ruas ou em terrenos baldios	5
Esgoto a céu aberto	6
Enchentes/ alagamentos	7
Não sabe responder	99

Pergunta 60- Você acha que por meio de algumas ações que realiza no seu dia-a-dia tem contribuído para o aumento da poluição?

1	Sim
2	Não
99	Não sabe

OBSERVAÇÃO: Se a resposta for **NÃO** passe para a pergunta 72.

Pergunta 61- Que tipo de ações você realiza que podem prejudicar o meio ambiente?

77	Não se aplica
----	---------------

Pergunta 62- Na sua opinião, os seus vizinhos (também) são os responsáveis pela poluição ?

1	Sim
2	Não
99	Não sabe

OBSERVAÇÃO: Se a resposta for **NÃO** passe para a pergunta 74.

Pergunta 63- O que deveriam evitar de fazer para reduzir o nível de poluição, a fim de não prejudicar o meio ambiente?

77	Não se aplica
----	---------------

Pergunta 64- Quem são os responsáveis por reduzir os problemas ambientais? (marcar apenas 1 alternativa).

Depende de todos nós	1
Depende de você	2
Depende das Empresas	3
Depende do governo	4
Depende das escolas ensinarem mais para o seus alunos sobre educação ambiental	5
Depende de todos esses itens acima	6
Não sabe	99

Pergunta 65- Você, enquanto catador de material reciclável, acredita que contribui para a melhoria das problemáticas ambientais? Por quê?

Finaliza a entrevista e agradece a colaboração do entrevistado.

Observações: _____

A Empresa Revitá e os Recicladores Pesquisados



Esteiras de triagem dos materiais



Em azul, no canto direito abaixo, são as prensas



Os funcionários participantes da pesquisa



Depósito dos sacos de lixo que chegam ao local



Caminhão coletor de Lixo



De costas para a foto os preneiros



As duas esteiras de triagem funcionam, praticamente, o tempo todo.



As prensas da Empresa são apenas duas, porém, comportam recicladores dos dois lados.

Universidade Federal de Santa Maria
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Pesquisa de Mestrado- “TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS CATADORES DO
ANTIGO LIXÃO DA CATURRITA: A INTERFACE ENTRE EMPODERAMENTO,
POBREZA E MEIO AMBIENTE”.

Roteiro de Entrevista aplicado aos catadores informais

Data: _____

I Guia- Aspectos Gerais

1) Qual sua idade? _____

2) Qual sua escolaridade? _____

3) Há quantos anos você mora neste bairro?

4) Sempre morou neste bairro? (Se **NÃO** morou perguntar por que se mudou?). _____

5) Atualmente, qual sua profissão? _____

6) Com o você, quantas pessoas moram nesta casa? _____

II Guia – Impressões sobre local de moradia/sociabilidade

7) Você gosta de morar neste bairro? Por quê?

8) A sua residência é própria? _____

9) Qual o total de **cômodos (peças)** em sua casa (inclusive cozinha e banheiro)?

10) Sua residência é abastecida por água e energia elétrica? Tem sistema de esgoto? _____

11) Você gosta da sua vizinhança? Por quê? _____

12) Se você está necessitando de algum favor ou ajuda, pede apoio a quem? _____

13) Sabe se existe entidades associativas no seu bairro, tais como associações de moradores, igrejas, centros espíritas e de umbanda, grupos de auto-ajuda, etc? Você participa de alguma? Qual? Por quê?

14) No que se refere à saúde, ao atendimento médico ambulatorial do seu bairro, o que você acha? Por quê? _____

15) Qual a sua opinião sobre as condições do transporte público (ônibus) do seu bairro? Por quê? _____

16) Existem áreas de lazer (como praças, parques, etc) aqui no seu bairro? Costuma frequentá-las? (Se não frequenta, perguntar por quê?)

17) Qual é o principal problema do seu bairro? Por quê? Quem você acha que é o responsável por solucionar este problema?

III Guia – Ambiente de trabalho

18) Você trabalhou no Antigo Lixão da Caturrita? Por quantos anos?

19) Quando o antigo lixão foi interditado, o que você fez para continuar se sustentando?

20) Atualmente, quantas horas por dia você dedica ao trabalho?

21) Qual a renda mensal da sua família? E quantas pessoas contribuem para essa

renda? _____

22) Alguma pessoa, que mora nesta casa, recebe auxílio do governo? Quantas e qual auxílio?

23) Você chegou a ser chamado para trabalhar na Empresa Tecnoresíduos? _____

24) Aceitou trabalhar na Empresa? Por quê?

25) SE TRABALHOU por que resolveu sair da Empresa?

26) Se você fosse chamado para trabalhar na nova Empresa REVITÁ de reciclagem, que comprou a Tecnoresíduos, você trabalharia? Por quê?

27) SE A PROFISSÃO DA PESSOA AINDA FOR CATADOR(A) DE MATERIAL RECICLÁVEL, PERGUNTAR:

a) Onde recolhe o material? _____

b) Que tipo de material recolhe? _____

c) Onde faz a separação do lixo que recolhe (na rua ou em casa)? _____

d) **Se for em CASA** perguntar- o que faz com o material que não serve para a reciclagem? (Deixa no quintal, queima, enterra, joga em algum terreno baldio ou em algum arroio ou rio, junta com o seu próprio lixo e o caminhão do lixo coleta)

e) Para quem revende o material? _____

f) Você já participou de alguma cooperativa de catadores? Por quê? (Se já participou e saiu perguntar **por que saiu?**)

IV Guia – Meio Ambiente

28) Quando eu falo em meio ambiente, qual é a primeira palavra que vem no seu pensamento? _____

29) Se eu disser que meio ambiente são todos os elementos indispensáveis para a nossa vida, como, por exemplo, o solo, o clima, a água, o ar, as plantas e também as pessoas que moram neste local. Na sua opinião, no bairro em que você mora, existe algum problema ambiental? Quais?

30) Quem são os responsáveis por causar esses problemas?

31) No seu dia-a-dia você realiza alguma atividade que prejudique o meio ambiente? Quais?

32) Você acha que o trabalho de catador de material reciclável contribui para diminuir os problemas ambientais? Por quê?

Observações: _____

ANEXO

DIÁRIO DE SANTA MARIA
SÁBADO E DOMINGO, 16 E 17 DE AGOSTO DE 2008

| 20 |

ELEIÇÕES 2008

SOBREVIVÊNCIA (IN)DIGNA

**Pessoas que vivem
do lixo passam
dificuldades, mas não
perdem a esperança**



A NOVELA DO LIXÃO DA CATURRITA

Falta de perspectiva

A oferta de lixo limpo, segundo Andréia, agora, é bem menor do que a procura. Com o fechamento do lixão, dezenas de catadores tiveram de abandonar o local. Cerca de cem acabaram contratados pelo aterro da Tecnores/duos. Foi o caso do funcionário Max Devison da Silva Trindade, 19 anos, que trabalhava desde os 11 anos no lixão.

— Tinha meses que eu tirava bem mais dinheiro lá do que aqui. Mas pelo menos agora eu tenho uma renda fixa. Se ficar doente, tenho os meus direitos. Lá, era cada um por si — comemora Trindade.

Mas cerca de 100 catadores do lixão nem sequer conseguiram se candidatar a uma vaga, por causa da falta de documentação — era necessário, ao menos, carteira de trabalho, o que nem todos conseguiram providenciar. Em 2005, a prefeitura até tentou colocar em prática um projeto para oferecer uma alternativa de trabalho e geração de renda, no Horto Municipal. Mas ela não vingou. Como reflexo, muitos catadores foram para as ruas.

— Tem que ter muita sorte para achar algum material que preste — diz a catadora, mostrando a pilha de lixo que havia recolhido na última segunda-feira.

1982

■ Terreno no distrito de Santo Antônio passa a receber o lixo urbano de Santa Maria, sem preparo prévio do solo. O serviço de recolhimento e de destinação é feito pela prefeitura

1995

■ Prefeitura assina um termo de ajustamento de conduta com a Justiça para diminuir os danos ambientais causados pelo lixão. Documento tem diversos itens, que vão desde o tratamento de chorume até o plantio de árvores

1998

■ PRT passa a recolher o lixo na cidade, após ser escolhida por licitação

2002

Setembro

■ Prefeitura renova o termo de ajustamento de conduta de 1995 não só com a Justiça Estadual, mas também com a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). A parte mais impor-

ante, que era apresentar locais para um novo aterro, não ocorreu

Outubro

■ PRT vence licitação para continuar a coleta e se compromete a fazer uma usina para separar materiais recicláveis, a instalar um sistema de drenagem e impermeabilizar o depósito com argila. Pouca coisa foi feita

2005

Fevereiro

■ Prefeitura planeja, como solução provisória, impermeabilizar, com argila compactada, um terreno perto do lixão e cobrir o lixo com terra até construir um aterro. Idéia não vai adiante

Abril

■ Fepam entra com ação judicial contra a prefeitura pedindo a interdição do lixão e a retirada dos catadores

Maio

■ Dia 12 — Justiça aceita pedido da

2007

prefeitura para construir duas células (depósitos provisórios), que dependiam de liberação da Fepam. Projeto acabou abandonado

■ Dia 16 — Cerca de 180 famílias de catadores são expulsas do lixão ou proibidas de entrar no local pela Brigada Militar. Prefeitura monta um esquema de fornecimento de cestas básicas e colocação dos filhos de catadores na escola. Passam-se 11 dias, e 80 catadores voltam ao lixão

Dezembro

■ Prefeitura abre licitação para a coleta e a destinação do lixo. Enquanto isso, todo o lixo da cidade continua sendo depositado na Caturrita. Centenas de famílias de catadores tiram o sustento de lá

2008

Março

■ Licitação para a coleta e a destinação do lixo urbano é concluída

■ Dia 14 — Lixo urbano deixa de ser depositado no lixão da Caturrita e passa a ser levado para um novo aterro

Novembro

■ Vence o prazo para a construção do novo aterro



Pouca organização

Como ainda não se aliou a nenhuma associação de catadores, Andréia não tem como pensar os resíduos e os vende diretamente a um atravessador – o que diminui a margem de lucro. Mas a situação de quem participa de uma entidade como essa também não é das mais confortáveis. A coleta seletiva, criada justamente para facilitar o trabalho dos catadores, acabou lhes trazendo problemas.

Uma vez por semana, cada uma das seis associações cadastradas na prefeitura recebe o material coletado com a seletiva. Só que, como poucas pessoas estão cadastradas, o volume ainda é pequeno.

– Está vindo todo esse material que chegou hoje? É só volume. Na ponta do lápis vai render uns R\$ 20 – reclama a presidenta da Associação de Reciclagem Seletiva de Lixo Esperança (Arsele), Terezinha de Jesus Ayres Domingues, 57 anos, uma das cadastradas.

Sem contar que alguns comerciantes do Centro teriam feito um acordo com a Tecnoresíduos para entregar o seu lixo reciclável a eles. A medida teria diminuído em 80% a renda dos associados da Arsele.

Gasto elevado

Diminuir a quantidade de resíduos que chegam ao aterro da empresa Tecnoresíduos – são cerca de 150 toneladas por dia –, é uma forma de gastar menos dinheiro público – que

é seu também. Por tonelada que chega ao local, a cidade paga R\$ 46,11. Isso sem contar os gastos com a coleta, que é feita pela empresa PRT (Prestitação de Serviços, do mesmo grupo. Só no ano passado, quando o custo era menor porque o lixo não recebia tratamento adequado e era depositado diretamente no lixão da Caturrita – isso custava R\$ 17 por tonelada –, a prefeitura gastou R\$ 4,4 milhões. Mesmo que muitos não saibam, o gasto é cobrado diretamente dos moradores, por meio de uma taxa inclusa no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

O Executivo alega, inclusive, que o valor arrecadado não é suficiente para bancar a coleta e a destinação dos resíduos. Em 2007, a arrecadação com a taxa teria sido de R\$ 3,2 milhões.



O LIXÃO EM TRÊS TEMPOS

PASSADO

O uso

- O lixo era recolhido por meio da coleta tradicional e levado até o Lixão da Caturrita
- No lixão, já haviam catadores que esperavam os caminhões chegarem para retirar o que podia ser reaproveitado. Cerca de 250 catadores trabalhavam no local dia e noite
- O lixo era aglomerado e, a cada porção de resíduos depositado, uma camada de terra colocada por cima

PRESENTE

A recuperação

- Cobertura da "montanha" de lixo, com terra
- Abertura de valas para a drenagem do chorume e das águas da chuva
- Colocação de canos (espécies de charminés) no solo, para a saída de gases gerados pelo lixo
- Abertura de lagos para tratamento do chorume

FUTURO

A aposentadoria

- A partir de outubro deste ano, deve ser aberta uma licitação para escolher uma empresa que cuidará da recuperação do Lixão da Caturrita
- A intenção é reparar pelo menos parte dos danos ambientais que o lixão causou no decorrer dos anos em que existiu
- Por cerca de 20 anos, a área não poderá deixar de ser monitorada e receberá cuidados como os que está ganhando atualmente
- Depois da cobertura com terra, devem ser plantadas espécies diversas da flora nativa

UMA NOVA REALIDADE NA DESTINAÇÃO DO LIXO

O ATERRO

O destino do lixo, agora

- Parte do lixo produzido pelos moradores de Santa Maria (a estimativa é que sejam cerca de 20 toneladas por dia) ainda é recolhida, informalmente, por catadores, antes da chegada dos caminhões de coleta tradicional
- A coleta tradicional é feita pela PRT. O lixo – cerca de 150 toneladas de resíduos por dia – é recolhido nas ruas e levado até a Central de Tratamento de Resíduos da Caturrita (CTRC), da empresa Tecnoresíduos



Na Tecnoresíduos

- Cada caminhão que chega é pesado (a estimativa é que cerca de 150 toneladas sejam recolhidas por dia)
- Do caminhão, o lixo vai para uma esteira da Unidade de Triagem, assim como chegou
- Uma retroscavadeira empurra os sacos de lixo para uma esteira

O ATERRO SANITÁRIO

Impermeabilização do solo

- Uma camada de 50 centímetros de argila
- Uma lona de 1,1 milímetro
- Outra camada de 20 centímetros de arenito

Como funciona

- Deposita-se o lixo
- Depois de certa quantidade depositada, é feita a compactação do lixo e, depois, é colocada uma camada de terra. Em cima, planta-se grama
- São abertas valas para a drenagem de chorume e de água da chuva
- São colocados tonéis (chamados de tubos camisa) e flares (espécies de charminés) no lixo compactado para a drenagem dos gases. Os que saem pelos flares são queimados
- Lagos fazem o tratamento do chorume

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)